



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

### **14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2025**

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/marco/ata-da-14a-sessao-ordinaria-13-03-2025.pdf/view>)

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta esta presente sessão. Solicito ao vereador Joaquim da Janelinha que faça a leitura da ata da sessão anterior.

#### **2º SECRETÁRIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – LEITURA DA ATA**

Bom dia, senhor presidente. Bom dia a todas. Bom dia a todos. Ata 13ª Sessão Ordinária, 44ª Legislatura, denominada Paulo Lacerda, 12 de março de 2025. ([Lendo a ata da 13ª Sessão Ordinária](#)). Lida a ata, senhor presidente.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

A ata está em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-la, aprovada. Solicito, ainda, ao vereador Joaquim da Janelinha que faça a leitura do expediente e dos avisos.

#### **1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO VJOAQUIM DA JANELINHA – PDT – LEITURA DO EXPEDIENTE E AVISOS**

Expediente Ordinário, 13 de março de 2025.

Projeto de Lei nº 151/2024, autoria da vereadora Sheyla Galba. (Leu).

Projeto de Lei nº 155/2024, autoria do vereador Breno Garibalde. (Leu).

Projeto de Lei nº 314/2024, autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Projeto de Lei nº 315/2024, autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Projeto de Lei nº 15/2025, autoria da vereadora Professora Sônia Meire. (Leu).

Projeto de Lei nº 21/2025, autoria do vereador Sargento Byron Estrela do Mar.  
(Leu).

Projeto de Lei nº 26/2025, autoria da vereadora Moana Valadares. (Leu).

Projeto de Lei nº 27/2025, autoria da vereadora Moana Valadares. (Leu).

Projeto de Lei nº 29/2025, autoria da vereadora Moana Valadares. (Leu).

Projeto de Lei nº 32/2025, autoria da vereadora Moana Valadares. (Leu).

Projeto de Lei nº 33/2025, autoria da vereadora Moana Valadares. (Leu).

Requerimento:

Requerimento nº 61/2025, autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu).

Moções:

Moção nº 22/2025, autoria do vereador Anderson de Tuca. (Leu).

Moção nº 23/2025, autoria do vereador Anderson de Tuca. (Leu).

Indicações:

Indicação nº 103, autoria do vereador Iran Barbosa.

Indicação nº 215, autoria do vereador Fábio Meireles.

Indicação nº 218, autoria do vereador Maurício Maravilha.

Indicações nº 254, 256, 258, 260 e 264, autoria do vereador Iran Barbosa.

Indicação nº 269, autoria do vereador Anderson de Tuca.

Indicações nº 282 a 284, autoria do vereador Anderson de Tuca.

Indicação nº 286, autoria do vereador Anderson de Tuca.

Indicação nº 287, autoria do vereador Breno Garibalde.

Indicação nº 288, autoria do vereador Levi Oliveira.

Indicações nº 289 a 293, autoria do vereador Breno Garibalde.

Indicações nº 298 a 300, autoria do vereador Levi Oliveira.

Indicações nº 301 e 302, autoria do vereador Maurício Maravilha.

Indicação nº 304, autoria do vereador Fábio Meireles.

Indicação nº 305, autoria do vereador Sávio Neto de Vardo.

Indicação nº 306, autoria do vereador Fábio Meireles.

Indicação nº 308, autoria do vereador Sávio Neto de Vardo.

Indicações nº 309 e 315, autoria do vereador Fábio Meireles.

Indicação nº 316, autoria do vereador Levi Oliveira.

Indicações nº 318 e 319, autoria do vereador Joaquim da Janelinha.

Indicações nº 321 a 325, autoria do vereador Joaquim da Janelinha.

Indicações nº 326 a 339, autoria do vereador Iran Barbosa.

Indicações nº 340 a 342, autoria do vereador Sávio Neto de Vardo.

Indicações nº 343 e 344, autoria do vereador Anderson de Tuca.

Avisos:

“Informamos que hoje, dia 13, esta Casa Legislativa dará continuidade ao projeto ‘Conhecendo o Parlamento’, com a visita dos jovens do IPAESE, Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. Na primeira etapa, os jovens conhecerão os diversos setores da Câmara e, em seguida, assistirão à sessão e terão a oportunidade de tirar fotos com os vereadores ao final do encontro. Este projeto é iniciativa da Escola Legislativo desta Câmara Municipal, que visa atender às necessidades da previdência e promover a Inclusão Social e fortalecer a cidadania, proporcionando uma experiência enriquecedora que valoriza a participação de todos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.”.

Continuando os avisos: “O presidente da Câmara Municipal de Aracaju, o vereador Ricardo Vasconcelos, tem a honra de convidar Vossas Excelências para participarem da Audiência Pública com o tema: ‘Dia do Consumidor, Conquistas e Desafios’. Hoje, dia 13 de março, às 14h, neste plenário. Autoria do vereador Elber Batalha.”

“Aniversariando hoje, dia 13 de março, o deputado estadual Luciano Bispo. Aniversariando domingo, dia 16 de março, o desembargador do TJ Sergipe, doutor Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima. Aniversariando segunda-feira, dia 17 de março, o procurador-geral do Ministério Público do Tribunal de Contas de Sergipe, o doutor Eduardo Santos Rolemberg Cortês.”

Lido o expediente e os avisos, senhor presidente.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vamos dar início ao Pequeno Expediente, ouvindo inicialmente o vereador Camilo Daniel.

#### **CAMILO DANIEL – PT – ORADOR**

Muito bom dia a todas as vereadoras, em nome da querida Selma França aqui presente. Bom dia aos vereadores. Bom dia aos que nos acompanham nas galerias aqui do nosso Plenário Vereador Abraão Crispim. E bom dia especial para todos os que acompanham aqui na TV Câmara. Antes de qualquer coisa... Não sei, mas fica parecendo que a gente está aqui só com a nota de... Como é? Com a música de uma nota só, não é, Elber? Dialogando sempre sobre uma questão. Mas hoje, finalmente, nós vamos ter... Eu acredito que hoje, finalmente, a gente vai ter a votação dos vetos aqui nesta Casa. Eu, de pronto, já me posiciono, como me posicionei no ano passado e mantendo essa coerência, pela derrubada desses vetos. Acho que é um momento muito importante para a cidade de Aracaju repensar alguns temas, entre eles a contribuição, a receita, como é o caso do vereador Elber Batalha nos seus projetos de lei. E também pensar a questão do transporte público, como é o caso do nosso projeto que está sendo discutido e que será votado hoje, o veto da prefeita Emília, e acredito muito na derrubada. Acredito na derrubada, principalmente porque – acho que no dia de ontem – eu fiz um pronunciamento aqui na Casa lembrando o posicionamento de muitos vereadores no ano passado. Acho que isso daí traz a coerência de como é que nós vamos votar no dia de hoje sobre esses vetos. Mas aproveito também o momento para dizer que, muitas vezes, o debate pode se confundir. Para a população que está nos ouvindo, nós não estamos debatendo sobre o subsídio ao transporte público. O subsídio já é lei, ele já existe. O debate aqui é outro. O debate é: quais as condições para liberar o recurso, para liberar esse subsídio e para as quais empresas. Eu recebi ontem a informação, vereador Maurício Maravilha, e eu falo porque eu tenho certeza que dói no

coração e na alma, Pastor Alex, de todos vocês. Eu recebi a informação ontem que nessa semana está sendo pago o salário do mês de novembro. De novembro. Eu recebi a informação ontem que ele... Um dos grupos empresariais, já disse que “Não. Novembro, dezembro, janeiro, esqueça. A gente vai começar a negociar agora o pagamento parcelado dessa dívida e eu vou pagar agora fevereiro.”. Veja, vereador Levi, o senhor é empresário, o senhor mexe com esse ramo empresarial, isso não existe. Isso é um completo desrespeito. Minha fala hoje é sobre boa vontade e sobre enganação. Boa vontade, presidente Ricardo, foi o que essa Câmara fez nos últimos três anos. Essa Câmara aprovou a isenção do ISS em 2022, porque as empresas diziam que estavam todas quebradas e que precisavam se organizar, senão não conseguiriam pagar. O prefeito Edvaldo foi lá e isentou, a Câmara aprovou a isenção. Boa vontade foi quando essa Câmara, em 2023, houve alguns empresários aqui na votação do subsídio, quando lá em 2023, a gente queria colocar já uma emenda para condicionar o pagamento do subsídio ao pagamento do salário dos trabalhadores. Vieram aqui e disseram: “Eu resolvo isso aqui, pode deixar que eu resolvo isso aqui. Se conseguir pagar o subsídio, a gente resolve isso aqui.”. Isso aqui não foi uma conversa só para mim não. Todos os vereadores estavam presentes quando essa conversa aconteceu. Quando os empresários vieram aqui se comprometer. Boa vontade é quando essa Câmara, um ano depois ainda, ainda vota mais uma vez um subsídio. Boa vontade é quando esse subsídio é ampliado. Agora, enganação também é o que está acontecendo. Porque da mesma forma, que o empresário vem aqui dizer que vai resolver... Veja só, nós estamos entrando no terceiro ano com o mesmo discurso, com o mesmo debate, com o mesmo problema. Terceiro ano. Em 2022, tinha salário atrasado, em 2023 tinha salário atrasado, em 2024 tinha salário atrasado. Nós estamos em 2025 e continua com salário atrasado. Enquanto isso, a prefeitura coloca mais de R\$ 50 milhões para essas empresas, sem nem fazer um cruzamento das dívidas. São mais de R\$ 500 milhões em dívida. Isso aqui é um absurdo. Isso é um completo absurdo e a gente precisa se posicionar sobre isso, porque é o dinheiro do povo de Aracaju. Cinquenta milhões de reais davam para resolver pelo menos as dez Unidades Básicas de Saúde, porque a secretária Débora Leite falou aqui: “Nós precisamos de dez Unidades Básicas de Saúde.”. Cinquenta milhões de reais resolviam esse problema rapidinho. Cinquenta milhões de reais resolviam o problema das creches, mas enquanto isso, está indo como cheque em branco para essas empresas de transporte. Então, hoje é o dia da votação desse veto. Eu espero muito e conto com o apoio de todos os vereadores, porque essa causa não é minha. Essa causa é desta Casa, e

essa causa é da cidade de Aracaju. Muito obrigado, presidente Ricardo. Muito obrigado a todos os vereadores pela atenção.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Pela ordem, vereador Joaquim.

**JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – PELA ORDEM**

Presidente, para justificar a ausência do vereador Milton Dantas. Ele se encontra na SEJESP, resolvendo algumas questões da federação e, se possível, retorna ainda hoje para a sessão.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vamos dar continuidade ao Pequeno Expediente, ouvindo o vereador Elber Batalha.

**ELBER BATALHA – PSB – ORADOR**

Senhor presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras, muito bom dia. Quero fazer minha audiodescrição: sou Elber Batalha; tenho 51 anos; tenho cabelos grisalhos; uso um terno azul-marinho escuro, uma camisa branca, uma gravata cor de vinho. E a gravata está meio torta, né? Deixe-me ajeitá-la aqui antes de começar a minha fala. Senhores vereadores, eu uso a tribuna na manhã de hoje para tratar de um tema extremamente sensível... Senhor presidente, queria ter em sua atenção de forma especial. Para um fato, um depoimento de uma pessoa que circulou nos grupos dos odontólogos, de ontem para hoje. Por favor, Paranhos, coloquei essa gravação. Aumente o volume, meu filho, por favor. (*Execução de gravação*). Está bom, querido. Pode tirar. Sabe o que me causou indignação nessa gravação, senhor presidente? Que, pela primeira vez, em cinco mandatos que eu estou aqui, vereador Rodrigo, eu vi uma perseguição sistemática do Poder Executivo contra os vereadores de oposição. Isso é querer tirar o nosso poder mais sagrado ao lado de fiscalizar, que é o de legislar, Manuel Marcos. Ou seja, nada que seja proposto nessa legislatura por Elber Batalha, por Sônia Meire, por Iran Barbosa, por Camilo, por Selma França, por Milton Dantas, ou por qualquer outro vereador que ouse descontentar milimetricamente essa gestão e não se agache aos desejos dela, vai ser aprovado. Porque se for aprovado, ela veta, e quando vetar, vai apertar o calo dos vereadores para que eles mantenham o veto. Porque a discussão não é essa. Vocês viram bem, já está tudo pactuado. Depois que o veto for

mantido, o vice-líder do governo vai apresentar o projeto, o mesmo projeto. O mesmo projeto e aí o projeto é aprovado. Senhores, isso é de uma gravidade absurda, porque é tornar menos vereador quem não passa a integrar a bancada da Prefeita. E eu sou testemunha aqui de uma coisa, no auge dos meus debates contra Edvaldo Nogueira, Camilo estava aqui, Iran Barbosa estava aqui. No auge de uma CPI, eu criei um bairro e ele sancionou. Com todas as problemáticas de um processo que gerou a prisão do dono da torre. Manuel Marcos estava aqui, foi o relator da CPI. Emília Corrêa teve diversos projetos sancionados pela Prefeitura de Aracaju. Sem medo de errar, Emília Corrêa foi a vereadora que mais aprovou e teve projetos sancionados nas últimas duas legislaturas. E não tiro o mérito dela por isso, e parte desse mérito foi o reconhecimento que a levou a Prefeitura de Aracaju. Agora, causa-me um espanto, para não dizer, um enojamento dessa postura. Senhores, isso é desprezar a injustiça fiscal que se faz com os dentistas hoje, que é reconhecida por todos os parlamentares e colocar no primeiro plano o interesse pessoal de que o projeto não seja da oposição. Como se o vereador de oposição, a vereadora de oposição fosse menos vereador. Eu vou usar, terminar minha fala aqui, usando um recorte da fala do ex-deputado Márcio Bastos à época do regime militar: “Não entreguem ao Poder Executivo a navalha que vai servir de cutelo para degola.”. Porque a justificativa hoje aqui serão essas: mandarei outro projeto, mandarei esse projeto. Mas aí está dito claramente nessa gravação, o interesse é tirar o mérito da Câmara da resolução dos problemas, para que só quem brilhe e só quem seja resolutiva seja a gestão do Executivo e que essa Câmara se torne um puxadinho. E tenho certeza, senhor presidente, que a postura altiva de Vossa Excelência não permitirá que isso aconteça. Muito obrigado e um bom dia.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Bom dia. Lúcio, você pediu explicação pessoal, eu vi daqui. Eu não vou conceder ao final da ordem do dia, porque não teve nenhuma atitude depreciativa, nenhuma ofensa. Ele só fez pontuar esse áudio. Então, eu sugiro a você que aproveite o seu tempo no pequeno para você explicar. Porque a explicação pessoal é quando há algo mais grave, ele só apenas passou alto. Eu entendo, nesse caso, que não cabe explicação pessoal e recomendo que, no seu tempo, você faça as explanações. Continuando o Pequeno Expediente, vamos ouvir o vereador Fábio Meireles.

#### **FÁBIO MEIRELES – PDT – ORADOR**

Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores vereadores por Aracaju. O debate está muito saudável, acalorado, Pastor Alex, e é importante demais nós pontuarmos algumas situações. Vejam, colocar a cidade de Aracaju, vereador Joaquim, do PDT, como a única cidade que há anos vem enfrentando problema do transporte público não é justo, não é correto. Nós tivemos um grande problema com a pandemia, vereador Lúcio Flávio, vereador Alex. O colapso do transporte público a nível nacional se deu com a pandemia. Não teve empresa, quase nenhuma, que conseguiu se manter. Terrível, doloroso. Nós temos capitais como São Paulo. Cidade de São Paulo tem que subsidiar. Assim como tantas outras cidades necessitam do subsídio. Nós acompanhamos, Professora Sônia, em 2013, na gestão do saudoso doutor João Alves, uma atitude muito importante para tentar ajudar a população aracajuana, que foi a saída da empresa VCA, à época. Empresa que, a cada esquina, quebrava o ônibus. Trabalhador saía da sua casa para tentar chegar, Dienes, até o local de trabalho e não conseguia. Mas, salvo engano, no mês de agosto, o saudoso doutor João vem com uma medida dura, muitas das vezes impopular, mas precisava fazer. Eu mesmo fiquei meio duvidoso, beneficiar essa empresa. E a empresa era a empresa Atalaia que chegava a Aracaju naquele momento, que muitas pessoas cobravam a licitação de transporte público, mas doutor João, naquele momento, trouxe a empresa Atalaia. E essa empresa Atalaia, nos anos de 2019, 2020, 2022, 2023, 2024, tanto pelo município, quanto pelo Governo do Estado trouxe ônibus 0 km para rodar na nossa cidade, na nossa capital. Se nós formos pegar uma visão e minimizar e querer colocar em Aracaju apenas e tão somente o problema do transporte público, não é verdade. O problema do transporte público tem que ser resolvido na nossa capital? Tem, precisa, necessita. Mas é um problema que acontece há anos na nossa cidade e que agora nós estamos observando algumas empresas que não têm condições alguma de circularem e se manterem em nossas cidades. Eu já fiz muitas críticas aqui ao dr. João e agora eu tenho também que enaltecer. Foi uma medida necessária. Uma medida, Selma, dura, mas de um governante que se posicionou mediante a necessidade da população. O que é que nós precisamos? Os 26 vereadores assim pensam, a melhoria do transporte público em nossa cidade e em nossa capital. E o que é preciso para fazer isso tem sido feito, mas a resposta – infelizmente, o que nós observamos – é dada positivamente por um lado, mas pelo outro nós não temos a resposta boa, produtiva e aceitável para nossa população. Porque eu imagino, pastor Alex, eu imagino, Lúcio Flávio, as pessoas mais simples, tanto da Zona de Expansão, quanto da Zona Norte de Aracaju, que precisam chegar ao seu trabalho e o



empregador – e tem a sua razão – não quer saber, não. Uma vez, duas, três, mas direto, sempre, chegando atrasado, porque a “desculpa” é que o transporte quebrou. Mas até onde vai isso? Então, nós precisamos verdadeiramente ter uma atenção justa e devida. Volto aqui a frisar, os anos de 2019 a 2024 são cerca de 171 ônibus 0 km que foram postos para rodar para as pessoas mais simples da nossa cidade. Precisamos aumentar esse número? Precisamos, mas não podemos...

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Vereador Fábio, para concluir. Desculpa interromper o senhor, para concluir.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – ORADOR**

Para concluir, senhor presidente. Precisamos, além desses 171 ônibus que foram colocados de 2019 a 2024, dobrar esse número e para dobrar esse número, precisamos que todos os empresários se somem e tenham condições de rodar em nossa cidade. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Com a palavra, o vereador Iran Barbosa.

**IRAN BARBOSA – PSOL – ORADOR**

Muito bom dia cumprimentando todos e todas que acompanham esta sessão. Vou deixar para tratar das questões relativas ao transporte no momento da pauta. Mas quero aqui dialogar com o vereador Elber e fazer a seguinte observação. Aqui nós temos que considerar que existe minoria e maioria, isso é típico dos parlamentos. Mas é bom que se considere também que as minorias preservam para si direitos e não há que se falar em estado democrático que sufocam os direitos das minorias. Aqui nós devemos lembrar como recentemente o requerimento aqui foi alvo de questionamento de que era desnecessário... Requerimento, que é a maneira formal do Parlamento se dirigir ao Executivo, foi questionado como um instrumento para pedido de informação, previsto no regimento desta Casa. Como se nós tivéssemos que nos dobrar diante da Administração, pedir que ele envie, sendo que nós temos uma regra formal e lembremos: nós estamos falando de Administração Pública. Administração Pública não se pauta pela oralidade, pauta-se, isto sim, pela formalidade, é um dos princípios do direito administrativo. Então, nós temos que tomar muito cuidado com qual é o caminho que nós vamos seguir, ser minoria não é problema no regime democrático, o problema é

quando, fora das regras da democracia, as minorias são sufocadas, porque aí não tem democracia. E não levar em consideração um projeto que um parlamentar apresenta, porque ele faz parte da oposição, portanto da minoria, é não trabalhar a favor do povo. Eu estou aqui, sou oposição, assumidamente oposição, mas não tenho dúvida, os projetos que forem enviados para cá, que forem de interesse do povo de Aracaju, serão por mim apreciados, serão por mim encaminhados para aprovação, porque não é esse o entendimento. Se veio da prefeita, veio do Executivo ou se veio pra algum colega parlamentar que é da situação, eu já vou de saída dizer e não voto, que sou contra. Isso não é correto com o povo de Aracaju, tem que avaliar o mérito de cada coisa e buscar os caminhos para o entendimento entre a oposição e situação. Esta Casa é uma casa de entendimentos e é isso que a gente... Aliás, eu acho que é o que tem se buscado aqui nesses últimos dias, essa protelação da votação é a busca de entendimento. Eu acho que isso engrandece o Parlamento. Sufocar a minorias retirando direitos de exercício democrático, do papel que as minorias cumprem nos variados parlamentos do mundo nas democracias não é correto. Então, dito isto, eu quero tratar do assunto que me trouxe à tribuna na manhã de hoje. Quero de saída dizer uma coisa, acredito que precisamos começar a entender porque que o tratamento que a Administração Municipal está dispensando para a questão transporte coletivo é um, e para a questão do lixo é outro, da limpeza urbana é outro. Se é verdade que se não tomarmos as cautelas necessárias, a interrupção do serviço de transporte coletivo, ou problemas dele, podem gerar agravamento para a situação do povo, concordo. Mas é verdade também que se nós não tivermos o mesmo cuidado, vereador Isac, no que diz respeito à limpeza urbana, os problemas seguem também para a população, e parece-me que há um tratamento diferenciado. Eu começo a pesquisar o que é que está levando a Administração a ter tratamentos diferenciados entre esses dois serviços. Se não, vejamos, a situação... Eu quero aqui aproveitar para me solidarizar com os trabalhadores da limpeza urbana desta capital, que seguem tendo vários problemas. E ninguém venha para cá dizer: “Ah, porque já tinha no outro...”. É verdade. Quem é que vai defender aqui que muitos dos problemas que a Administração está vivendo se viveu anteriormente? Mas essa prefeita foi eleita sob a égide de apresentar alternativas. Algumas teremos que dar tempo, outras exigem agilidade. Exigem agilidade. É da natureza de quem administra. Então, vejam, os trabalhadores da limpeza urbana continuam com problemas relativamente a salários. Os trabalhadores da limpeza urbana continuam com condições de trabalho que têm sido agudizadas, têm sido cada vez mais colocadas em um patamar de insustentabilidade. Se

vocêsem observar e é bom que... Eu tenho recebido notícias, fotos, áudios de denúncias dessa situação. É incrível como estão os banheiros, o banheiro que usam lá, as condições dos carros que eles trabalham, não tem lugar para descanso, nem para sentar na garagem enquanto esperam a saída para o seu trabalho, sofrem pressões psicológicas permanentemente lá dentro, qualquer coisa é ameaça de sair. E, aqui para concluir, senhor presidente, a limpeza urbana, não venham dizer que é porque o povo joga lixo nos lugares, porque não é só isso, não. Andem mais um pouquinho pela cidade, vocês vão ver que as ruas são tomadas por mato, por capim, não tem serviço de capinação e, em muitos lugares, o lixo se acumula porque não tem uma operação de cuidado e de zelo com a cidade. É preciso que o nosso olhar sobre essa questão da limpeza urbana também esteja atento para entendermos o que é que está acontecendo também neste setor. Obrigado, presidente.

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Muito obrigado pela contribuição, vereador Iran Barbosa. O próximo orador é o vereador Isac Silveira, do União Brasil.

#### **ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – ORADOR**

Bom dia, meus caros vereadores e vereadoras, assessores. Hoje nós continuaremos tratando de diversos assuntos que permeiam a vida da nossa capital. Eu quero dizer ao professor Iran, que concordo e muito com o que o senhor colocou. Estou esperando cessar esse assunto aqui das questões dos vetos, para tratarmos desse tema da questão da limpeza urbana, do fitossanitário e as questões de Aracaju. Vejam, quando nós tratamos de discutir transporte coletivo de Aracaju, as bases que sustentam o atual funcionamento são extremamente precárias. Tanto na questão legal, por não haver uma licitação, de fato, concluída e efetivada em relação ao transporte coletivo, e ser um decreto e uma portaria que sustente o funcionamento, quanto pela prática efetivamente do transportar das pessoas. Mas há algo muito interessante que está colocado na sociedade. Meu caro Lúcio Flávio, há um discurso, há um pensamento, e aí não há nenhum tipo de autocomiseração, parecendo que os problemas do transporte coletivo começaram agora. Talvez por não ter mais, efetivamente nesta Casa, nenhum defensor do ex-prefeito Eduardo Nogueira. Era bom que tivesse um que levantasse a mão para defendê-lo. Porque esse senhor, este sim, é que lhe cabe a carapuça de ter levado o

transporte coletivo ao caos em Aracaju, a ter feito aquela armadilha, aquele esquema malogrado de uma licitação de última hora, sem mandar para esta Casa nenhum tipo de regulamentação ou nada que pudesse, efetivamente, construir as normativas para o melhor transporte coletivo. Não fez. Chegou aqui, subiu para a presidência, fez um convite pessoal, não oficial. Eu não fui. Disse: “Eu não vou, que eu conheço esse senhor. Ele está cheio de esquema aí dentro. Eu não vou.”. Nada contra quem foi. Chegou e disse: “Temos uma licitação aqui. O estudo está pronto...”. Não mandou o estudo para esta Casa. Custou mais de R\$ 1 milhão. Não mandou pra esta Casa. E quando a gente vai votar o veto? Meu amigo, meus irmãos, com todo respeito. A prefeita Emília foi eleita e é responsável também. Mas calma, espere aí. Não usemos a golpes de machado a história. A história. Aqui tem partidos que estiveram no poder por muitos anos, como vice e como prefeito, e não propuseram nada efetivamente para regulamentar, para organizar o transporte coletivo. Eu lembro dos eventos, apresentando ônibus, a empresa comprava o ônibus, o prefeito ia. Mas que coisa ridícula. A empresa estava lá e comprava ônibus. Olha o prefeito anunciando. Chamava os vereadores. Eu nunca fui. Eu nunca fui. A empresa comprou, é o dever dela comprar o ônibus. Então, meus irmãos, deixe-me falar uma coisa para os senhores. Nós vamos discutir aqui o veto. Nós vamos aprofundar, mas tem muitos anteriores que são responsáveis por demais com esse caos que aí está colocado, está certo? Emília Corrêa, a prefeita, está buscando alternativas. Pode errar, pode acertar, pode meio que acertar... Agora, está buscando organizar legalmente e estruturalmente o funcionamento do transporte coletivo de Aracaju. Para quem são os “ais”? Na cabeça de quem cai a carapuça da responsabilidade pelo caos do transporte público de Aracaju. Obrigado.

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Com a palavra, Joaquim da Janelinha do PDT.

#### **JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – ORADOR**

Bom dia, senhor presidente em exercício, vereador Sargento Byron. Bom dia a todas as vereadoras, vereadores, todos os servidores desta Casa, todos que nos acompanham na galeria e através do trabalho da TV Câmara. Bom, no expediente de hoje, eu quero primeiro parabenizar a prefeita Emília Corrêa, que visitou ontem a unidade Fernando Franco. Fernando Franco, que fica ali localizado no conjunto Augusto Franco, na entrada. Diariamente, a gente recebe várias reclamações, principalmente agora nesse período, um período que está passando por uma reforma.

Uma reforma na troca do piso, na troca de alguns azulejos, e também uma reforma que eu acho necessária. Por isso que eu parabenizo a Secretária de Saúde e a prefeita Emília. Está sendo criada uma ala exclusiva para o atendimento das crianças. É uma entrada totalmente diferente, vai ser uma entrada, para quem conhece o Augusto Franco, em frente ao Condomínio Vale Continguiuba, uma área totalmente diferente. Então, acredito que é nesse caminho do atendimento humanizado. A criança vai chegar ali e não vai ter acesso pela outra entrada do Fernando Franco. E isso parabeniza, a criança merece esse atendimento especial. Principalmente, todos os anos, a gente tem esses surtos aí. Então, parabenizo essa iniciativa. Tudo indica que vai estar pronto daqui a 60 dias. Isso foi uma ideia de humanizar esse atendimento, principalmente para as crianças, que vale aqui os meus parabéns. E também a separação dos leitos de enfermaria. Ampliando os leitos e separando em masculino e feminino, que também era um anseio da população, muita reclamação nesse sentido, porque é misturado hoje. Então, com essa separação e ampliação, o Fernando Franco vem ganhando cada vez mais força. Acredito que precisa, sim, da construção de um hospital municipal, ou ali na Zona de Expansão ou no Santa Maria, ver um local ideal para que a gente possa minimizar a dor das pessoas, principalmente da saúde, que é prioridade. Então, falando do Fernando Franco e continuando no Augusto Franco, a gente já vem para a Praça da Juventude, uma praça que, provavelmente, vai ser entregue agora no primeiro semestre. Acho que está na fase final, uma luta nossa na antiga gestão. Então, estão finalizando, o processo está andando, cada vez mais, na Praça da Juventude. Quero parabenizar o Governo do Estado, que começou agora o Espaço Cultural Gonzagão, ali no Augusto Franco também. Está começando uma reforma e tudo indica que será entregue no primeiro semestre, no São João. Então, teremos um São João muito especial ali no Gonzagão, que começou agora uma grande reforma no Gonzagão. Ao lado do Gonzagão, continuando ali, Camilo, no Augusto Franco, nós temos a reforma da Delegacia, a 4ª Delegacia Metropolitana, uma luta no Conselho de Segurança que eu fazia parte. Convidei a então deputada Catarina Feitosa, Catarina foi lá, conversamos com o Governo do Estado, deu a ordem de serviço e está lá a construção. Agora eu quero fazer um pedido, um pedido à prefeita Emília Corrêa, ao secretário de obras do município para que, ao lado da delegacia, já que nós estamos reformando o Gonzagão, nós estamos reformando a delegacia, que a praça da delegacia seja reformada, agora no primeiro semestre ou até o final do ano. Para que a gente tenha uma entrada do Augusto Franco ali mais moderna, já que a gente vai ter um espaço cultural moderno, com uma grande

construção, uma grande delegacia que está sendo modernizada, e aquela praça que é uma praça pequena, falando proporcionalmente com o tamanho do Francão, da Praça da Juventude. Então, vamos pegar os recursos agora e aplicar nessa praça da delegacia, uma praça que tem um campo, um campo pequeno que pode ser um campo *Society*, e ali colocar alguns aparelhos de ginástica, um aparelho para criança. Prefeita, vamos fazer algo diferente, vamos construir praças agora no primeiro semestre ou agora nesse primeiro ano legislativo? Vamos nessa, eu faço esse desafio, faço esse convite, vamos visitar a praça da delegacia, que eu considero uma praça pequena em comparação às outras praças que estão sendo realizadas obras nesse momento. Então, quem sabe, agora ainda nesse primeiro semestre, ou ainda nesse primeiro ano de gestão, a gente tem essa primeira praça ali no Augusto Franco, que é a praça da delegacia, ao lado de uma delegacia moderna, ao lado de um espaço cultural moderno também. Sem mais para o dia de hoje, senhor presidente, desejo a todos uma excelente sessão.

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Com a palavra, o vereador Levi Oliveira do PP.

#### **LEVI OLIVEIRA – PP – ORADOR**

Muito bom dia, senhor presidente. Muito bom dia, servidores desta Casa. Muito bom dia, amigos vereadores. Muito bom dia a quem nos acompanha na tribuna, e da TV Câmara. Fala aqui, inicialmente, sobre o dia de hoje, dia 13 de março. É o dia de comemoração, é o Dia Nacional da Endometriose. É uma condição realmente que afeta milhões de mulheres no Brasil e no mundo. Eu busquei aqui uma breve definição do que a endometriose: é uma doença ginecológica crônica que provoca dores intensas e pode causar infertilidade, impacta diretamente a qualidade de vida das mulheres. Tratando sobre o mês da mulher, a gente vem levantar esse tema aqui realmente para que a gente possa pensar mais sobre esse tema. Realmente é uma condição de saúde que: estima-se que cerca de 10% das mulheres em idade reprodutível sejam afetadas por essa endometriose. Então, é de total importância desta Casa tratar sobre esse tema. E a gente vem, realmente, levantar esse tema aqui, para a gente tratar a questão de saúde aqui, é um tema importante. Certo? Voltando as discussões do dia, transporte público. Realmente, pessoal, a gente vem discutindo nesta Casa, a gente precisa realmente discutir sobre isso, esse tema é muito importante aqui. E a gente precisa realmente focar que o problema não estende sobre essa gestão, é um problema que vem se estendendo sobre várias gestões que vêm se passando aí, e a coisa continua da mesma forma. A

gente não pode, como o vereador Isac falou, de recair sobre a prefeita Emília toda a responsabilidade do que vem acontecendo no transporte público há tanto tempo. Por quê? A gente vem falando aqui, mas o foco aqui... “Ah, o subsídio, subsídio...”. O problema aqui não é subsídio, pessoal, a gente tem que falar sobre isso. Quem transportou, está lá no exercício da função, tem o direito de receber. O que não tem o direito é ele estar lá prestando serviço se está errado, vereador Camilo. A gente precisa... A questão aqui não é o subsídio. A questão aqui realmente é essa. A gente precisa realmente debater sobre isso. Tenho certeza que o senhor tem razão em alguns pontos, sim. Mas a gente tem que tratar a forma como um todo, a gente não pode focar somente no subsídio. Se a gente cortar o subsídio, a gente vai resolver o problema desses trabalhadores? Não. O problema vai se agravar. Qual é a garantia que a gente vai ter que esses trabalhadores vão receber os valores de rescisão? Os que estão atrasados? Eles não vão receber. “Ah, não recebe agora que está recebendo o subsídio...”. E se cortar, vai receber? A gente precisa, aqui, procurar soluções, que a gente faça com que os trabalhadores recebam. Não é o que a gente está fazendo aqui... “Ah, vamos cortar o subsídio que vai resolver o problema”. Não vai, vai agravar a situação. Esta Casa tem que buscar soluções para que os trabalhadores recebam os que estão atrasados. Sejam as férias, seja 13º, seu próprio salário do mês. A gente precisa focar nisso, pessoal. Não aqui questionando: “Ah, porque o subsídio vai resolver...”. O subsídio não vai resolver, o subsídio, estando, não vai resolver e cortando vai piorar. É o meu ponto de vista. É como você falou, vereador Camilo, eu sou do ramo de transporte. Sei a dificuldade que é o ramo de transporte. É um ramo muito difícil por conta de manutenção, por conta de pneu, por conta de combustível. A gente sabe a dificuldade que é. Mas, por que não foi resolvido lá atrás? Tantos anos se passando e as gestões aí deixando. Ah, a gente vem tratar aqui sobre o tema que é perecível... Apenas uma empresa, pelo que eu estou vendo, que está irregular. Ou a gente busca a medida de cortar o mal pela raiz, ou não vai resolver hora nenhuma. Seja com subsídio, seja sem subsídio. A gente precisa realmente é focar no trabalhador, quem está lá na ponta é quem está sofrendo. Eles que estão lá trabalhando dia a dia, não estão recebendo, seja o que for. Eu não sou do transporte público, eu não tenho essa realidade. Realmente, quem está lá é quem está sofrendo, a gente precisa resolver o problema deles. A gente precisa resolver o problema dele, não é problema da empresa. Eu sou empresário, eu sei realmente, eu tenho minhas obrigações, eu tenho que pagar meus funcionários, eu tenho que pagar o que eu preciso pagar, minhas obrigações. Mas o trabalhador não pode sofrer, não. O

trabalhador não pode sofrer, não. Eu, como empresário, deixo de pagar qualquer outra dívida que tenha, mas o trabalhador que vai levar o pão de cada dia para sua casa não pode ficar sem receber o seu.. O que é de direito. O trabalhador precisa receber o que é de direito dele, que é o seu salário, é fruto do seu suor. E a gente está tratando aqui, como falei, mais uma vez, não é sobre subsídio, senhor presidente, é sobre a situação dos trabalhadores do transporte público de Aracaju. Muito obrigado.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

O próximo orador do Pequeno Expediente é o vereador Lúcio Flávio do PL. Não se encontra nesse momento... Maurício Maravilha.

**MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – ORADOR**

Senhor presidente em exercício, vereador sargento Byron, a todos que acompanham a mesa, vereadores, caros colegas, vereadores e vereadoras, a vocês que nos acompanham da galeria, que acompanham a TV Câmara, meu muito bom dia. Hoje, eu vou deixar para discutir e falar a respeito dos vetos na hora da discussão dos vetos, não é? Quando iniciarmos a votação logo mais. Só que eu quero trazer aqui, mais uma vez, a esta tribuna a preocupação, de minha parte, em externar a todos os senhores com relação a pontos de alagamentos, inundações que acontecem na nossa capital, aqui em Aracaju. Pensando nessa preocupação que eu apresento aos senhores, no dia de hoje, o projeto de lei, que foi protocolado, de nº 103/2025, que institui a implantação e a manutenção dos jardins de chuvas. Esse jardim de chuva é um projeto que já vem dando certo em outras capitais, a exemplo de São Paulo e aqui, a capital muito próxima, Salvador também. É pensando nisso, nessas soluções, para que a gente venha a desafogar também as nossas redes de drenagem. É um dos motivos que a gente pode desviar, criar uma outra solução, uma solução sustentável nesse caso, e que a gente, a partir desse projeto de lei, possa implementar nas novas obras que por ventura a prefeitura for licitar, a exemplo de construção de praças ou canteiros, para que o escoamento dessa água também ocorra através desses jardins de chuva porque é a função principal desses jardins. Eu irei *in loco*, em Salvador, visitar esse jardim que já funciona lá e que está sendo um sucesso, falando de forma sustentável, e trazer aqui em uma outra sessão, em um Grande Expediente mostrando o vídeo de como funciona toda essa sistemática do jardim de chuva. É muito viável, é interessante, é um custo benefício em relação a rede de drenagem profunda propriamente dita, que existe aqui na cidade. Ela é um tipo de obra que é mais em conta que essa e vai dar a resolutive. Nós temos ali,



por exemplo, na Avenida Dulce Diniz, um canteiro em que não precisa chegar o inverno. Bate uma chuva, criou-se um alagamento. Por que não aproveitar aquele canteiro e fazer um jardim de chuva ali? Para que a gente minimize esses impactos que causam à sociedade e que, todos os anos, espera chegar esse período para que se venha a falar sobre essa problemática que já é secular, que enfrentamos há anos na nossa capital. Faço também um apelo ao amigo Rodrigo Fontes que ontem apresentou a respeito da revitalização da Orla de Atalaia. A gente poder também, Rodrigo, se puder, sentar junto com um arquiteto para que juntos a gente faça essa construção e, se for necessário, e se existir também a necessidade nesse projeto de incluir o jardim de chuva. Ali não é só a questão do escoamento dessa dessas águas pluviais, mas também a gente está falando de sustentabilidade, a gente está falando da questão que vai dar uma beleza para nossa cidade, porque esse jardim é feito com plantas e plantas nativas aqui da nossa Aracaju. Aproveito também o momento aqui, saindo um pouco desse ponto dos jardins de chuva, e quero aqui parabenizar algumas ações realizadas pelo nosso Governo do Estado. No último sábado, que foi o lançamento da segunda fase do Opera Sergipe e do Opera Mulher. Só que agora, além do primeiro já ter realizado mais de 20 mil cirurgias eletivas, nesse agora inclui cirurgias mais complexas, como a bariátrica, por exemplo. Parabéns, governador, fica aqui os meus parabéns pelo seu desempenho, pela sua preocupação com a população sergipana. E também parabenizar, em nome do nosso amigo coronel Ribeiro, sobre o evento acontecido agora na última terça-feira, dia 11, que foi os 190 anos da Polícia Militar. Parabenizar essas mulheres e esses homens que são comprometidos em servir e proteger a nossa população. Obrigado para todos vocês. Quero também aqui agradecer e parabenizar a nossa prefeita Emília Corrêa, porque hoje ela anunciou a aquisição de 10 seminovos ônibus com ar condicionado para frota, para compor a frota da nossa capital. Parabéns. Meu muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Com a palavra, vereadora Professora Sônia Meire. Professora Sônia Meira declina... Vai tentar o Grande Expediente? No grande, então declina do pequeno. A senhora, no grande, ocupa a sexta colocação, sexta posição. Então, declina. Vereador Rodrigo Fontes. Declinou. Vereadora Selma França. Declina também? Então, eu convido aqui o vereador Soneca para assumir aqui... Joaquim está aqui. Joaquim, assumo aqui a presidência por favor.

**SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR**

Bom dia, meus colegas vereadores e vereadoras. Bom dia, excelentíssimo senhor presidente em exercício, vereador Joaquim da Janelinha. Bom dia, técnicos desta Casa, assessores, jornalistas, pessoas que nos acompanham através da TV Câmara e todos os meios de comunicação. Como sempre, faço a minha audiodescrição: sou uma pessoa preta; usando uma camisa interna branca, um terno da cor azul marinho; tenho 46 anos; tenho cabelo preto, baixo e grisalho; uso uma gravata azul royal. Caros amigos, eu queria aqui... Hoje eu subo a tribuna com muita alegria. Eu queria aqui registrar. Hoje, 13 de março... Estou muito feliz, estou até muito emocionado. A minha filha... Eu estou tentando aqui localizar a foto para mandar. A minha filha, a primogênita, completa 18 anos de idade. Filha essa, que, desde pequena, só nos tem dado orgulho. Recentemente, passou no vestibular na UFS, em primeiro lugar, para o teatro. Filha, parabéns. Muitos anos de vida, muita saúde e muita prosperidade. Que você continue sendo essa menina iluminada, que tem o maior coração que eu conheço. Parabéns, seu pai e sua mãe te amam muito. Que o seu dia seja um dia maravilhoso. Eu queria aqui colocar uma foto sua que represente muito a gente junto, mas aqui, dentre tantas, eu não soube escolher nenhuma. Eu queria aqui também registrar, hoje também é aniversário da minha irmã, Fernanda. Não sei se por coincidência, as mulheres que eu mais admiro na minha vida são a minha filha, a minha irmã. Parabéns a vocês duas. Não é por acaso que Deus colocou vocês no mesmo dia. Queria aqui externar para vocês todo o meu amor, todo o meu carinho e que Deus conceda muita saúde e que os seus sonhos, seus objetivos se realizem. Lunna e Kirially. Eu estou muito emocionado, senhor presidente, porque filhos são bênçãos nas nossas vidas, e a minha filha só me tem dado orgulho. Recentemente, eu fiz uma viagem com o vereador Soneca, e a gente fez uma viagem para os Estados Unidos, foi para a Disney. Lá, a minha filha, muitas das vezes, se comunicando com o povo americano, eles confundiam minha filha com a nativa, por tanta desenvoltura que ela tinha com a língua inglesa. Então, todos os investimentos que a gente fez nela, com muito esforço, têm valido a pena. Então, aqui, eu queria agradecer a minha esposa também por ser uma mãe exemplar, por dedicar todo o amor à minha filha e fazê-la ser a pessoa que ela é hoje. Através dos seus exemplos, do exemplo de mãe, do meu exemplo de pai. Filha, te amo. Minha irmã, Deus abençoe. Muitos anos de vida e mais tarde a gente se encontra, para eu lhe abraçar pessoalmente. É isso, senhor

presidente. Muito obrigado. Deus abençoe a todos e que tenhamos uma excelente sessão.

### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Vamos começar o Grande Expediente. Com a palavra, o vereador Lúcio Flávio do PL.

### **LÚCIO FLÁVIO – PL – ORADOR**

Bom dia. Tem uma imagem aí, daqui a pouco eu a chamo. Bom dia a todos os meus colegas, vereadores. Em nome da minha colega Moana Valadares, eu saúdo a todos os colegas, a todos os munícipes, assessores, imprensa aqui presente, servidores da Câmara. É com muita, mas muita tristeza que eu venho, no dia de hoje, registrar lamentavelmente a postura da oposição desta Casa. Alertar para o cuidado com a afobação e o justicamento precoce, afobado, que eu vou fazer questão de lembrar ao povo de Aracaju o que está acontecendo aqui nessa tribuna. Ah, vou. E ainda bem que está registrado aqui na TV Câmara e nos anais aqui da Câmara. Quero pedir desculpas aos meus colegas vereadores pelo o que aconteceu aqui na imprensa, na mídia, nos grupos de *WhatsApp*, por expor a nossa Câmara de Vereadores, a nossa atuação, de maneira tão baixa, de maneira tão rasteira. A nossa Câmara de Vereadores não merece esse nível. Parece muito aquele típico caso do menino mimado, que não aceita perder e está disposto a fazer qualquer coisa para ter razão. Malabarismo com a verdade, construção de narrativa. Mesmo que engane o povo, quer ter razão. Mesmo que engane o povo. Aos colegas, eu peço desculpas por essas cenas que a gente está vendo acontecer aqui no Parlamento. É patético. Ao povo de Aracaju, eu quero pedir que repensem, na hora do seu voto, a importância de escolher pessoas que respeitem o Poder Público, que façam política séria com responsabilidade. A gente acabou de ouvir aqui um áudio, aqui na tribuna. Vejam bem. Eu queria requerer à Mesa que registrasse, por favor, todos os meus votos até o dia de hoje, principalmente requerimentos da oposição e projetos de lei da oposição, em que eu – para a gente desmontar aqui o teatro – e a base aliada votamos aprovando projetos e requerimentos da oposição aqui. Aliás, lembro-me apenas de um único projeto que eu votei contra aqui, que foi um projeto em alusão, em homenagem ao PT, que eu jamais aprovaria um projeto como esse. Todos os demais, este vereador aprovou, o que desmonta a narrativa que querem impor e esse espetáculo midiático que a gente está vendo acontecer no dia de hoje. Eu peço, por favor, que a Mesa apure como a base votou aos projetos, até o dia de hoje, da oposição,

e como esse vereador votou. Daí, a gente vai ver aqui, primeiro, que foi exposto um áudio que sequer é a voz do vereador, para insinuar o que o vereador fala ou diz. Um áudio, que não é deste vereador, foi colocado para insinuar que este vereador, que já votou a favor aqui de projetos e de requerimentos da oposição, que eu penso isso e aquilo. Deixe-me falar aos meus colegas que se importam com a verdade e que não dão vazão à narrativa. O que este vereado falou a este rapaz foi: “Dificilmente a oposição terá votos para aprovar projetos que atrapalhem a gestão de Emília.”. Eu digo, repito e registro na tribuna, porque isso é uma questão de quem sabe fazer conta, é matemática. Se a gente tem uma maioria, quem não sabem, eu respeito quem não sabe fazer conta. Mas isso é um fato objetivo que dispensa a opinião. Repito, para que fique registrado na TV Câmara o que eu falei: dificilmente a oposição conseguirá aprovar projetos para atrapalhar a gestão de Emília Corrêa. Então está aí um registro que eu precisava deixar claro para lamentar esse espetáculo, essa farofada, esse mise-en-scène, como já falaram alguma vez aqui, expondo os colegas vereadores e induzindo a população ao entendimento equivocado. Que maldade dessa encenação. Que maldade. Bom, dito isso, eu quero falar também sobre um comentário da tribuna, vereadores, que eu estava me opondo a requerimentos, e graças a Deus que a Casa registra tudo. E a minha fala dizia: “Aos vereadores que estão fazendo requerimento, já houve um óbice de informação a ser prestada a vocês?”. Foi isso que eu falei. Por quê? Havendo algum óbice – é a orientação da prefeita –, aprovem todos os requerimentos da oposição que pedirem informação, porque nós queremos transparência. A prefeita disse exatamente o contrário do que esse áudio está dizendo. E, graças a Deus, que a minha fala, vereadores, foi antes desse áudio vir a público, porque eu, este vereador, que nem líder sou, eu sou vice-líder, entrei em contato com a prefeita e ela disse: “Lúcio, manda a nossa bancada de apoio, tudo que pedir, a oposição, de informação é para aprovar, porque a gente quer transparência.”. Graças a Deus essa fala veio antes do áudio. Então, desmonta mais esse teatro, mais esse espetáculo que expõe os colegas aqui. Infelizmente há uma ópera-bufa, há uma encenação de quinta categoria. Eu peço que respeitem esta Casa, que respeitem a inteligência do povo de Aracaju, que vocês respeitem o Poder Público e as políticas públicas. Agora eu queria falar, porque parece que hoje a oposição está meio enraivada comigo, e eu fui chamado de mentiroso, porque eu falei que esse projeto, no ar e ao vivo, que esse projeto foi aprovado após as eleições. Eu fui chamado de mentiroso, eu queria que colocassem uma imagem no ar, só para registrar aqui o que eu falei. O projeto foi aprovado após as eleições. Está ali o registro público e notório da data da

aprovação do... Eu estou concluindo, por gentileza. A data da aprovação que eu fui chamado, publicamente, na imprensa de mentiroso ao dizer que o projeto foi aprovado pós-eleição. Então, eu quero só deixar aqui nos registros da Câmara de Vereadores a resposta de que este vereador não foi mentiroso, e se alguém pode falar aqui, dentre vocês, colegas, sobre transporte público com tranquilidade, sem afobação, é este vereador. O meu... Pode tirar essa imagem, porque eu acho que é constrangedor deixar essa imagem o tempo inteiro exposto no painel. Então, para não constranger os colegas, eu peço que tire e mantenha o meu tempo. Eu tenho como a primeira... Minha primeira profissão assinada na minha carteira de trabalho, o trabalho numa empresa de ônibus. Eu fui... Eu gostaria de só concluir essa fala. Por favor...

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Interrompa o tempo, por favor. Camilo, o aparte é concedido por permissão ou não. Ele pediu a Vossa Excelência que aguardasse, então, por favor. Não, eu estou só reforçando para o senhor. O senhor entende o regimento da Casa, eu entendo. Estou pedindo para que o senhor não interrompa a fala do colega. Só isso. Beleza, Camilo? Muito obrigado.

#### **LÚCIO FLÁVIO – PL – ORADOR**

Muito obrigado. Eu agradeço. Eu agradeço, senhor presidente, para permitir que a gente continue com o entendimento. Eu falava que o meu primeiro... Minha carteira de trabalho, porque eu gosto de trabalhar, diferente de quem tem medo de carteira de trabalho, eu gosto de trabalhar e a minha carteira de trabalho tem assinatura da empresa Graças, Viação Graças, no bairro América. O meu primeiro emprego foi junto aos trabalhadores de transporte público de Aracaju. E eu disse em entrevista, hoje, que eu entendo bem desse problema que está passando em Aracaju, gerado no passado e que querem colocar na conta da Prefeita, que tem dois meses, 60 dias, 70 dias de atuação. Então, eu falei: “Eu entendo que nós precisamos olhar para os trabalhadores, que é um problema de questão social, é um problema desumano.” Mas não adianta você dizer que quer cortar subsídio para pagar trabalhador, aí é você duvidar da inteligência das pessoas. Iremos votar hoje sobre esse assunto. Hoje é dia do Parlamento discutir esse tema. Quem é que está enganando o trabalhador? Como eu fui um dia, trabalhador, e andava de ônibus nas ruas de Aracaju, pegava ali aquela Avenida Osvaldo Aranha, Barão de Maruim, saindo do meu trabalho para ir para o cursinho e pagava com meu salário de transporte o meu cursinho, depois paguei a minha mensalidade na faculdade.

Eu sei o que é isso. Eu vi a crise da empresa Graças. Eu vi a crise da empresa VCA, que, inclusive queriam insinuar que eu trabalhei e estava defendendo. Eu trabalhei na Graças. Hoje, eu sou, profissionalmente, um parceiro do sistema de transporte e dos trabalhadores. Eu entendo do que eu estou falando, para evitar narrativa. Então, nessa manhã, o Parlamento vai se debruçar em três temas que são importantes para a população. A categoria de odontólogos recebeu, da Prefeitura de Aracaju, a sinalização que concorda... Para evitar narrativa aqui, aqui eu estou falando oficialmente: concorda que é preciso melhorar a cobrança da taxa de vigilância sanitária, que seja uma por local, que seja por tamanho... Concorda. A divergência está no teor do projeto. A prefeitura, a secretaria estão ao lado do odontólogo e concorda com o pleito, discorda com o formato do projeto. De igual modo, a Prefeitura de Aracaju concorda com a dor das escolas, que veio pleitear algum tipo de auxílio ligado à inadimplência que tem ao longo do ano. A prefeitura concorda e está do lado dos empresários das escolas de Aracaju. Ela discorda do formato e do remédio que foi dado, que este tipo de remédio pode não solucionar e ainda piorar a questão das finanças públicas, porque tem que ser tratado com responsabilidade, sem afobação. Porque é desse dinheiro que se faz escola, que se faz posto de saúde, que se compra remédio, que se asfalta a rua. Então, é importante que a gente não seja enganado e tenha mais responsabilidade quando subir aqui na tribuna desta Câmara. Que não brinque com a consciência da população, que, às vezes, não sabe o que é um veto, que, às vezes, não sabe o que é um subsídio. E as pessoas ficam criando narrativa e factóide, dizendo que se cortar subsídio, paga salário. Que absurdo. E a gente vai tratar desse assunto com responsabilidade aqui. O transporte público, solução, qual é? Licitação. Essa é a solução. Não deixem ser enganados a vocês, população de Aracaju. Trabalhadores da Progresso que não receberam, nós estamos do seu lado. A base aliada, a prefeita, a gestão, esta Câmara de Vereadores também está sensível a isso. Não se deixem enganar com remédios midiáticos, politiqueiros e que não trarão solução. Eu ouvi hoje na rádio alguém dizer: “Ah, nem consegue penhorar os ônibus da Progresso.”. Ah, não consegue? Pergunta aos advogados desses trabalhadores como é que paga se eles estão rodando e se deixar deles receberem. Vai pagar como o trabalhador? Vai pagar com que dinheiro? Se não penhora carro, se não consegue os bens do dono, vai pagar como? Vai brotar da árvore? Vai cair do céu? A gente precisa respeitar o trabalhador que está sem salário. Tem que respeitar. Pode criar narrativa e o factóide que eu não tenho medo de encarar mentira. Eu não tenho nenhum medo de encarar militante que vai para rádio falar mal de mim,

encomendado pela oposição. Meu medo é dormir com a consciência pesada de estar mentindo para a população em favor de uma narrativa, torcendo pelo quanto pior, melhor. Se parar agora o transporte de Aracaju, eu quero saber se a oposição vai pagar o salário da Progresso. Eu quero saber se vai receber, na porta, o pai de família, que está sem ter como comprar a feira. Eu quero saber como é que resolve isso, que conta é essa. As pessoas que não entendem o que é empreender, que não entendem o que é uma empresa, que nunca pagou uma folha de pagamento, nunca pagou um simples estão querendo legislar sobre o que desconhece. Eu sei o que é uma carteira de trabalho. Eu sei o que é assinar um contrato de trabalho. Eu sei o que é que os advogados desses trabalhadores, que precisam receber, estão na expectativa. Tem que respeitar a população de Aracaju e não adianta empurrar o pepino, que foi criado no passado, no colo de quem não tem responsabilidade. Tenham respeito sobre a população de Aracaju. Solução do transporte não é esse PL. A solução da lata velha não é esse PL. A solução do salário do trabalhador da progresso que tem que receber não é esse PL. Porque tem decreto da prefeita Emília dizendo que subsídio tem que ir para pagar trabalhador, e quem assinou esse decreto foi uma pessoa chamada Emília Corrêa. Então, respeitem a inteligência do povo de Aracaju. Respeitem a dor de quem está sendo usado como massa de manobra, sem ter dinheiro para pagar as contas. Respeitem o trabalhador. Porque a gente não pode travar a cidade de Aracaju, porque tem empresas que dependem disso, tem vendedores que precisam vender, que precisam chegar no horário de seus trabalhos. Solução para isso: apoiem o encaminhamento da licitação, apoiem a compra dos novos ônibus, que vêm do PAC, que vêm do empréstimo. Quem trouxe ônibus elétrico para Aracaju tem nome e sobrenome: Emília Corrêa. Para de palhaçada, porque a gente precisa entender, isso é sério. Não receber salário é sério! Não ter o que comer em casa é sério. Ônibus quebrando é coisa séria, não é lugar de firula, nem rede social, nem rádio e nem tribuna da Câmara. Eu quero agradecer por essa oportunidade, deixando claro, solidarizo-me com cada trabalhador que não recebeu seu salário, mas o remédio não pode ser firula e nem meme de rede social. O remédio é política pública com responsabilidade. Muito obrigado.

**CAMILO DANIEL – PT**

Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Pela ordem, vereador Camilo.

**CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM**

Primeiro, registrar aqui que praticamente foi negado aqui o aparte...

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Camilo, o regimento não permite a crítica usada pelo pela ordem, certo? Eu só estou levantando a questão regimental.

**CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM**

Como foi falado... Presidente, eu gostaria só aqui de fazer um esclarecimento nesse pela ordem. O vereador Lúcio Flávio me chamou de mentiroso.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Camilo, não é. Ele direcionou a você? Seu nome?

**CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM**

Foi, ele disse que eu o chamei de mentiroso. Foi.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Então, você pede Explicação Pessoal.

**CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM**

Mas é uma coisa tão simples, eu quero só dizer uma coisa.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Camilo, requeira a Explicação Pessoal que é um instrumento do regimento.

**CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM**

Tá, então eu peço explicação... Um minuto eu resolvia isso, eu não quero brigar com ninguém. Um minuto, eu resolvia. Um minuto.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Camilo.

**CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM**

20 segundos, eu resolvia isso.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Camilo.



**CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM**

Questão de ordem aqui de Iran.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Pronto. Aguarde só um instante. Questão de ordem, vereador Iran Barbosa.

**IRAN BARBOSA – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM**

Senhor presidente, de acordo com o nosso regimento, o parlamentar pode ou não conceder aparte. É verdade. Agora, há regras para se fazer isso. Eu pediria apenas que a gente observasse que existem regras para conceder ou não conceder o aparte. O regimento trata desta questão.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Ok. Vereador Iran Barbosa, Sessão III – Dos Apartes. “Art. 189. § 1º O orador que estiver usando a palavra pode conceder ou negar o aparte. § 2º Ao conceder o aparte, o orador não pode fracionar o tempo concedido. O parágrafo primeiro fala em poder, conceder ou negar o aparte. § 3º O orador pode conceder aparte a qualquer vereador solicitante, independente da ordem. § 4º O aparte deve ser expresso em termos corteses e não pode exceder de dois minutos. § 5º Não são permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador.” Então, eu não consigo ver aqui algo diferente do que foi apresentado pelo vereador Lúcio Flávio. “§ 7º O orador não pode ser criticado ou constrangido por não conceder o aparte.”. Muito obrigado. Próximo orador do Grande Expediente, a vereadora Moana Valadares. Só um instante. Vereador Camilo, o senhor vai requerer explicação pessoal?

**CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM**

Senhor presidente, eu acho que é uma coisa tão simples que eu não precisava gastar tempo de ninguém. Eu só queria dizer, conte 20 segundos, a prefeitura emitiu uma nota oficial... Pode contar.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Camilo, Camilo, o senhor vai usar o tempo?

**CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM**

Explicação pessoal, eu peço... Eu peço explicação pessoal. Desnecessário, mas eu peço.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Ok, Camilo. Professora Sonia Meire.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – ORADORA**

Bom dia, presidente, vereadores e vereadoras. Bom dia aos trabalhadores que hoje estão aqui na Câmara para fazer a defesa dos seus salários, cobrando de nós uma posição em relação ao que tem acontecido. Não é a primeira vez que rodoviários e rodoviárias estão aqui. Bom dia as assessorias, aos trabalhadores que acompanham hoje, representantes também de central sindical, que estão aqui os representantes e as assessorias. Antes de fazer a minha fala, em respeito às pessoas cegas e de baixa visão, eu quero fazer a minha autodescrição: sou uma mulher de cor de pele branca; tenho estatura média; uso cabelos tingidos de roxo; óculos vermelho; estou hoje com uma blusa branca, um blazer branco e uma saia colorida. Nessa manhã de hoje, eu quero tratar primeiro... Eu quero tratar de dois assuntos se houver tempo suficiente. Mas, primeiro, eu quero tratar de um dos principais assuntos da pauta de hoje, que são os vetos, e vou tratar da questão do transporte público. Vou tratar da questão do transporte público, como uma pessoa que estuda, acompanha e que apresentou, inclusive, esses estudos na legislatura passada sobre os subsídios para as empresas de transporte de Aracaju. Uma pessoa militante, sim, dos movimentos sociais, militante do movimento não pago, que sempre esteve, antes de ser vereadora, nas ruas, na luta pela garantia dos direitos. E a mobilidade urbana é constitucional, e nós sempre estivemos desse lado. Portanto, toda a nossa pauta e colocação feita na Câmara Municipal, desde que assumi como vereadora, foi trazer os estudos e mostrar a realidade das empresas de transporte e o que a SMTT historicamente fez... Porque nunca houve licitação de transporte público na nossa capital. Mostrar, inclusive, as planilhas superfaturadas das empresas. Quero dizer também que rodoviários e rodoviárias vêm fazendo, vêm sofrendo há muito tempo no estado de Sergipe. Quem não lembra da antiga VCA, que nunca pagou os direitos trabalhistas? Quantas mobilizações foram feitas pelos rodoviários e rodoviárias? E quantas mobilizações fizemos e fomos recebidos pela polícia? A gente tinha que correr para proteger quem estava na rua, inclusive tivemos uma certa feita, um vereador que entrou na hora da manifestação para proteger os movimentos que estavam na rua, lutando pela garantia dos seus direitos. E se o vereador não tivesse chegado naquela hora, teria acontecido um massacre dentro de um terminal de ônibus, na Zona Norte de Aracaju há anos atrás. Nós precisamos compreender que o que vem sendo colocado aqui

hoje não é de hoje. E ninguém aqui está trazendo, pela primeira vez, a crítica à forma de relação precária, por ordem de serviço. Eu acho que essa é a única capital brasileira que mantém esse sistema. Eu queria estar errada. Nós queríamos estar errados. Quando eu e o vereador Camilo, na legislatura anterior, não votamos pelo subsídio para as empresas, com base no estudo que nós temos feito com a assessoria nossa, sobre a forma de atuação das empresas privadas com a população aracajuana e com o Poder Público. O desrespeito e a conivência do Poder Público. Na época, os empresários disseram que precisavam do subsídio para manter as suas empresas. Esse debate foi feito publicamente. Nós votamos contrários, porque nós entendíamos e continuamos entendendo que eles não iam cumprir. Porque já teve, inclusive, em 2013, já teve depois outras ações, e a última, agora, em relação, inclusive, à empresa Progresso, que não se trata só dos trabalhadores de hoje precarizados, mas dos que foram demitidos sem nenhum direito. Que foi a que a Justiça do Trabalho apontou fraude e ocultação patrimonial em empresas de transporte em Aracaju. Só esse dado aqui que diz, que trata das acusações de fraude, que o juiz declarou aqui e também pontuou que os recursos dos subsídios e da bilhetagem que vai para AracajuCard, que AracajuCard repassou e apresentou documentos em mídia para a Justiça. O material foi incluso no processo e ampliou as provas sobre a transferência irregular de valores entre as empresas do grupo. O que é que as empresas fazem? Elas fazem uma blindagem patrimonial. E, acusa aqui, o Adierson Carneiro Monteiro, como principal responsável pelas movimentações de ocultação patrimonial. Isso aqui já é suficiente para uma medida drástica da prefeita eleita. O que nós vamos dizer aqui agora, nós dissemos na legislatura anterior. Nós exigimos que a SMTT e que Edvaldo fizesse uma intervenção nas empresas que não cumpriam com as suas obrigações, nem com a população, nem com os direitos trabalhistas. Edvaldo não fez. E nós aqui dissemos para todos os vereadores e vereadoras, e Emília estava presente nesse dia, que a saída para defender trabalhadores e a população não é botar mais dinheiro para empresa que não pagou e nem vai pagar. Porque já houve ação judicial e deu prazo, eles pagaram dois meses e deixaram o resto de fora. Têm pessoas de dez anos demitida que nunca recebeu nada. E a Justiça vem atuando sobre essas empresas. Portanto, o discurso aqui que defende trabalhador não é bem assim. Porque para defender trabalhador não se pode fazer reuniões com empresários e dando mais dinheiro público para eles, que continuam sem cumprir com as obrigações trabalhistas, nem dos demitidos, nem dos atuais. Portanto, há verdades e verdades ditas. E não somos nós, no campo da esquerda, que usamos de caricaturas

mediáticas para enganar a população, porque nós somos parte da classe trabalhadora, e não podemos desqualificar e menosprezar e dizer que trabalhadores não são organizados para lutar pelos seus direitos, porque nossos trabalhadores não são massas de manobra, são pessoas que sentem, que estão aqui do lado de fora, estão aqui na Câmara, estão aqui nas galerias. Nossos trabalhadores se organizam em sindicatos, se organizam em movimentos sociais, se organizam pelas suas pautas diárias e ocupam as ruas, porque esse é o nosso lugar. Esse é o lugar. Como também aqui, porque esse é o lugar de trabalhador e trabalhadora também ocupar. Então, nós não estamos cobrando aqui o prejuízo passado nas contas nas costas da atual prefeita. O que nós cobramos da atual prefeita é a transparência e uma atuação firme daquilo que ela criticava de Edvaldo, agora que ela é a prefeita. Primeiro, teria que reunir o consórcio para expor a situação e ter uma legitimidade maior dentro do consórcio. Eu fui autora de um projeto aqui, de emenda à Lei Orgânica, que Edvaldo retirou o poder desta Casa, da Câmara, de decidir sobre a tarifa de ônibus. Nós recuamos da emenda à Lei Orgânica, porque acabaram chamando o consórcio e nós esperávamos que o consórcio desse conta da demanda. O consórcio não foi desfeito. A prefeita está no consórcio. Por que não levou o problema para o consórcio, para tomar as medidas via consórcio? A licitação está sob judice, não pode fazer uma nova licitação agora. O contrato que foi feito com as duas empresas no apagar das luzes, que nós criticamos, e ela também criticou, continua. E ela não informou nada, até que nós saibamos, nada para as empresas que iriam ter um destrato unilateral. Não foi dito, se houvesse destrato unilateral, qual a multa que a prefeitura ia pagar com recursos públicos. Não tem nada formalizado do nosso conhecimento. Por isso, nós apresentamos o requerimento e estamos aguardando a resposta. Então, não tem como fazer licitação. O que é que a prefeita teria que fazer? A prefeita teria que fazer, para garantir direito aos trabalhadores, intervenção já na Progresso. Ela não fez. Exatamente. Por isso, esse projeto do veto precisa ser derrubado, gente. Precisa ser derrubado. Porque isso é ser conivente com o que eu disse ontem aqui e repito: com a corrupção de uma empresa que mantém outras ao seu redor. Por isso, nós precisamos derrubar o veto. Eu passo aqui a palavra para o vereador Camilo. E, em seguida, para o vereador Elber.

#### **CAMILO DANIEL – PT – APARTE**

Agradeço muito, Professora Sônia Meire, o aparte de Vossa Excelência. E quero aqui, de pronto, já dizer o seguinte: a Prefeitura de Aracaju, com a nota oficial que foi

emitida, presidente e vereador Byron, a Prefeitura de Aracaju está mentindo. É importante dizer isso. Quando eu falei hoje na entrevista que era mentiroso, mentirosa, era a nota da prefeitura. Eu não citei que ninguém aqui era mentiroso. Exatamente pelo seguinte, olha o que tem na nota aqui da prefeitura: “O projeto que gerou os vetos foi apresentado na Câmara Municipal após as eleições de 2024.”. Se você pegar a matéria que o vereador Lúcio Flávio colocou aqui, você vai ver a data de apresentação desse projeto, que é maio do ano passado. Em maio de 2024. Em maio, ninguém sabia quem seria prefeita ou prefeito da cidade de Aracaju e os problemas estavam acontecendo já. Então, eu acho, aqui, eu acho que isso é que é manipulação. E política e politicagem, como diz aqui, é o que estão tentando fazer enganando a população. É isso aqui que estão tentando fazer. Em janeiro, a prefeita Emília deu um prazo de 60 dias. Quando acabou o prazo de 60 dias, a prefeita Emília deu um prazo de mais 30 dias. E vai viver de prazo? Cadê a solução dos problemas? A gente precisa e exige. E não dá para dizer que não sabia da situação, porque tanto Emília quanto Ricardo que sentavam aqui, os dois denunciavam sempre esse problema. Não dá também para dizer que está se gerando caos ou que vai se gerar caos. Porque caos poderia se gerar no caso da Torre, por exemplo, que fazia até um serviço de qualidade, foi retirado e o serviço continua. Agora, no sistema de transporte, o caos já está instalado, Professora Sonia Meire.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – ORADORA**

Com certeza.

**CAMILO DANIEL – PT – APARTE**

Ônibus quebrado. Então, eu agradeço muito e repasso aqui. Muito obrigado.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – ORADOR**

Dizer que o que eu propus aqui tem base na Lei Federal nº 8.987, que trata das concessões e permissões. Isso, sim, é defender direito do trabalhador. O Vereador Elber, dentro do espaço de tempo, com prazer.

**ELBER BATALHA – PSB – APARTE**

Muito obrigado, serei extremamente breve. Primeiro, parabenizar a Vossa Excelência por se lembrar e de nos relembrar do instituto da encampação do Direito Administrativo, que é quando uma empresa que exerce, por concessão ou permissão, um serviço público e ela entra em colapso, seja ele financeiro, com seus colaboradores,

pode a Administração Pública diretamente avocar o serviço para si e regularizar. É um tipo de intervenção, como aconteceu com o Hospital Cirurgia e tem esse caso de sucesso. Num segundo momento, quero fazer uma reflexão e peço atenção dos colegas vereadores. Esse projeto do vereador Camilo... Está todo mundo falando de Progresso, Progresso... Não serve para Progresso, não. A Progresso já foi por vinagre há muito tempo. Esses trabalhadores, infelizmente, pela desídia também de Edvaldo Nogueira, pela falta de encampação de agora e de outrora, esses trabalhadores já estão num prejuízo imenso e fatalmente, dificilmente receberão suas verbas trabalhistas. O que a gente precisa é colocar isso na lei para prevenir que não aconteça de novo, que não aconteça com as empresas que serão contratadas precariamente novamente, porque é o que tudo indica. Se esse decreto for cumprido, que a prefeita botou um decreto de 12 anos, mas a regra já era sete anos pelo TAC. Mas, que seja, se ela cumprir esse decreto, daqui a vinte e poucos dias, o Progresso está fora. A Modelo pode até pagar seus débitos, mas essa lei é necessária para que a gente evite que essa história se repita, Janelinha.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – ORADORA**

Exatamente.

**ELBER BATALHA – PSB – APARTE**

Para que os próximos não cometam o mesmo abuso. Então, quando forem discutir esse veto, parem de discutir o passado da Progresso. Que Progresso foi regresso.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – ORADORA**

É daqui para frente.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Vereador Elber Batalha, encerrou o tempo da oradora Professora...

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – ORADORA**

Obrigada. Para concluir, eu só quero dizer o seguinte, para toda a população que está nos acompanhando: a intervenção é a maior e a mais importante declaração de confiança da gestora, hoje, para com a população. Quando você não faz intervenção, você está protegendo, exatamente, o empresário e não a população. É isso que nós precisamos avançar.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Para concluir, vereadora.

**PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL – ORADOR**

Obrigada. Sigamos firmes até derrubar o veto. Obrigada.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

O próximo orador do Grande Expediente é o vereador do PSB, Rodrigo Fontes. B de bola. Eu falei, PSB. O senhor ouviu equivocadamente a troca da letra. É, foi o jogo de ontem, eu entendo.

**RODRIGO FONTES – PSB – ORADOR**

Senhor presidente Sargento Byron, colegas vereadores, imprensa aqui presente, pessoas da galeria, funcionários desta Casa. Hoje, o assunto não poderia ser outro senão a votação dos vetos. Eu quero parabenizar o vereador Camilo pela preocupação que tem com os funcionários das empresas de transporte. Eu quero dizer que essa preocupação que Vossa Excelência tem, vereador Camilo, eu também tenho. Pensamos de forma igual, só divergimos na forma de resolver o problema desses funcionários. Eu acho que se você tem... Se eu tiver, se eu for credor de alguém, eu quero que a pessoa com quem eu tenho o crédito tenha recurso. Quanto mais recurso tiver, mais fácil será de acertar as pendências comigo. Por isso, o subsídio, o que é o subsídio? O subsídio é uma ajuda para que haja uma taxa que possa ser cumprido o serviço. Como é que você vai tirar o... Se uma empresa não está conseguindo honrar seus compromissos trabalhistas com o subsídio, como é que ela vai conseguir honrar sem receber o subsídio? Isso me faz lembrar, a gente não pode, na raiva, na emoção, prejudicar os funcionários. Isso me faz lembrar um conto antigo que diz que dois vizinhos eram inimigos mortais, apareceu um gênio, chegou para um dos vizinhos e disse: “Faça um pedido, e o que você pedir, o seu vizinho receberá em dobro.”. Ele disse: “Eu quero ficar cego de um olho, para que ele fique cego dos dois.”. Esse não é o caminho. Se você tem alguma divergência, algum problema, esse não é o caminho. Nós precisamos... A gente tem que exigir que seja pago o subsídio e cobrar que esse subsídio seja para pagar os direitos dos trabalhadores. Eu digo, vereador Camilo, que eu fico feliz, eu fico feliz de ver a preocupação de Vossa Excelência. A mesma preocupação que Vossa Excelência tem, eu tenho, só divergimos da forma de como podem ser honradas as pendências trabalhistas. Quero falar também a respeito do veto da questão das escolas. Foi um projeto... O vereador Elber Batalha,

meu colega de partido, projeto muito importante. Sua preocupação, Elber, sua preocupação é uma preocupação que eu tenho também, porque as escolas têm uma política contratual diferente de todas as outras classes empresariais. Se você tem... O vereador Lúcio Flávio tem uma empresa de publicidade, se amanhã um cliente dele não pagar, ele cancela o contrato. O dono de escola não pode. Ele é obrigado a cumprir todo ano, mesmo sem receber e pagando os impostos. Se esse projeto fosse único e exclusivamente para as escolas particulares, ia ter o meu voto, o meu apoio, eu votaria com a maior felicidade do mundo. Agora, o que acontece? Infelizmente, se você dá esse benefício às escolas, vai se estender a todas as empresas prestadoras de serviço do município que pagam ISS. Vamos quebrar o município. Eu acho... Eu quero assumir aqui um compromisso, eu vou votar pela permanência do veto e eu assumo um compromisso aqui, eu quero falar com o meu colega, o vereador Elber Batalha, somar-me a ele, para que todos nós possamos juntos construir alguma forma de ajudar as escolas particulares. O pleito deles é mais do que justo, o seu projeto é mais do que justo, um projeto brilhante. A gente não pode penalizar uma classe que tem uma condição contratual diferente de todas as outras, de todas as outras. Agora, não podemos também estender esse benefício para todos os setores empresariais e quebrar o município. Nós temos aqui, eu acho, uma missão de nos somar para conseguir construir uma forma de ajudar as escolas particulares sem comprometer a arrecadação do município. Com a palavra, meu nobre colega Elber Batalha.

#### **ELBER BATALHA – PSB – APARTE**

Vereador Rodrigo, primeiro digo a Vossa Excelência, se quisessem resolver, resolveriam agora, eu não acredito em resolução futura. Fizemos aquela reunião que o vereador Isac, com muita boa vontade, se comprometeu em cobrar para que viesse uma proposta alternativa. E a manutenção desse veto é, mais uma vez, derrotar os estabelecimentos de ensino. É, mais uma vez, permanecer essa tributação injusta. Faço uma proposta a Vossa Excelência, derrubemos o veto e eu voto favorável a uma lei que chegue aqui segunda-feira, terça-feira, delimitando o recorte somente para as escolas. Faço voto, peço voto de Camilo, de Sônia, de Iran, fazendo esse recorte. Isso quanto ao veto dos estabelecimentos de ensino. E quanto ao veto do transporte coletivo eu quero dizer a Vossa Excelência, não vote comigo, não. Vote com esse rapaz aí, que eu acho que o senhor gosta dele. Marquinhos coloca, por favor, o vídeo que lhe mandei. Siga a



proposta desse vereador, por favor. Suspense. O vídeo é pesado mesmo. (*Exibição de vídeo*).

### **RODRIGO FONTES – PSB – ORADOR**

Meu nobre vereador. Brilhante vereador, nosso vice-prefeito hoje, que se tornou vice-prefeito pela sua boa atuação. Eu quero dizer o seguinte: se você tem um crédito para receber, você quer que a pessoa esteja quebrada ou que ela esteja com algum recurso que possa criar a esperança de você receber. Entendeu? Eu quero dizer uma coisa, que eu voto com o que eu penso e aqui não tem nenhuma subserviência à prefeitura e a ninguém, não. Quero também dizer aqui agora que o projeto dos odontólogos, eu vou votar pra derrubada do veto. Aqui não tem vereador submisso, não. Não é porque veio do Poder Executivo que a gente vota, não. Eu vou votar com a consciência. Eu vou votar no que eu acredito. E eu tenho certeza que cada vereador que está aqui. Se tivesse um crédito para receber de alguém, queria que a pessoa tivesse recebendo alguma coisa, tivesse a possibilidade de pagar. Como é que eu vou torcer para que a pessoa que me deve passe a receber menos? Como é que ele vai me pagar? É mais fácil ele me pagar recebendo alguma coisa ou cada hora sem receber recurso? É a coisa que eu falei há pouco, é a história dos dois vizinhos inimigos e aparece um mestre da lâmpada e pergunta: “Amigo, faça um pedido, o que você pedir, seu vizinho vai receber em dobro.”. Você, na raiva, vai dizer: “Quero ficar cego de um olho, para ele ficar cego dos dois.”. Esse não é o caminho. Esse não é o caminho. Eu fiz questão de registrar aqui como votarei e mostrar também que, aqui, a bancada não é subserviente, se fosse, nós votaríamos com os três vetos da prefeita. O veto dos odontólogos, nós vamos votar pela derrubada do veto. Pode ter certeza, vereador Elber Batalha. Quero dizer e quero me somar com Vossa Excelência, com todos os vereadores e com os representantes das escolas particulares para juntos construirmos uma forma, que essa categoria que tem um regime contratual diferenciado tenha também uma forma de tributação diferenciada. Mas não podemos estender para todas as classes empresariais, para não quebrar o município de Aracaju. Muito obrigado.

### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT**

Dando sequência ao Grande Expediente, vereador Sávio. Vereadora Selma França, declina. Soneca. Vereadora Thannata. Vereadora Thannata, Grande Experiente. Declina. Vereador do PD, líder do PDT nesta Casa, vereador Vinícius Porto, Grande Expediente. Vai falar da bela atuação do Confiança ontem.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – ORADOR**

Senhor presidente, minhas colegas vereadoras, vereadora Selma França, vereadora Moana, vereadora Sônia Meire, que honra ter vocês três aqui neste Parlamento Municipal. Meus colegas vereadores, em nome do vereador Iran Barbosa, que está com o pé machucado, mas em breve Vossa Excelência voltará a praticar suas atividades físicas normalmente. Mas eu quero tratar de alguns assuntos muito importantes. Olha, nós temos hoje a primeira votação de alguns colegas vereadores aqui sobre esses vetos que nós teremos que nos posicionar daqui a alguns instantes. Eu quero dizer que tudo isso faz parte da política. A gente está aqui nesta Casa já há algum tempo e já recebemos diversos líderes de categorias, diversos líderes de setores aqui da sociedade Aracajuana. Isso é normal. Isso não me abala nenhum segundo. Temos que respeitar o contraditório. Temos que ouvir a todos, saber dos seus desejos, saber do que pode ser feito. E nós temos a obrigação de explicar os detalhes das situações. Isso que vem acontecendo aqui, manifestação, isso é da democracia, minha gente. É natural que isso aconteça. Eu me lembro de quando o Uber chegou aqui em Aracaju, foi uma confusão aqui nesta Casa. Vereador Anderson de Tuca era vereador aqui de Aracaju, não sei se Iran era nessa época. Foi uma confusão. Os taxistas vieram para cá, dizendo que ia acabar com o trabalho deles. Os funcionários, as pessoas que queriam começar a trabalhar no Uber também vieram para cá se manifestar, porque é uma realidade mundial o trabalho no Uber. Naquela época, só tinha Uber, hoje já tem vários aplicativos. E passamos aqui uma semana, 15 dias, 30 dias e o que aconteceu? Aconteceu que hoje esses homens e mulheres que trabalham no Uber estão satisfeitos e os taxistas estão também sustentando suas famílias de forma tranquila. Mas, naquele momento, nós poderíamos ficar nervosos, preocupados com essas manifestações, e tivemos a hombridade de sentar com as duas categorias. Sentamos com os taxistas, sentamos com os profissionais do Uber. Eles passaram algumas informações, os seus desejos. Os taxistas passaram as suas angústias. Tivemos reuniões com o prefeito da época, com o superintendente da SMTT e tudo foi resolvido da melhor forma possível. E é dessa forma que eu passo essa mensagem para os senhores. Fiquem tranquilos, isso aí faz parte da democracia, porque se nós não respeitássemos isso, nós estaríamos amassando, jogando fora uma história linda que cada um está escrevendo da sua vida política. Essa é a primeira, mas vamos ter várias. Vamos ter grandes manifestações aqui também, de parar o centro da cidade, de reclamação, e a Câmara para, senta. É como o

Ricardo, nosso presidente, sempre faz, e nós fazemos também, ouvir a todos, conversar com todos, saber quais são as angústias, quais são os anseios, o que é que nós podemos fazer para ajudá-los. Porque nós somos representantes do povo aracajuano e nós temos que ouvir a todos, ouvir a sua dor e procurar levar o remédio para curar essa dor. Vereador Elber.

#### **ELBER BATALHA – PSB – APARTE**

Vinícius, eu quero lhe parabenizar pela maturidade do pronunciamento. Talvez para os mais recém-chegados ao Parlamento, isso assuste um pouco e é natural que isso ocorra. E não falo assustar de forma depreciativa, mas de ser uma nova realidade de convivência. Mas quero aproveitar a fala para voltar ao ensejo dos vetos e, sobretudo, debater dois assuntos, que me parece que o veto sobre a questão dos odontólogos se encaminha para meio que o convencimento de derrubada dele e ficam os outros dois para uma discussão. Eu quero dizer aqui, claramente, repito, há um consenso dos colegas vereadores da injustiça que se faz com os empresários do estabelecimento de ensino, vereadora Moana, de que eles são tributados a mais do que deviam. Se a questão é a redação do projeto, derrubemos o veto e eu me comprometo, que a bancada de oposição votará ainda semana que vem num projeto da prefeitura enviada sobre isso, Isac, e sei da sua boa vontade para que isso aconteça, fazendo recorte e limitando essa questão somente para as escolas. É fácil de resolver. Agora, o que se quer exigir é que se dê 90 dias para que o procurador Hunaldo pense no que vai fazer. A decisão política da prefeita Emília tem que ser dada. Eu vou fazer e pronto. E volto a dizer, na questão do veto do transporte, esse projeto de Camilo não serve mais para Progresso. A Progresso não vai pagar esses trabalhadores. Não vai, porque já exauriu o patrimônio. Daqui a 20 dias, com fé em Jesus Cristo, espero que a prefeita cumpra a palavra e o decreto, estipe a Progresso da história do transporte público de Aracaju. Agora, essa lei de Camilo tem que vigorar, sabe por quê? Para as próximas empresas que virão. Porque já me chega a informação que a Progresso se reapresenta com outro CNPJ e com outro nome, para dar mais golpe nos trabalhadores. Então temos que aprovar essa lei para evitar que o lobo se fantasie de cordeiro para, mais uma vez, usurpar o dinheiro dos trabalhadores aracajuanos.

#### **VINÍCIUS PORTO – PDT – ORADOR**

Nós vamos votar três vetos hoje aqui, que vem sendo discutido exaustivamente. E eu queria enaltecer a figura de um grande vereador que é o vereador Isac Silveira. Eu

ouvi atentamente o discurso do vereador Iran Barbosa, ele dizendo mais cedo: “Olha, esses vetos não foram votados ainda, porque estão sendo exaustivamente discutido, dialogado com os interessados.”. Então, eu quero deixar claro, vereador Isac, e parabenizar a Vossa Excelência pela condução desse trabalho. Olha, essa semana, nós tivemos uma reunião aqui na sala do presidente com a federação das escolas particulares aqui do estado de Sergipe. E lá fomos discutir, abrimos espaço para que eles pudessem se pronunciar, para que eles pudessem colocar os seus posicionamentos. Tivemos também, pouquinho antes, uma reunião com os auditores fiscais aqui de Aracaju, colocando seus posicionamentos. Então, isso é muito bom, porque a gente não pode aceitar que uma matéria venha para esta Casa, seja discutida aqui hoje e votada amanhã. Não. Esse é o perfil do presidente Ricardo, ouvir a todos. E é um grande exemplo de Parlamento. Por isso que eu não me canso. Ele está em reunião lá fora, não está aqui no Parlamento ainda, e eu digo: ele representa o melhor presidente de Câmara do Brasil. Ele está ali, presidente. Dando um exemplo. Eu vi recentemente o prefeito de Tomar do Geru dizendo: “Olha, a Câmara Municipal não está me obedecendo.”. Veja que termos. Isso se deve da semente plantada por Ricardo Vasconcelos, que ele está aqui. Ricardo, eu comecei a minha fala, Vossa Excelência não estava aqui, estava em reunião interna. Mas eu quero dizer que essa semente que está sendo plantada, está dando frutos, não apenas aqui em Aracaju, mas em cidades circunvizinhas. Como eu vi o prefeito de Tomar do Geru dizendo: “A Câmara não está me obedecendo.”. E o presidente da Câmara disse: “Olha, eu faço a minha parte. Eu sou do Legislativo Municipal. Essa voz forte e marcante do presidente Ricardo está reverberando nos municípios sergipanos. Acorda, Legislativo. Acorda, Legislativo. Com muito respeito, com muita austeridade e com muita independência. É isso que nós pensamos.

#### **LÚCIO FLÁVIO – PL – APARTE**

Obrigado pelo aparte. Eu quero aproveitar a presença do presidente, já devidamente elogiado por Vossa Excelência, só para compartilhar com os colegas um áudio acerca do tema que fora tratado recentemente. Quero passar aqui para os senhores. (*Execução de áudio*). Apenas aproveitando a presença do presidente Ricardo Vasconcelos, do líder Isac, eu quero agradecer por essa concessão do aparte.

#### **VINÍCIUS PORTO – PDT – ORADOR**

Muito bem, vereador Lúcio. Foi importante essa fala que Vossa Excelência acabou de colocar aqui, e dizer que vocês dois, líder e vice-líder, cumprem um papel

fantástico aqui nesta Casa. Vocês estão indo muito bem, no relacionamento com os colegas, colocando os seus posicionamentos, enriquecendo o discurso aqui nesta Casa. Que bom que os senhores foram escolhidos para ser o líder e o vice-líder da prefeita Emília nesta Casa. Mas, meus colegas vereadores, encerrando a minha fala de hoje, eu queria, deixando para os últimos dois minutos, dizer do meu orgulho, da minha felicidade de ser apaixonado por um esporte chamado futebol, um esporte que vive da emoção. Mas que alegria que eu tive ontem de ver os nossos atletas do Confiança representarem o nosso estado de Sergipe. Ontem no Sport TV, canal mais importante do esporte no Brasil, eles enaltecendo o Confiança, e quando se enaltece o Confiança, enaltece o nosso estado de Sergipe, enaltece a nossa cidade de Aracaju. Ontem foi um clube da Série A, com toda a estrutura. O salário, vereador Lúcio Flávio, de um jogador do Ceará, Pedro Raul, é maior do que o somatório de todos os salários dos jogadores do Confiança. Um jogador apenas. Nós fomos ao Castelão, empatamos e não perdemos o jogo. E, no final, os jogadores do Ceará estavam mortos de cansados. Lutaram, lutaram muito, mas os nossos guerreiros do estado de Sergipe, da nossa querida Aracaju, nos representaram, demonstrando a força do homem e da mulher de Aracaju e de Sergipe. Parabéns, guerreiros. Parabéns à torcida do Confiança, essa massa que é apaixonada pelo clube. Parabéns à diretoria do Confiança, parabéns aos conselheiros do Confiança. O Confiança está mais vivo do que nunca, dando orgulho ao povo sergipano e ao povo aracajuano. Fomos eliminados? Fomos. Mas nós perdemos uma luta, não perdemos a guerra. E aí vem a série C, que nós iremos representar, cada vez mais, o povo de Aracaju e o povo sergipano. Viva a Associação Desportiva Confiança.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Sessão está suspensa. Reaberta a sessão. Vamos dar início a nossa Ordem do Dia. Recomposição de quórum. Não podemos ter problema hoje. O problema que teve terça-feira foi esse. A recomposição de quórum aqui no sistema, tem quantos vereadores? 21? Temos quórum, vamos dar início a nossa pauta.

#### [Pauta da 14ª Sessão Ordinária.](#)

Veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 6/2024 de autoria do Poder Executivo. (Leu). Com a palavra, vereador Elber.

#### **ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO VETO**

Senhor presidente, eu gostaria regimentalmente, como prevê o nosso Regulamento Interno, de que a doutora Tereza Lima, presidente do Conselho Regional de Odontologia, pudesse utilizar a palavra pelo tempo regimental para expor a visão do Conselho Regional de Odontologia sobre o tema.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Está concedido o pedido, pode convocar a doutora. Eu só vou pedir para que marque um tempo aqui embaixo, então, já que a gente está com esse defeito de novo. Peço a compreensão de todos, mas não vamos interromper a sessão, não. Vamos assim mesmo. A senhora tem dez minutos.

**ANA TEREZA LIMA – PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE**

Bom dia, senhoras e senhores. Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui nesta Casa, mais uma vez; ao presidente da Casa, doutor Ricardo Vasconcelos; ao vereador Elber Batalha, que acolheu o nosso pleito; e a cada vereador que nos recebeu e foi sensibilizado por uma causa mais do que justa, que é a forma da cobrança da taxa da vigilância sanitária ao consultório de pessoa física dos cirurgiões dentistas desta capital. Para dar um exemplo claro, o que é fiscalizado é o ambiente, quem regula o exercício profissional é o Conselho Regional de Odontologia. Então, o cirurgião dentista que pode atuar, ele tem que estar graduado e inscrito no Conselho Regional de Odontologia. E é claro que ele precisa de um ambiente que seja fiscalizado e o conselho reafirma a importância dessa fiscalização da vigilância sanitária, para que o exercício da odontologia seja entregue à sociedade de forma correta. Então, não é sobre não fiscalizar, é sobre taxar de uma forma justa. Ou seja, se ali tiverem 10 colegas atuando, é taxado 10 vezes aquele mesmo ambiente, o que não entendemos como justo. Afinal de contas, se eu tiver um alvará sanitário no meu CPF, eu não posso atender no meio da rua, eu preciso de um ambiente realmente respaldado e fiscalizado tanto pelo conselho, quanto pela Vigilância Sanitária. Então, eu quero agradecer também ao vereador Isac, que se sensibilizou com o nosso pleito, e dizer que a gente está aberto às novas negociações e à forma como eles pensam em regulamentar as outras mudanças que estão por vir. Mas a múltipla cobrança por CPF, a gente entende que não é justo. Por aqui, a gente solicita que vocês entendam e que façam a justiça, que é uma luta antiga, tanto do conselho, quanto do Sindicato de Odontologia. Muito obrigada.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

O veto está na Comissão de Justiça para parecer. Pastor Diego.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Senhor presidente, o veto é referente ao Projeto de Lei Complementar nº 6/2024, de propositura e autoria do vereador Elber Batalha. “A Prefeitura de Aracaju fundamentou o veto total do Projeto de Lei Complementar nº 6/2024, com o argumento de que a proposta legislativa era contrária ao interesse público. Segundo a justificativa apresentada, a isenção de taxa para MEIs e a modificação na forma da cobrança, poderiam desconfigurar a natureza jurídica da taxa de vigilância sanitária, comprometendo a fiscalização sanitária adequada no município. A prefeita sustentou que tais mudanças acarretariam uma diminuição significativa na arrecadação municipal, o que impactaria negativamente os recursos destinados à vigilância sanitária e, consequentemente, à saúde pública. É imprescindível analisar minuciosamente os argumentos apresentados pela prefeita, bem como os princípios constitucionais e legais aplicáveis ao caso, especialmente no que diz respeito à competência legislativa dos municípios para instituir e modificar tributos. Além disso, será necessário avaliar o impacto financeiro e administrativo das alterações propostas pelo projeto de lei e verificar se elas realmente comprometem a fiscalização sanitária ou se podem ser implementadas sem prejuízos significativos ao interesse público. Portanto, este parecer foi elaborado com o propósito de fornecer uma análise detalhada. Inicialmente, cumpre analisar a natureza jurídica das taxas do direito tributário brasileiro. As taxas são tributos vinculados, instituídos para remunerar o exercício irregular do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição conforme dispõe o Artigo 145, inciso II da Constituição Federal. No caso em tela, a taxa de vigilância sanitária se enquadra na primeira hipótese, sendo cobrada em razão do exercício do poder de polícia sanitária. Artigo 145, inciso II. Taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte dos municípios à sua disposição. O poder de polícia é uma prerrogativa estatal que visa assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares, garantindo a ordem pública e a segurança, a salubridade e a moralidade. O Sistema Tributário Nacional instituiu normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, ao

Estado e ao Município. Artigo 78. Considera-se poder de polícia atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público. No presente caso, o Projeto de Lei Complementar nº 6/2024 propõe duas alterações significativas no Código Tributário Municipal de Aracaju. A isenção da taxa de vigilância sanitária para os microempreendedores individuais, o MEIs, e a cobrança unitária da referida taxa por estabelecimento, vedando a cobrança individualizada por profissional. A prefeita de Aracaju vetou o projeto com base no argumento de que tais mudanças desconfigurariam a natureza jurídica da taxa e comprometeriam a fiscalização sanitária adequada. Para analisar a viabilidade da derrubada do veto da prefeita, é necessário examinar se as alterações propostas no projeto são compatíveis com os princípios e normas que regem o Sistema Tributário Brasileiro, bem como avaliar os possíveis impactos econômicos e sociais das medidas. Primeiramente, quanto à isenção da taxa de vigilância sanitária para MEIs, deve-se considerar que a concessão de isenção tributária deve observar os princípios constitucionais da isonomia e da capacidade contributiva. A isonomia tributária preconiza que contribuintes em situações equivalentes devem ser tratados de forma igualitária, enquanto o princípio da capacidade contributiva estabelece que os tributos devem ser cobrados conforme a capacidade econômica do contribuinte. Os MEI são pequenos empreendedores que possuem receita bruta anual limitada e exercem atividades econômicas de baixo impacto. A isenção da taxa de vigilância sanitária para esses profissionais visa reduzir a carga tributária sobre um segmento econômico vulnerável, incentivando a formalização e a regularização dos negócios. Nesse sentido, a medida pode ser considerada uma forma de promover a justiça fiscal e estimular o empreendedorismo local. No entanto, é preciso avaliar se a isenção comprometeria a arrecadação necessária para custear as atividades de fiscalização sanitária. A redução dos recursos disponíveis poderia afetar a capacidade do município em realizar inspeções e monitoramentos periódicos essenciais para garantir a conformidade com as normas sanitárias e proteger a saúde pública. Portanto, é fundamental analisar o impacto financeiro da isenção sobre o orçamento público municipal destinado à vigilância sanitária. Em relação à proposta de cobrança unitária da taxa de vigilância sanitária para esse estabelecimento, independente do número de profissionais que nele atuem, deve-se considerar o princípio da razoabilidade



e da proporcionalidade na cobrança dos tributos. A cobrança individualizada por profissional pode resultar em uma sobrecarga financeira para o estabelecimento, que empregam ou contratam vários profissionais, especialmente em setores como clínicas médicas e odontológicas. A cobrança unitária para o estabelecimento visa evitar a duplicidade de cobranças e tornar a tributação mais justa e proporcional à realidade dos empreendimentos. No entanto, é necessário garantir que essa medida não comprometa os recursos necessários para custear as atividades de fiscalização sanitária. Uma solução intermediária poderia ser estabelecida. Por outro lado, é imprescindível assegurar que as atividades de fiscalização sanitária permaneçam. A saúde pública é um bem jurídico tutelado pela Constituição Federal e deve ser protegida por meio de ações efetivas da vigilância sanitária e do controle sanitário. Ademais, é importante ressaltar também o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, que tem se posicionado de maneira consistente em relação a questões de isenção de taxa de tributos, especialmente no que diz respeito à natureza jurídica das taxas e à competência dos municípios para instituir e modificar tributos. Em diversas decisões, o Supremo reafirmou que a criação de taxas deve observar o princípio da legalidade, conforme preconiza o Artigo 150, Inciso I da Constituição Federal. Isso implica que qualquer isenção ou alteração na forma da cobrança das taxas devem ser realizadas por meio de lei específica, a qual deve ser aprovada pelo Legislativo. O STF também tem enfatizado a importância da fiscalização sanitária e a necessidade de que taxas cobradas estejam vinculadas à prestação de serviços públicos efetivos. A Corte tem reconhecido que a isenção de taxas, como taxa de vigilância sanitária, deve ser analisada sob a ótica da proteção da saúde pública e da manutenção da capacidade do Estado em realizar a fiscalização necessária. Portanto, a análise da viabilidade de derrubar o veto da Prefeitura de Aracaju ao Projeto de Lei Complementar nº 6/2024, ela leva em conta a legalidade da isenção proposta, mas também os impactos que essa medida pode ter sobre a fiscalização sanitária e proteção da saúde pública. O posicionamento também ressalta que a competência dos municípios para instituir taxas é acompanhada da responsabilidade de garantir a efetividade dos serviços públicos. Assim, ao avaliar os argumentos apresentados pela prefeita, a gente considera que a isenção de taxa sanitária para microempreendedores individuais, ela não poderia comprometer a capacidade do município em realizar fiscalização sanitária de maneira adequada, ou, ao contrário, poderia ser implementada sem prejuízos significativos ao interesse público. Por fim, é fundamental considerar o interesse público na análise da viabilidade de derrubar o veto. O desenvolvimento econômico

local e a promoção do empreendedorismo são objetivos legítimos e importantes para o município. Diante dessas considerações, conclui-se que há fundamentos jurídicos sólidos para defender a derrubada do veto total imposto pela prefeitura ao Projeto de Lei Complementar nº 6/2024. As medidas propostas estão alinhadas com os princípios constitucionais da isonomia e da capacidade contributiva, além de promoverem a justiça fiscal e incentivarem o desenvolvimento econômico local.”. É o parecer da comissão. Como vota... Eu mesmo? Como vota, o vereador Elber Batalha?

**ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Acompanho o seu brilhante voto, meu presidente e relator.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Como vota o vereador Anderson de Tuca?

**ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Vossa Excelência, após ouvir detalhadamente esse belo parecer, que Vossa Excelência estudou bastante para que pudesse emitir, parabéns. Fico feliz em saber que Vossa Excelência tem o cuidado e o zelo com a legislação, vendo todas as formas possíveis para que tramite de forma imparcial. Então, sigo Vossa Excelência.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Como vota o vereador Isac?

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Presidente, quero aproveitar o ensejo para dizer que nós nos debruçamos e fizemos uma conversa, um diálogo exaustivo, tanto com a prefeita Emília Corrêa, com o procurador dr. Hunaldo também, com o Conselho de Odontologia, com o Sindicato dos Odontólogos e construímos o entendimento de que seria razoável a gente não manter esse veto, na perspectiva de que haverá uma nova regulamentação, dessa vez mais equânime, mais justa. Então, eu quero acompanhar o voto de Vossa Excelência e rogar aos demais membros desta comissão que também acompanhem, para que possamos

encerrar a discussão desse veto ainda na Comissão de Redação e Justiça. Sei que o mesmo precisa ir ao plenário, já que penso que ninguém apresentará recurso ao plenário.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Ele vai ao plenário de qualquer jeito, porque é veto.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Ele vai de qualquer jeito, mesmo sendo rejeitado da Comissão?

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Obrigatoriamente.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Eu acompanho o voto. Obrigado.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Como vota a vereadora Sônia?

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Primeiro, eu quero dizer que tenho o mesmo entendimento do parecer que foi apresentado e lido agora pelo vereador. Segundo, eu acho que o próprio parecer expõe a necessidade de se fazer uma justiça distributiva no sentido da cobrança dos impostos. E porque derrubar o veto não compromete nenhum outro tipo de análise e de trabalho que possa ser feito posteriormente para se adequar a nossa legislação na cobrança de tributos, de fato, às necessidades apontadas pelo conjunto da categoria e pelo conselho aqui exposto. Então, meu voto é favorável ao parecer. Sigo o relator.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

A Comissão de Justiça decidiu pela derrubada do veto. Agora, vamos começar a discussão em plenário. Para defender, primeiramente, o autor, depois... Tá bom. Então, o autor declina a preferência para o líder Isac. E, após, você faz alguma consideração.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO VETO**

Eu quero dizer que já é decisão do Supremo, que após emitido o veto, não é preciso “desvetá-lo”. É uma expressão usada pelos juristas. Então, por conta disso, é que a prefeita Emília não buscou um artifício dessa monta, porque já há a previsão da decisão do Supremo que não pode ser “desvetado”. Portanto, já expliquei, haverá norma que vai regulamentar de forma mais justa a cobrança da taxa da vigilância sanitária, portanto não se deve levar em consideração aqui a renúncia de receita. Não devemos entrar por essa perspectiva, mas pela exigência que se dá ao momento, através do projeto do vereador Elber de se praticar a justiça e a equidade na cobrança do tributo, da taxa de vigilância sanitária. Portanto, encaminho à base aliada e aos demais amigos que votemos contrário ao veto. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Com a palavra, Elber.

**ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO VETO**

Minha palavra é apenas, presidente, para registrar o meu agradecimento coletivo à bancada de situação e à de oposição, que começou a caminhar com esse projeto conosco inicialmente. Quero registrar que o projeto foi, na legislatura passada, aprovado por unanimidade, sem maiores polêmicas aqui, até com o voto do vice-prefeito Ricardo Marques. E tenho certeza que se a vereadora Emília não licenciada estivesse, como estava, votaria. Porque é uma causa extremamente justa, se faz justiça tributária com esses profissionais da odontologia, não vou ser repetitivo aqui. E quero dizer que a Câmara se mantém ativa, a vitória aqui não é de Elber Batalha, a vitória é do Parlamento e, sobretudo, da Justiça Fiscal e dos profissionais da odontologia sergipana. Em nome deles, a todos os colegas, muito obrigado.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vamos começar a votação nominal no painel. Enquanto isso, eu gostaria de parabenizar, especialmente, Isac, que recebeu algumas críticas, vereador Isac, da imprensa, de algumas pessoas, que, enquanto você tentou tirar quórum para não ter votação, uma série de outras coisas, não entenderam que você estava tentando justamente fazer isso, resolver o problema da melhor forma possível. Por isso que eu fui bem compreensível, porque eu vi que Vossa Excelência estava tentando resolver da

melhor forma possível para os odontólogos. Vamos lá? Quem vota “sim”, vota pela manutenção do veto. Quem vota “não”, vota pela derrubada do veto.

**LÚCIO FLÁVIO – PL – PELA ORDEM**

Para discutir. Só repita como é a votação

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Quem vota “sim”, vota pela manutenção do veto. Quem vota “não”, vota pela derrubada do veto.

**LÚCIO FLÁVIO – PL – PELA ORDEM**

Quero agradecer, inclusive pela palavra da liderança, enquanto vice-líder, que comprova mais uma vez o quão falsa foi a narrativa colocada aqui no áudio ao longo do pleno.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para justificar o voto, vereador Breno Garibalde.

**BRENO GARIBALDE – REDE – JUSTIFICANDO VOTO**

Queria parabenizar tanto o Conselho, em nome de Tereza, do sindicato, em nome de Lisandra, que vem travando essa luta durante muito tempo, estivemos conversando. Parabenizar a Elber, que conseguiu achar esse artifício para que a gente pudesse ter esse projeto sendo aprovado no dia de hoje, quem ganha é a odontologia. Parabenizar também, Isac, pela condução e toda base aliada que conseguiu fazer com que esse projeto fosse a frente. Então, quem ganha é a odontologia. Essa cobrança, agora, será feita de forma satisfatória. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para justificar o voto, vereador Vinícius Porto.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – JUSTIFICANDO VOTO**

Senhor presidente, desde que esse veto chegou aqui nesta Casa, que eu vim buscando, juntamente com nossa equipe, argumentos necessários que eu viesse aqui para fazer meus posicionamentos. Representante dos odontólogos aqui de Sergipe fez uma brilhante explanação. Parabéns, eu tive a oportunidade de parabenizá-la. Dizer que eu estou tranquilo com relação a isso e feliz pelo encaminhamento do líder do prefeito a todos os seus liderados, no sentido de que teremos novidades da prefeita, teremos

novidades daqui a alguns meses, alguns dias, para beneficiar essa categoria tão importante aqui na saúde pública de Aracaju. Parabéns, todos os vereadores que, por unanimidade, votaram “não” a este veto.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para justificar, vereador Maurício Maravilha.

**MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – JUSTIFICANDO VOTO**

Quero aqui, senhor presidente, também parabenizar a categoria. É uma vitória e uma justiça também pela questão da classe que tanto vem batalhando e, no dia de hoje, conseguem agora, de fato, poder caminhar e ser taxado da forma que deveria ser. Seria uma injustiça, da forma que vinha anteriormente que, em um único espaço, vários odontólogos que trabalhavam no mesmo local serem taxados como pessoa física, todos. Então, parabéns pela vitória de vocês também.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Lúcio, ali foi quase uma justificativa de voto. Perfeito. Verdade. Pode justificar o seu voto.

**LÚCIO FLÁVIO – PL – JUSTIFICANDO VOTO**

Eu quero só fazer o registro, justificando o meu voto “não”, da sensibilidade da prefeita em relação a esse tema, nós sempre concordamos com isso, inclusive foi um pleito feito. Justiça seja feita pela Associação Comercial e Empresarial de Sergipe, que pedia por uma reanálise da taxa da vigilância sanitária, antes mesmo desse assunto voltar aqui na discussão da Câmara. Então, eu quero parabenizar esse entendimento da bancada, lembrando de que nós temos uma entrega enquanto governo, inclusive superior ao que foi pedido, e é por isso o encaminhamento “não”, acompanhando o pedido da prefeita Emília e do líder Isac. Obrigado pela oportunidade.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Eu quero dizer a dra. Tereza que o presidente não vota, mas, se eu fosse votar, eu votaria “não” também. Então, encerrada a votação... Para justificar, Professora Sônia Meire.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO**

Olhe sempre para o lado de cá.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Levante o microfone, não deixa assim baixo, não, que eu não enxergo.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO**

Para justificar o voto. Primeiro, parabenizar do vereador Elber, que conseguiu organizar esse projeto e apresentar ainda na legislatura anterior, a qual nós também solicitamos, na época, a subscrição desse projeto. Era uma demanda já de muito tempo dos profissionais da odontologia e também dizer da importância dos vereadores da atual legislatura e vereadoras entenderem a importância de fazer justiça a essa categoria e isso não vai incorrer com nenhum prejuízo com a arrecadação, ao contrário, do município de Aracaju. Então, parabenizar e é isso. Sigamos firme.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Como eu disse, o veto foi derrubado por 24 votos contrários à manutenção dele. Nenhum voto pela manutenção, nenhuma abstenção. Vamos agora ao veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2024, autoria do Poder Executivo. (Leu). Com a palavra, o vereador Pastor Diego...

**ELBER BATALHA – PSB**

Presidente. Somente para registrar, presidente, que eu vou dar uma saída rápida. Antes de começar a votação, o presidente da FENEN – Federação dos Estabelecimentos de Ensino, professor Sebastião, quer usar regimentalmente a palavra.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Ok. Certo. Com a palavra...

**LÚCIO FLÁVIO – PL**

Igualmente os auditores da fazenda, conforme conversamos, estão disponíveis para fazer o uso da tribuna.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Perfeito. Vamos escutar, primeiramente, o da FENEN e, depois, o auditor-fiscal do município de Aracaju. Com a palavra, Pastor Diego na Comissão de Justiça.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Senhor presidente, eu já quero de início fazer uma explicação. Enquanto Comissão de Justiça aqui, a nossa análise é estritamente técnica, até porque, no final da última legislatura, eu também estava como presidente da comissão. Então, seria uma imensa contradição o projeto ter passado pela comissão, a gente votou favorável na comissão, tramitou, foi aprovado e agora vem o veto e a gente muda a análise jurídica da comissão. Então, isso seria totalmente contraditório. A discussão em plenário é uma outra discussão política, que cada um vai ter seu posicionamento, inclusive eu. Mas, nesse momento, agora, de comissão, a minha análise é uma análise totalmente técnica. “Veto ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2024 que altera a redação do inciso I do art. 105 da Lei nº 1.547/98, que instituiu o Código Tributário Municipal e normas do procedimento administrativo fiscal e dá providências correlatas. O referido veto total encontra emparo no art. 109 e no art. 120 caput do inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, que atribui essa competência à Prefeitura de Aracaju.” Vamos para o parecer. “O presente parecer tem o objetivo de analisar a viabilidade jurídica da derrubada do veto total, posto pela prefeita de Aracaju ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2024, que propõe a alteração do inciso I do art. 105 da Lei nº 1.547, Código Tributário Municipal, para estabelecer que a base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, o ISSQN, passe a considerar o valor efetivamente recebido pelo prestador do serviço. A alteração proposta pelo Projeto de Lei Complementar nº 7/2004 é substancial, uma vez que modifica diretamente a forma de apuração do ISS, um dos principais tributos municipais. Atualmente, conforme o art. 105 da Lei nº 1.547, o ISS é apurado com base na receita mensal do contribuinte, sem necessariamente considerar o efetivo recebimento dos valores pelos prestadores de serviços. A proposta em análise tem por objetivo estabelecer que a base de cálculo do imposto seja a contraprestação financeira efetiva recebida, especialmente nos casos de prestação de serviço em caráter continuado ou permanente. A Prefeitura de Aracaju vetou integralmente o Projeto de Lei Complementar, gerando controvérsia e exigindo uma análise detalhada sobre a possibilidade de derrubada desse veto pelo Poder Legislativo Municipal. O veto foi fundamentado em argumentos que alegam possíveis impactos negativos na arrecadação municipal e na administração tributária. Contudo, é necessário examinar se há fundamentos jurídicos sólidos para sustentar que a mudança proposta traria benefícios para os contribuintes e se alinharia aos princípios constitucionais tributários, incluindo a capacidade contributiva e a justiça fiscal. Portanto, o objetivo deste parecer é fornecer uma orientação jurídica detalhada sobre a viabilidade da derrubada do veto ou não.



Inicialmente, é importante destacar o contexto normativo que envolve a questão. O ISS é um tributo de competência dos municípios, conforme o disposto no art. 156, inciso III, da Constituição Federal, que autoriza os municípios a instituírem Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza, exceto os compreendidos no art. 155, inciso II, definidos em lei complementar. A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, regulamenta o ISS e estabelece diretrizes gerais para sua cobrança. O art. 7º dessa lei dispõe que a base de cálculo dos impostos é o preço do serviço, sem especificar, no entanto, se deve ser considerado o valor efetivamente recebido pelo prestador ou valor faturado. No caso específico do município de Aracaju, o art. 105 da Lei nº 1.547/89, estabelece que a base de cálculo de ISSQN é o preço do serviço. O Projeto de Lei Complementar nº 7/2024, de autoria do vereador Elber, propõe modificar essa redação para que a base de cálculo passe a ser o valor efetivamente recebido pelo prestador de serviço. A justificativa para essa alteração é tornar o sistema tributário mais justo e alinhado com a capacidade contributiva do prestador de serviço. A Prefeitura de Aracaju vetou totalmente o projeto, argumentando que a alteração proposta poderia resultar em perda de arrecadação para o município e gerar insegurança jurídica. Esses argumentos precisam ser analisados à luz dos princípios constitucionais e normas tributárias vigentes. A Constituição estabelece, no art. 150, inciso II, o princípio da isonomia tributária, que veda a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente. A proposta de alteração visa, justamente, assegurar que os contribuintes sejam tributados com base na sua efetiva capacidade contributiva, conforme estabelece o princípio da capacidade contributiva do art. 145, § 1º da Constituição Federal. Além disso, o princípio da segurança jurídica é fundamental no direito tributário, garantindo previsibilidade e estabilidade nas relações jurídicas. A alteração proposta pode ser vista como uma forma de alinhar a legislação municipal com a realidade econômica dos contribuintes, proporcionando maior segurança jurídica ao considerar o valor efetivamente recebido como base de cálculo do ISS. A análise da viabilidade da derrubada do veto também deve considerar os impactos econômicos e fiscais da mudança proposta. É necessário avaliar se a alteração resultará em perda significativa de arrecadação para o município e se essa perda pode ser compensada por outros meios. A administração tributária municipal precisa estar preparada para implementar e garantir a nova forma de cálculo do imposto, garantindo que a mudança não gere mais problemas do que soluções. Outro ponto relevante é a compatibilidade da alteração

proposta com as normas gerais de direito tributário. A Lei Complementar nº 116 de 2003 estabelece diretrizes gerais para cobrança do ISS, mas permite que os municípios tenham certa autonomia na definição das regras específicas, desde que a alteração esteja em conformidade com as diretrizes gerais estabelecidas pela Lei Complementar Federal, não existindo impedimento jurídico para sua implementação. A proposta de alteração do inciso I, do art. 105 da Lei nº 1.547, visa corrigir uma distorção na forma de cálculo do ISS, tornando o sistema tributário mais justo e alinhado com a capacidade contributiva do prestador de serviço. A consideração do valor efetivamente recebido como base de cálculo pode proporcionar mais justiça fiscal e alinhamento com a realidade financeira dos contribuintes. A análise da viabilidade jurídica da derrubada do veto proposta pela prefeitura, a Lei Complementar nº 7/2024, ela considera primeiramente os princípios constitucionais aplicáveis ao caso. O princípio da capacidade contributiva previsto no art. 145, § 1º, estabelece que o imposto deve ser, sempre que possível, graduado conforme a capacidade econômica do contribuinte. Portanto, a proposta de alteração para que a base de cálculo do ISSQN considere o valor efetivamente recebido pelo prestador de serviço está em consonância com esse princípio, uma vez que busca adequar a tributação à realidade financeira dos contribuintes. Além disso, o princípio da isonomia tributária previsto no art. 150, inciso II, da Constituição Federal proíbe o tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente. A alteração proposta no Projeto de Lei Complementar visa garantir que todos os prestadores de serviços sejam tributados de maneira mais justa e proporcional à receita efetivamente recebida, promovendo igualdade no tratamento tributário.”. Por fim, senhor presidente, a análise da relatoria dessa comissão, mantendo totalmente coerência com o que foi analisado aqui na época da votação do projeto, nós entendemos que a propositura respeita a competência legislativa municipal, não configura renúncia fiscal e está em conformidade com os princípios constitucionais da capacidade contributiva e tributária. Portanto, a comissão, mantendo coerência com o que foi aprovado, recomenda a derrubada do veto, assegurando a aprovação da alteração proposta, a fim de conferir maior equidade e segurança jurídica ao Sistema Tributário Municipal, evitando a tributação de receitas inexistentes e proporcionando condições mais justas para os contribuintes. Como vota o vereador Elber Batalha?

**ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Acompanho Vossa Excelência, presidente.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Como vota a vereadora Sônia?

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Eu voto contrário ao parecer.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Como vota o vereador Anderson de Tuca?

**ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Acompanho Vossa Excelência.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Senhor presidente, como o vereador Isac não está no plenário, como é que vota, *ad hoc*, o vereador Vinícius Porto?

**VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO AD HOC DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Acompanho o relator, presidente.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Senhor presidente, aprovado na comissão o encaminhamento, porque o parecer aqui é apenas consultivo, o encaminhamento da Comissão de Justiça.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

O autor do projeto tem interesse em sustentar? Vocês pediram, os dois. Então, vamos ouvir o auditor do município. É o senhor que vai? Primeiro, Tião. Cadê o rapaz? Da FENEN. Professor Sebastião, não é? Verdade. Alguém o chama de Tião, não é? Então, vamos lá. Sebastião, você tem dez minutos pra sustentar na tribuna.

## **JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS FILHO – PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO ESTADO DE SERGIPE**

Bom dia a todos os vereadores, nobres vereadores. Em nome do presidente da Casa, eu saúdo a todos, em especial ao vereador Elber Batalha, pela autoria do projeto e reconhecimento do pleito das escolas particulares de Aracaju em relação ao cobrando de imposto municipal, o ISS. As escolas particulares, apesar dos relevantes serviços prestados, inclusive de auxílio ao Poder Público, vêm solicitar encarecidamente aos senhores que possam analisar a realidade imposta às empresas do ramo educacional em Aracaju. A forma de cobrança que a Prefeitura de Aracaju pratica contra as escolas. Nos é cobrado uma alíquota máxima permitida por lei, que todos sabem que é de 5%, baseado em cima de uma mensalidade ou de uma parcela de mensalidade da anuidade escolar que nós não recebemos. Fato é que... Lembremos que as escolas, mesmo não sendo uma concessão estatal, e o art. 209 da nossa Constituição Federal nos assegura isso, têm a obrigação de seguir o ordenamento jurídico ou os ordenamentos jurídicos específicos que não nos permitem, enquanto prestadores de serviços educacionais, mesmo quando não recebemos para tal... Ou seja, se um aluno ficar inadimplente, sem realizar pagamento acordado em contrato, as escolas, por força de legislação federal, não podem parar de prestar os seus serviços. Mas, infelizmente, a Prefeitura de Aracaju cobra das escolas 5% de impostos baseando-se no valor da mensalidade escolar, mesmo que a escola não tenha recebido o valor. Isso é justo, nobres vereadores? O Poder Público possui ferramentas que lhe permite saber, em tempo real, quando um pagamento é realizado e, por consequência, recebido pelas escolas. A nota fiscal eletrônica é um desses exemplos. Não há possibilidade de tentarmos não informar o que recebemos. Argumenta-se, por alguns, uma possível generalidade ou inconstitucionalidade. Vejamos, nobres vereadores, o vereador Elber Batalha é um advogado e defensor público concursado, como temos outros vereadores da área de direito e que não endossariam um projeto que pudesse conter vícios jurídicos. Assim como os competentes assessores técnicos desta Casa não permitiriam que um projeto chegasse à fase de votação e fosse aprovado por unanimidade dos presentes, ainda em dezembro do ano passado, se o mesmo não seguisse o que a nossa legislação preconiza. Por fim, em nome dos diretores das escolas particulares de Aracaju, agradeço aos nobres vereadores pela oportunidade da fala e solicito aos senhores, como conhecedores do

projeto e empáticos no sentido de realizarem justiça fiscal, que acreditamos na sensibilidade de todos e que as escolas tenham as condições necessárias para continuarem prestando, com qualidade, os serviços educacionais. Obrigado a todos os vereadores e ao presidente da Casa pela oportunidade.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vamos agora ouvir o auditor-fiscal do município, senhor Silas Leano. Por dez minutos, doutor Silas.

#### **SILAS LEANO – AUDITOR DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU**

Bom dia a todos, queria dizer que é uma imensa satisfação estar aqui de volta nesta Casa, nesta tribuna, saudar todos os novos vereadores, toda a população que está aqui. E informar também aos senhores que eu não estou aqui com nenhum viés político, eu estou com um viés técnico, como auditor-fiscal do município, para trazer nossa posição técnica a respeito do processo. Então, de antemão, o que a gente precisa entender, até que os vereadores já conhecem bastante, mas até para que a população entenda o teor desse projeto, como já foi falado, ele altera para que seja, a base de cálculo do ISS, o recebimento efetivo, quando se tratar de serviço de caráter continuado ou permanente. A primeira coisa que a gente precisa colocar em pauta aqui, esclarecer para todos os vereadores e também para a população é que, realmente, como o nosso nobre vereador Rodrigo Fontes falou, esse projeto foi apelidado de projeto das escolas, e a motivação dele está escrito, foi falado aqui e é uma verdade, que, realmente, as escolas têm um regime diferenciado. Isso não é tributário, isso é do ordenamento jurídico geral, que eles têm uma dificuldade maior e não podem interromper o seu serviço por inadimplência, ao contrário de outras coisas. Mas do jeito que foi escrito aqui, ele abriu margem para que outros setores possam tentar se enquadrar. Então, está “serviço continuado ou permanente”, é um conceito jurídico aberto. O que é serviço continuado ou permanente? Uma academia? Um plano de saúde? Se eu fizer um contrato com alguém para prestar um serviço todo mês, eu vou considerar continuado ou permanente? Então, abre margem para que essa redação seja aplicada, ou pelo menos pleiteada, administrativa ou juridicamente, por praticamente qualquer serviço da capital. Esse é o primeiro ponto que eu queria alertar. Então, apesar da motivação ter sido as escolas, o remédio, a redação veio bem mais ampla. A gente não está aqui para questionar a motivação das escolas. Não posso, porque não estou aqui representando a prefeitura, trazer uma solução nesse momento, mas, tecnicamente, o projeto abre

margem para praticamente todo e qualquer serviço ser enquadrado. Esse é o primeiro ponto. A gente aqui não está questionando a inconstitucionalidade do projeto, mas pelo menos existe algum tipo de incompatibilidade até com o próprio caput, do próprio art. 105. Ele fala que o serviço, para efeito de apuração da base de cálculo, será obtido independentemente do recebimento. E logo no inciso I, a gente traz uma redação contrária ao caput. Então, a gente tem que tomar isso como um alerta, porque pode existir pelo menos uma incompatibilidade, algum tipo de incongruência. O fato gerador do tributo é a prestação do serviço. Então, deixar claro para a população e para os vereadores, que todos os serviços sobre consumo se dão antes do pagamento. Não é uma exclusividade do ISS. O IBS será assim, o ICMS é assim, o IPI é assim, porque o fato gerador do tributo, ele comanda o momento... O que a gente chama de regime. Regime de competência é serviço prestado, tributo devido. Regime de caixa é recebimento. É diferente, por exemplo, do nosso imposto de renda, que nós vamos declarar daqui uns dias. Imposto de renda, o fato gerador é o recebimento. Então, faz sentido a gente manter o tributo nesse momento. Então, deixar claro também que, apesar de ter sido evocado justiça fiscal, na nossa pesquisa, nós iríamos, se esse veto for derrubado, inaugurar uma inovação no campo do ISS. Pelo menos nas capitais e nos municípios de médio e grande porte, nós desconhecemos qualquer município em que se tome o regime de caixa como regra. Então, a gente pode abrir aqui grandes brechas para que a gente tenha dificuldades. Quais são as dificuldades? Financeiras, principalmente. Imagine, hoje o ISS não é só um dos principais, ele é o principal tributo do município, tributo direto. São R\$ 500 milhões, meio bilhão de reais, em que eu tenho uma previsibilidade de mais ou menos R\$ 40 milhões de reais por mês. O que eu quero que os vereadores tenham na cabeça é o seguinte: não é uma simples mudança, não é um benefício fiscal. A gente está mudando todo o regime do ISS. Hoje, eu consigo saber, se a nota foi emitida, eu tenho a garantia que aquele serviço foi prestado e que eu posso cobrar. Se eu ficar dependendo de uma fiscalização para ver se ocorreu recebimento ou não, eu trago vários problemas. Por exemplo, a procuradoria. Como é que a procuradoria vai cobrar um débito se, do jeito que foi escrito aqui, eu não sei quanto cobrar, nem quando cobrar, porque não existe um limite. Isso, pelo direito civil, ele tem três anos para cobrar. Não cabe a fiscalização tributária estar verificando a questão da carteira de recebimentos do serviço, seja lá qual for. Então, na nossa visão, foi falado aqui, nós temos acesso a informações? Temos acesso a informações, mas não informações detalhadas. O fisco não tem acesso à informação detalhada, no exemplo da

escola ou de uma academia, a gente sabe quanto a academia recebeu e quanto a escola recebeu, mas a gente não tem informação, num primeiro momento, detalhada de cada CPF, porque isso seria uma transferência de sigilo. A gente só faz isso quando é estritamente necessário. Então, para a fiscalização vai ficar complicado e também para as finanças públicas, porque haverá, pelo menos, uma imprevisibilidade. Hoje eu sei que vai entrar R\$ 40 milhões por mês. E a partir do mês que vem? Eu não vou saber o que vai acontecer. E os serviços públicos ficam como? A administração em geral? Os repasses para a Câmara Municipal? Nada disso será garantido. A gente está falando aqui de meio bilhão de reais do ISS, que pode ser afetado. É quase mais de 20% do nosso orçamento, contando todo orçamento da prefeitura. Então, a gente tem que ter a noção de que isso está mudando de forma radical a base, sem precedentes, pelo menos nas administrações. Então, eu vejo com grande preocupação se a gente derrubar esse veto, porque isso vai afetar diretamente a previsibilidade de caixa, as finanças da própria legislação. A gente estimou que esse impacto pode chegar a uma centena de milhões de reais, pelo menos o diferimento desse tributo que pode ser deslocado se ele for aplicado para todas as outras. Então, para fechar, eu queria só apontar para os senhores e deixar essa atenção para que vocês, politicamente, possam analisar e, com cuidado, observar. A derrubada desse veto pode impactar diretamente a nossa arrecadação e o nosso controle das contas públicas. Então, eu espero que a gente não esteja aqui no final do ano, seja o auditor ou o secretário de finanças, explicando porque a gente não está com caixa suficiente para todos os projetos da prefeitura. Então, eu queria agradecer, queria trazer para vocês que isso é uma coisa nova, que isso não existe em nenhum outro lugar do Brasil, pelo menos em cidades médias ou grandes, e que isso pode abranger não só escolas, mas pode abranger qualquer tipo de serviço que possa se enquadrar como permanente ou continuado. Então, eu queria agradecer grandemente a participação aqui. Estou à sua disposição, não só para esse projeto, mas, os auditores, para qualquer projeto, qualquer vereador, presidência ou qualquer comissão dessa Casa que precise. Agradeço a oportunidade e desejo uma boa votação para vocês, na nossa visão técnica, pela manutenção do veto. Obrigado.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Muito obrigado, doutor Silas. O autor do projeto tem interesse em discutir?

#### **ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO VETO**

Sim, senhor presidente. Senhor presidente, caros colegas, eu quero apenas lembrar aos senhores que é a terceira vez que esse projeto é aprovado pela Câmara e é a terceira vez que o prefeito ou prefeita o veta. A surpresa agora foi ter sido vetado por uma prefeita que, em 2019, foi autora do projeto junto comigo, que comigo subscreveu o projeto e que defendeu ferrenhamente esse projeto. Daqui a pouco, eu vou botar o discurso dela ali defendendo a aprovação. Acompanhamos essa semana, debates, e eu quero dizer, mais uma vez, agradecer a postura republicana do líder Isac na construção de uma solução. Rodrigo Fontes, nosso colega, disse uma coisa emblemática. “Nós não estamos alheios à cobrança injusta que é feita com os estabelecimentos de ensino.”. Na prática, imaginem os senhores. Por uma peculiaridade que a lei educacional do Brasil impõe, e a lei é correta, os estabelecimentos de ensino particulares são o único segmento da economia que desenvolvem, que prestam um serviço de natureza continuada, mas que não podem interromper a prestação desse serviço por inadimplência. A Deso, apesar de água ser um serviço essencial, se você junta duas faturas da Deso, a Deso vai lá e corta. A energia elétrica da mesma forma. O plano de saúde, que tem um viés, inclusive, humanitário dentro dessa proposta, se você atrasa duas mensalidades – agora o governo reduziu para duas –, você perde o plano de saúde. Você não tem mais plano de saúde depois de duas mensalidades atrasadas. Inclusive, restabelece-se todas as carências. Você tem que começar do zero tudo isso. E os estabelecimentos particulares de ensino, passam pelo seguinte problema: grande parte dos pais ou responsáveis, e Janelinha está aqui, que é um empresário do segmento, pagam a matrícula e nunca mais pagam nada durante o ano inteiro. E, que se faça o recorte aqui. E eu não recrimino, como diz o Isac, e concordo com ele nisso. Não vamos recortar e jogar todas as pechas nessa gestão. Eu não vou fazer aqui a fala que Jeferson Passos dizia: “A prefeitura não é sócio de escola.”. A gente não quer que a prefeitura seja sócio de escola, não. A gente só quer uma coisa, quem tem que suportar a inadimplência e correr atrás dos juros e do pagamento atrasado é a escola, através do seu setor jurídico. Agora, o que não dá é para a prefeitura cobrar ISS mesmo nesse cenário de inadimplência. Porque, na prática, vereadora Iran, vereadora Sônia, o que é que a prefeitura faz? A prefeitura vai no censo lá, verifica quantas crianças se matricularam na escola do nosso querido Janelinha, lá tem a menção do valor da mensalidade, e mês a mês a prefeitura multiplica como se todo mundo pagasse, incluindo aí, Iran, bolsas de estudo, que o aluno não paga, vereadora Moana, e a prefeitura tributa bolsa. Incluindo aí, filhos de funcionários dessas escolas, que, por lei, o colégio é obrigado a não cobrar mensalidade, a prefeitura cobra o



ISS. Então, isso é um acúmulo de cobranças indevidas absurdas. E eu acho que temos um consenso aqui, pelo menos nas falas dos principais, da maioria dos vereadores, é que o que se faz com esse segmento... E aí vamos desmistificar, porque existe uma pecha histórica... “Ah, dono de escola particular é isso...”. É um segmento de empresários do mesmo ramo, que deve ser respeitado como todo e qualquer outro. Quem não concorda, coloca seu filho na escola pública, e eu sou defensor da escola pública de qualidade, porque foi de lá que eu vim, estudando no antigo Colégio Costa Silva, hoje João Costa, e no Colégio Augusto Franco, lá no bairro Santos Dumont, que era a minha região ainda de infância. Mas não temos o direito de demonizar esses empresários e, com base nessa demonização de alguns vieses ideológicos, cobrarmos deles pelo que não é recebido. Entendo que o fato gerador pode ser uma discussão aqui ou ali. Agora, com todo o respeito ao auditor que vem aqui e mostra o posicionamento técnico, mas a fala na Comissão, na reunião com os vereadores, foi uma fala de conciliação e de proposta de uma resolução, de se fazer um recorte justificando que se poderia fazer um artigo nessa lei, dizendo que a cobrança, no caso dos estabelecimentos de ensino, por força do que impõe a legislação “x”, 1.490... Ajude-me, Sônia. Foge-me a lei agora. Que impede a suspensão da prestação do serviço, a cobrança, nesse caso, seria pelo regime de caixa. Mas, hoje, a orientação foi mais pelo viés tributarista e arrecadador, e é um direito, auditor de tributo quer é arrecadar mesmo, e fez-se um discurso nesse sentido. O que eu coloco aqui, Isac suspendeu a votação e retirou, e por isso, Isac, não lhe fiz crítica alguma das retiradas de quórum, porque entendi sua boa vontade em diluir isso. Ficamos esperando até ontem à tarde uma proposta, a ideia dos auditores, colocada pelos auditores e pelos procuradores do município, é que a prefeita apresentaria ontem à tarde uma minuta de um Projeto de Lei, presidente, retificando essa questão. E aí eu concordaria em nós mantermos o veto e disse: “Pode ser o projeto da prefeita.”. É até bom que não se alega a qualquer vício de iniciativa por tratar-se de matéria tributária, mas não obtive resposta alguma e liguei para Isac ontem, mais ou menos às 8 horas da noite, e ele me relatou que não houve consenso, parece-me que tem um aceno para daqui a 90 dias. Sinceramente, não precisa de 90 dias para fazer uma lei de um artigo. Não se necessita de grandes estudos, já que o consentimento e o convencimento de que se faz injustiça com os estabelecimentos de ensino, que são, na verdade, educadores por trás de tudo aquilo, essa comunidade se preocupa com a educação. Esse povo poderia se dedicar a qualquer outra atividade. Vender pneu de caminhão, montar empresa de pneu de caminhão, montar farmácia, mas eles são educadores por formação. Isso não pode ser

esquecido. E eles geram empregos, além disso. A quantidade de funcionários que uma escola gera é extremamente significativa, sobretudo de cuidadores. Um pequeno estabelecimento, como do nosso querido Janelinha, não tem menos de 20 funcionários, que é do bairro Augusto Franco. Imaginem os senhores, o conglomerado da FENEN, que é a Federação dos Estabelecimentos das Escolas e Estabelecimento de Ensino Privado de Sergipe. Então, o registro que faço aqui é que há como ter boa vontade, há como se ter resolução a isso, mas me deixa com o pé atrás a posição da prefeitura, que acenou na segunda-feira, que pediu que não votássemos isso na terça e na quarta, com o compromisso de que chegaria um projeto ontem à tarde, nem resposta do projeto chegou, pegaram o telefone do representante jurídico da FENEN, nenhum *feedback* foi dado ao doutor Gustavo. Então, deixa-me, Isac, não de sua parte, mas com o pé atrás com as reticências da prefeitura. Não fosse o empenho dos vereadores aqui na votação do projeto dos odontólogos, que entenderam que era uma tributação injusta... Sem querer polemizar, quem fez a mudança dessa posição foi a postura dos vereadores, de passarem esse sentimento de injustiça. Porque a visão, não da secretária, mas do setor da vigilância era contrária, era totalmente contrária, inclusive com a visão de que perderia arrecadação. E fomos nós que mudamos essa posição e, sobretudo, reconheço, os senhores da bancada de situação, porque eles sentiram o constrangimento de que a própria bancada não se sentia à vontade. Então, eu faço um apelo aqui. Entendo a preocupação do tributarista, isso pode ser resolvido na próxima terça-feira, bota-se um projeto, a gente bota em regime de urgência e se coloca para votar corrigindo, fazendo esse recorte. Agora, manter esse veto é condenar, mais um ano, esses profissionais da educação, empreendedores da educação a pagarem ISS por uma receita que eles não receberam. Isso é um desestímulo a que se mantenha escolas particulares, universidades em Sergipe. Porque as universidades, cada vez mais, diminuem com a questão do EAD – Educação à Distância, que depois da pandemia se proliferou absurdamente. E, agora, ninguém quer estudar mais presencial, Sônia. Todo mundo quer estudar de casa, deitado. Com as escolas, vários outros fatores vêm fazendo essa degradação. E fazer isso é promover justiça fiscal com esses estabelecimentos. Há como resolver. Respeito muito a profissão dos autores tributários, fiscais, são extremamente necessários à organização fiscal do município, mas registro que hoje foram omissos no aceno que deram como solução e não trazem sequer uma sinalização. Espero que o líder Isac assim o faça, mas defendo aos colegas que possamos derrubar o veto e me comprometo a votar no projeto que o Executivo venha mandar para esta Casa, corrigindo esses

detalhes, essas filigranas jurídicas que possam estender demais o benefício da arrecadação do regime tributário e do regime de caixa. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSB**

Com a palavra, o líder da prefeitura, vereador Isac.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO VETO**

Obrigado, presidente, meus caros colegas. Entendo que nós tivemos hoje uma oportunidade, mais uma vez, eu vi os dois lados da moeda e eu já disse, eu repito, entendemos que os dois pilares, as duas teses centrais são as seguintes. De fato, as escolas, com essa legislação que impera em todo o Brasil comete um açoite, comete uma quase que agressão a esse formato de atuação que se dá nas escolas, por não poder suspender as suas atividades. Então, isso está claro para nós, há uma justiça exacerbada. Mas quanto ao projeto, também é verdade que ele é amplo e extremamente benevolente com quem queira amanhã utilizar de argumentos outros para não pagar o ISS. Porque Nesse pagamento por regime de caixa, somente quando a pessoa pagar, quando o contratado pagar, nós teremos que ter mais fiscais do que empresários, para poder acompanhar quantos clientes seus pagaram e quantos não pagaram. Então, não é uma tarefa fácil. Há um fato aqui, o projeto do colega Elber Batalha, a quem eu tenho respeito e a quem eu tenho carinho, não conseguiu atingir o mal. O remédio não foi suficiente. Com todo o respeito e carinho, eu repito, não foi suficiente. Se o remédio não foi... “Ah, e vocês votaram?”. Votamos e votamos erroneamente. Votamos e votamos... A gente erra. A gente erra enquanto jurídico, enquanto professor e enquanto parlamentar também. Erra, nós erramos. Porque as explicações dos fiscais são contundentes e as explicações dos diretores também, mas eles também reconhecem isso, que o projeto é extremamente amplo. Então, nesse caso, só caberia uma posição à prefeitura, que é a gestora do município, é quem executa o orçamento, vetar. Mesmo ela, um dia, tendo votado a favor, como nós fizemos. Porque o grande problema não é entender que nós erramos nesse projeto e votamos a favor. E que as explicações que vêm agora, a partir do veto, nos leva a demover: qual é a posição do parlamento altivo, democrático e inteligente? Buscar negociação. Foi o que nós fizemos interessadamente. Como é que podemos construir uma alternativa legislativa para sanar o dano desse cajado que, todos os meses, cai sobre as costas dos diretores, dos donos de escolas? O doutor Hunaldo disse: “Isac, não é uma tarefa fácil. Porque, veja, reduzir a alíquota seria muito arriscado, porque aqui viraria um corredor das misericórdias. ‘Por favor, reduza também

desse setor o ISS'. Então, reduzir seria muito arriscado. E apresentar uma alternativa legislativa, uma lei para acudir somente às escolas não é uma tarefa fácil.". E eu disse para ele: "Em quanto tempo é possível entregar?". Não é abrir discussão. "Em 90 dias". Porque ele também concorda que há um açoite sobre os donos das escolas, concorda. Então, em 90 dias, a prefeitura vai apresentar uma alternativa para acudir, para ir ao encontro do anseio dos donos de escolas, e que a lei não seja tão dura a esses trabalhadores do setor. Eu estou convencido que se ele dissesse "Leve agora" poderia ser demagógico, algo que não trouxesse sustância, força, efetividade. E eu não gosto de negociar com quem quer me enganar, eu não gosto. Quando eu percebo isso, eu saio. E eu já tive negociações aqui com o vereador Elber Batalha, quando... Até numa reunião atrás falávamos sobre isso, quando a questão das placas, das leis em relação às placas, e eu disse ao vereador Elber Batalha: "Se o então o secretário Luiz Roberto não enviar, eu peço que o senhor reapresente e eu vou dar o nome...", é claro que eu não posso fazer isso, mas "...nós vamos dar o nome a essa lei 'Vereador Elber Batalha'". E foi feita uma nova legislação, os empresários assinaram, ratificaram e nós aprovamos. É assim que será. Nós queremos aprovar mais à frente uma legislação que tenha acordo. Pode ser a melhor dos mundos, pode ser que não seja, mas é nessa perspectiva. Então, eu quero dizer para os senhores que a prefeita Emília Corrêa tem tido cuidado, tem tido a compreensão e o discernimento que, no fazer do ser prefeita, existem implicações muito sérias e que impõem a ela tomar decisões que, muitas vezes, amputam até o seu próprio voto, mas ela tem a obrigação de fazê-lo como gestora do Executivo. Portanto, ela nos ajudou nessa compreensão. Porque eu me lembro de um tempo atrás que um tal de um gestor dizia: "Não, não, não, não, não existe isso, Isac. Não, não, não. A gente não fala sobre isso.". Vocês se lembram desse gestor. "A gente nem fala sobre isso.". E não falava mesmo não. Era não, é isso mesmo e acabou. Ou aquela frase que o senhor usou: "Eu não sou sócio de escola.". Não é assim com a Emília Corrêa, é democrático, ouve. Entendeu a retirada o veto. Nunca me ligou: "retirou o veto, por quê? Por que não votou logo?" Zero. Compreendeu que o Parlamento estava na dinâmica de fazer, da boa política. Então, portanto... O vereador Elber quer um aparte, é? Eu lhe concedo um aparte.

#### **ELBER BATALHA – PSB – APARTE**

Meu aparte é somente para registrar uma coisa aqui. Em nenhum momento retiro o meu comprometimento com o avanço dessas pautas. Só que uma coisa que me faz falta

é o entendimento que essa gestão, a gestora principal – e eu não tenho nada de pessoal contra Emília Corrêa, fui colega de Emília Corrêa como defensora pública há muitos anos aqui neste Parlamento – de ter uma posição política, uma posição clara sobre algumas situações. Porque nessa situação, tomo a liberdade de discordar de Vossa Excelência, quem vetou foi Hunaldo e ela assinou. Naquela reunião, ela nem sabia direito o que tinha vetado, quando eu fui lá conversar com Vossa Excelência junto a ela. Então, dentro dessa construção, é necessário que essas decisões tenham também uma posição política. Porque o veto não é só técnico, ele é político. E o que se fez muito nesses vetos foi querer atribuir a CCJ, a mim, a Diego, equívocos que não ocorreram. Os projetos são condicionais. É legítimo o veto político? É. Agora, assumam o ônus que está vetando politicamente. Por causa da abrangência, até tecnicamente do viés tributário, como o auditor colocou aqui. Mas, colocar a inconstitucionalidade onde não existe. Então, na verdade, houve subterfúgios e eu acho que a gestão precisa assumir as posturas. Continuarei com a minha postura de que derrubemos o veto, lhe agradeço publicamente o empenho, e se o veto não for derrubado, cobrar-lhe-ei incessantemente nos próximos 90 dias, todos os dias, às 5 e meia da manhã, para que o senhor não se esqueça que o prazo está acabando. Muito obrigado pelo seu empenho e pelo aparte.

#### **ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO VETO**

Veja, eu só quero, na minha compreensão, corrigir que não concordo com a fala do vereador Elber. Emília tinha dimensão técnica e tinha dimensão política. Hunaldo faz parte da equipe da prefeita, foi escolhido pela prefeita Emília Corrêa. Quando o secretário, quando qualquer gestor toma uma posição, ele está se reportando ao entendimento que tem com a prefeita. Não façam isso, porque já fizeram isso com o Lula no começo. Diziam que ele não tinha estudo e ele, portanto, não ia administrar, os outros administrariam por ele. Emília é capaz o suficiente para entender tanto juridicamente como politicamente, e ela sabia muito bem. Agora, sabia da dor e da delícia de ser, agora, Executivo. Portanto, tem ainda um compromisso, uma responsabilidade ainda maior com o erário municipal. Então, portanto, só para terminar encaminhando a manutenção do veto, com o compromisso do envio de uma proposta que possa sanar esse parcial dano aos donos de colégios particulares. Muito obrigado, presidente.

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL**

Iran, vai querer discutir ou vai justificar o voto? Discutir? Para discutir, o vereador Iran.

### **IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO VETO**

Senhor presidente, senhores colegas vereadores, senhoras vereadoras. Eu quero, nessa discussão, primeiro, começar dizendo que, sim, a iniciativa empresarial no ramo da educação, ela tem previsão constitucional, é uma coisa que o arcabouço constitucional permite, portanto, há toda uma legalidade, uma constitucionalidade, um respeito a isso. O vereador Elber tem razão em dizer que o nosso ordenamento jurídico acolhe. E precisamos compreender isso como uma iniciativa que precisa ser considerada pelo Poder Público. Depois, quero dizer da minha experiência nessa área, eu fui professor durante muitos anos de escola privada e pude testemunhar, sim, dificuldades, sobretudo em escolas de bairro, que não tem um porte muito grande, que não tem capital de giro e que terminam sofrendo a dificuldade de atrasos e tal, e tem que recorrer a outras formas de garantir o pagamento. Depois eu quero parabenizar também a tentativa que vejo aqui, vereador. Primeiro, a sua iniciativa de buscar um caminho para termos mais justiça no andamento da cobrança de tributos relativamente às escolas que sofrem com essa especificidade. E a iniciativa também do entendimento que eu, acompanhando, percebo que existiu aqui na Casa. Mas, com a devida vênia e já comentei isso com o vereador Elber, neste ponto, especificamente, eu votarei pela manutenção do veto, porque entendo que existem algumas questões de caráter, primeiro, originário. A mudança do fato gerador, a mudança que a gente pode ver aí da base de cálculo, ela é uma prerrogativa nacional, porque está definida nacionalmente, isso para mim cria um empecilho de avançar, dizendo “sim” a derrubada deste veto, especificamente. Ademais disso, eu tive o cuidado de ver a análise feita por técnicos específicos da área tributária, que diferente, vereador Elber, por exemplo, da mensagem encaminhada pela Administração Municipal, e aí eu pediria... É apenas um registro que faço, não entendam isso como algum tipo de agressão, mas é um pedido que faço, que os projetos, as mensagens que sejam encaminhadas, os vetos que sejam encaminhados, os projetos que sejam encaminhados, sejam efetivamente fundamentados. Não basta dizer: “Olha, traz prejuízo.”. Não é assim que funciona, é preciso comprovar o prejuízo. Esses vetos padecem de um fundamento mais cuidadoso e isso eu quero requerer aqui à Administração Municipal, para que, quando enviar suas iniciativas, fundamente. Porque, por exemplo, eu recebi um documento dos auditores aqui do município... Pois

é. Um documento que traz, inclusive, uma análise quantitativa do que significaria a efetiva mudança dessa lei. Isso poderia consubstanciar também a mensagem do veto, porque é como se diz: ninguém aqui está sob uma cruz, que não pode mudar a opinião a partir de uma argumentação consolidada, que lhe faça o convencimento. Então, eu recebi esse documento dos técnicos do fisco do nosso município e preocupado que fiquei com a questão... Aliás, devo dizer até por uma questão de justiça, que, antes deles, a minha assessoria jurídica, paga com os recursos aqui desta Casa, já havia me advertido sobre todas essas questões. Quero aproveitar para parabenizar e agradecer a assessoria jurídica que presta serviço ao nosso mandato. Então, quero aqui, com a devida vênia ao vereador Elber, já antecipar qual vai ser a minha votação neste veto. Dos três, será o único que eu votarei pela sua manutenção. A vereadora Sônia pede um aparte, talvez até para não se inscrever e discutir. Concedo o aparte.

#### **PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – APARTE**

Então, obrigada vereador. Feito essa reflexão que o vereador Iran traz. Eu estava aqui legislatura passada, que foi feito todo um parecer da comissão à época e que nós votamos favoráveis a sequência desse projeto e a aprovação dele. Nós não tivemos o tempo devido de estudar e analisar e não tínhamos, também, uma realidade que foi trazida mais recentemente pelos auditores, que eu também tenho muito respeito. Penso que essa prestação de serviço de forma contínua e da forma que o vereador traz... Quero dizer da importância, também, do vereador Elber estar trazendo essa preocupação de uma justiça fiscal, porque nós todos buscamos uma justiça fiscal. Porque vivemos num país onde quem paga a maior parte de tributos é quem recebe até três salários mínimos. E nós estamos com um grande debate em âmbito federal, que nós não conseguimos, inclusive, que seja obrigatório o pagamento maior de imposto de quem mais recebe. Então, essa questão de tributos, de tributação, ela é muito séria, e nós temos um país de grande injustiça, de grande desigualdade, não só na questão dos empregos, mas também do pagamento dos tributos. E é a parte da população mais pobre que mantém, as escolas particulares, as escolas de bairro, porque essa população que não tem acesso a política de educação pública universalizada, como deveria estar em todos os níveis. E por isso há também uma preocupação, foi um ganho da sociedade, dos estudantes não serem penalizados. Nesse momento, diante de todos os argumentos, inclusive a arrecadação de tributos é uma coisa séria também, e a gente não pode colocar isso como um ponto que não deva ser não levado – só peço um segundo para

concluir – em consideração, diante do que foi colocado aqui pelas partes. Então, nesse sentido, eu também conversei com o vereador Elber, esse é o único projeto que eu não vou votar pela derrubada do veto, por entender que nós precisamos ter um debate mais aprofundado sobre isso na defesa sempre do direito à educação pública e a oferta dos serviços de qualidade. Obrigado.

#### **IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO VETO**

Obrigado, vereadora Sonia. Eu quero dizer, inclusive, que, com base nessa sua preocupação, me lembrei de uma coisa. Quando fui deputado federal, apresentei na Câmara Federal um projeto de lei que criava uma espécie de SPC dos empresários que não pagam o salário dos trabalhadores, os trabalhadores entram em uma roda viva de não poderem pagar suas obrigações e os nomes deles vão para o SPC, mas o do empresário, que é péssimo pagador, que não cumpre com as obrigações trabalhistas, fica cobertado. Nós tivemos mudanças em relação a isso, mas, por exemplo, muita gente deixa de pagar a escola particular, porque, muitas vezes, sofre com sobretaxação sobre seus salários, não tem o pagamento feito em tempo hábil, sofre com desemprego. Então, é um conjunto de coisas. Para concluir, senhor presidente, para não me alongar, eu quero dizer ao vereador Elber, quero dizer aos empresários que trabalham nessa área de educação, que tenho, inclusive, amigos, conhecidos, que estarei à disposição também para contribuir na busca de uma alternativa, para que a gente consiga, digamos assim, contemporizar essa situação específica. Era isso. Eu agradeço a atenção dos colegas.

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL**

Obrigado. Eu vou pedir para poder colocar o projeto em votação. Vocês vão querer justificar o voto ou querem... Quer justificar o voto? É justificativa de voto, Moana? Quer debater ou justificar? Quer discutir? Então, para discutir, primeiro, Moana, com a palavra.

#### **MOANA VALADARES – PL – DISCUTINDO VETO**

Eu queria dizer, em primeiro lugar, que eu me solidarizo com a situação das escolas particulares, desses empresários que são tão importantes para a nossa sociedade. Eu entendo que o mérito desse projeto é justo, é uma situação delicada, é uma situação específica, precisa ser debatida, mas eu entendo que, na prática, esse projeto é inexecutável. Em primeiro lugar, porque entendo pela inconstitucionalidade dele. Obviamente, com todo o respeito a esta Casa, a Comissão de Constituição e Justiça, que



entende pela constitucionalidade e que esse projeto foi aprovado, mas erros são humanos e todos os dias são aprovados projetos inconstitucionais no Brasil. Exatamente por isso que existe o controle de constitucionalidade para sanar essas situações. Por que eu entendo que esse projeto é inconstitucional? Porque eu entendo que ele altera o fato gerador da cobrança do ISS. E a Constituição Federal é clara quando ela determina que o fato gerador precisa, é responsabilidade, é competência de lei complementar editada pela União, tratar sobre fato gerador. E nesse sentido seria alterar o fato gerador do momento da prestação do serviço para o recebimento, a contraprestação desse serviço. Então, eu queria me colocar aqui à disposição para, junto ao vereador Elber Batalha, e junto a esse segmento tão importante, nós buscarmos uma solução, vereador, uma solução que seja possível, de fato, junto com a casa que é responsável para tratar dessa matéria. Então, coloco-me a disposição para isso, mas entendo que o projeto, sim, é inconstitucional. Já existe lei complementar que trata sobre o fato gerador, a Lei nº 116/2003, ela já trata sobre isso e no artigo 1º ela declara que o fato gerador do ISS é no momento da prestação e não no momento do recebimento, no caso do serviço. Então, coloco-me aqui à disposição para a gente solucionar essa situação junto ao vereador, que é o autor do projeto, que tem uma matéria justa para a gente encontrar uma solução possível, vereador.

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL**

Com a palavra, vereador Lúcio Flávio.

#### **LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO VETO**

Eu acho importante, presidente, pelo fato desta sessão estar sendo transmitida aí fora, a gente está ouvindo, na TV Câmara, no YouTube, a gente está falando muito termo aqui que a população que está assistindo possa não estar entendendo. Então, é importante... Do que é que está se tratando? O que é isso? Veto, alíquota, regime de caixa, competência, para que se entenda... Foi muito boa essa fala da vereadora Moana, é importante uma atenção ao segmento educacional, por conta de uma medida judicial que impede que se constranja ou interrompa o serviço do pai de aluno que está devendo a escola. É o único, para você que nos assiste agora na TV Câmara, é o único segmento em que o pai que, por algum motivo, não consiga pagar a mensalidade da escola, que, por algum motivo, ele não consiga quitar com obrigação mensal, o filho dele, a justiça garante, não será constrangido e ele poderá passar um ano inteiro usufruindo desse serviço sem ser constrangido, sem que o serviço seja interrompido. Então, essa é a dor

das escolas, que nenhum outro segmento sofre. Nenhuma outra atividade comercial passa por isso, porque a escola está lidando com crianças e adolescentes. A criança não pode ser constrangida por conta de uma inadimplência do pai, a criança tem que continuar estudando. Dito isso, é uma causa nobre, justa, a federação está de parabéns por trazer essa discussão neste momento para a sociedade. E qual é a diferença? Mesmo não recebendo esse pagamento do pai, o Código Tributário Brasileiro diz que não é porque ele não recebeu que ele não tem que pagar o imposto, porque o imposto é pago porque o serviço foi prestado e não recebido. Isso é o que diz o regramento fiscal do nosso país, no que se refere a este imposto em questão que esta Câmara está discutindo para a cidade de Aracaju chamado ISS – Imposto Sob Serviço, que é a prestação de serviço da educação privada. As escolas particulares precisam da atenção da Câmara de Vereadores para tratar desse problema. Ela tem que prestar o serviço o ano inteiro, paga o imposto mês a mês, mas não pode cobrar ou suspender caso algum pai passe alguma dificuldade e não pague. E a inadimplência é um problema real da escola particular. Isso acontece, toda escola tem aluno que não está conseguindo pagar. E já que ele tem que pagar o imposto, mas não pode cobrar do aluno que vai passar janeiro, fevereiro, março, abril, até dezembro sem pagar. Como é que faz? Bom, o que esta Casa está entendendo é: o remédio não é esse projeto. O projeto está com incoerências, incongruências, fragilidades jurídicas, ele confronta o princípio normativo desse imposto, que é o ISS. Não dá pra resolver com esse projeto, o que não significa que esta Casa se opõe às escolas, se opõe aos empresários. Logo, eu, um vereador que defende o empreendedorismo na nossa cidade, jamais me oporia e me confrontaria com quem quer gerar emprego e renda, principalmente no setor de educação. Então, importa dizer para população não ser induzida a erro, não interpretar esta Casa de maneira equivocada. A Casa entende que sim, as escolas estão precisando que a gente entenda o problema e apresente o remédio correto, não o remédio que, ocasionalmente, a justiça possa entender como equivocado, inconstitucional ou errado, que a gente tenha a declinar, e o prejuízo é maior para as escolas que poderiam entender que essa seria a solução. Entendemos que não é a solução, entendemos que há, sim, caminhos, a gente já está conversando. A base da prefeita Emília está ciente, está recepcionando auditores, está sendo tratado com o Secretário da Fazenda, com a prefeita... Como o líder Isac falou, a prefeita está se envolvendo, sim, diretamente nesses assuntos junto a procuradoria, porque ela entende que esse não é o remédio que vai resolver o que possa ser dado, esse é um remédio equivocado, mas precisaremos entregar alguma solução para atenuar esse

problema que só a escola passa de não poder suspender o serviço. Está aqui o nosso colega Joaquim da Janelinha, que tem um estabelecimento nessa área, sabe o que é isso, tem que pagar isso. Porque não é só imposto, diga-se de passagem, que a escola paga sem receber a mensalidade, não. Paga o aluguel, paga a água, paga a luz, paga o funcionário, tem que pagar tudo mesmo sem receber. E aí, como o que compete a prefeitura é o imposto, é o ISS, a gente traz o assunto para discutir o melhor caminho para atenuar este problema. Repito, é sim um problema num recorte de um segmento específico, diferente do que a lei aberta, genérica, pode entregar para a sociedade aracajuana e aí pode gerar um desequilíbrio preocupante para as finanças públicas de Aracaju. Foi falado aqui com o auditor que é meio bilhão, esse é um recurso que a gente não pode tratar de maneira atabalhoada, apressada, afobada, mas tem que ter responsabilidade. Parabéns a FENEN, parabéns ao presidente Sebastião, que tem sido um lutador na defesa dos estabelecimentos. Parabéns, inclusive aos auditores, que têm vindo aqui quase que diariamente dar satisfação aos vereadores, por entenderem que não é que não deva ser feito um socorro, é que este remédio está todo errado e pode prejudicar a população. E o prejuízo é para a população, porque é desse recurso que vem o serviço público da escola, do asfalto, do hospital. Então, a gente precisa ter responsabilidade. Quero, de novo, reiterar o meu apoio às empresas desse segmento, aos empreendedores, aos empresários. Conheço vários, registro aqui que já conversei com o Rodrigo do Colégio Santana, com o Sebastião que é o presidente da FENEN, mas há um caminho para a gente tentar atenuar esse problema legal, juridicamente favorável e que não cause nenhum constrangimento para esta Câmara, para as empresas e nenhum constrangimento fiscal que possa embaraçar as contas da Prefeitura de Aracaju. Dito isso, eu acompanho o pensamento do líder Isac e manifesto aqui a nossa intenção de colaborar no encontro da solução, no encaminhamento da solução para ajudar essas escolas.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para discutir, vereador Vinícius Porto. Depois, Fábio Meireles.

#### **VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO VETO**

Senhor presidente, meus colegas vereadores, eu não deixo de repetir essa frase: empreender no Brasil é difícil demais. É difícil, é muito difícil. Presidente, nós acabamos de assistir o posicionamento, tenho certeza que não é da prefeita Emília, não é do Secretário da Fazenda. O que o representante dos auditores acabou de falar aqui

mancha a imagem do empresariado. Porque ele acabou de dizer que não tem como prever se a empresa A, B ou C vai recolher ou não o imposto devido. Respeite os empresários aracajuanos e sergipanos. Homens e mulheres tiveram um sonho um dia de abrir uma escola. Esses homens e mulheres vêm aqui, não foi para pedir nenhum benefício. Eles não vieram aqui para dizer: “Olha, abaixa as alíquotas, que essa alíquota está alta.”. Não vieram fazer isso. Não recebi nenhum pedido sobre isso. O que eles querem é que exista a justiça fiscal. É isso que eles querem. E me incomoda muito, presidente, quando eu vejo um auditor-fiscal dizer que não sabe quando é que essas empresas vão recolher, insinuando que não vão recolher, isso eu não aceito. Isso eu não aceito, que um representante da prefeitura, que não é a fala da prefeita, nem do Secretário da Fazenda, venha aqui fazer qualquer tipo de insinuação, que a classe empresarial sergipana vai sonegar qualquer tipo de imposto. Eu acredito nos homens e mulheres que empreendem aqui na cidade de Aracaju. Eu não gostei, isso me incomodou. Incomodou-me, segunda ou foi terça-feira, lá na sala do presidente, e me incomodou hoje, de novo, aqui no plenário da Câmara. Eu não aceito isso. Não aceito isso. Depois, eu quero dizer que precisamos tomar medidas importantes para que esses empresários possam pagar os seus impostos devidos. Quem é que não sabe que filho de professor não paga colégio particular? Quem é que não sabe disso? É justo que esse empresário, que não recebe absolutamente nada de um filho de professor, tenha que pagar esse imposto devido? Não é, não. Quem é que não sabe que, em Aracaju, quem tem mais de dois filhos, o terceiro filho que estuda naquela escola tem descontos especiais? É justo aquela empresa receber de forma integral aquele valor devido? Não é. Isso não é justo. Eu trato de homens e mulheres de boa fé, aqueles que não praticam a boa-fé, eu não estou falando em nome deles. Eu estou falando em nome de pessoas que um dia sonharam de ter a sua empresa, que, muitas das vezes, passam dificuldades. Ou vocês acham que todas as escolas particulares de Aracaju estão nadando em dinheiro? Não. Tem muitos empresários em Aracaju que geram dezenas e centenas de empregos que estão passando por dificuldades, que aderiram a diversos planos do município de Aracaju, da Prefeitura de Aracaju, o parcelamento de impostos, porque ele não tinha dinheiro para pagar integralmente aquele valor devido, mas ele tem a consciência que ele tem que pagar. E é esse povo que eu defendo, que quem mais gera emprego na cidade de Aracaju são os empresários e, lamentavelmente, foi visto aqui, em determinado momento, como se fossem a generalidade. Que todos os empresários desse ramo, se tivessem a oportunidade de não pagar impostos, eles não pagariam. Não é isso,

não. Essa classe empresarial veio aqui para pedir justiça social e não diminuição de impostos. Portanto, presidente, eu ouvi os pronunciamentos dos senhores. Quero dizer que na vida política ou pessoal, muitas das vezes, a gente dá um passo para trás para avançar 30, 40, 50 passos. Ouvir aqui dos dois líderes a possibilidade de, no máximo, em 90 dias, nós consertarmos algo que, anos a anos a anos, essa categoria vem sonhando. Portanto, presidente, eu quero dizer que eu confio nos homens dessa terra. Confio nos homens que fazem o Parlamento de Aracaju. Dessa forma, eu estou confiando no líder Isac e no vice-líder Lúcio Flávio, que no máximo em 90 dias nós estaremos aqui votando essa matéria, que isso será construído em diversas mãos, respeitando os anseios da prefeitura, mas nunca perdendo a possibilidade dessa categoria avançar, cada vez mais, para trazer para Aracaju um ensino cada vez melhor. Portanto, presidente, esse é o meu posicionamento com minha consciência tranquila e acreditando no líder Isac Silveira. Era isso, presidente.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereador Fábio Meireles já não quer mais. Rodrigo não. Não havendo mais quem queira discutir, vamos a votação nominal. Aberto o processo de votação. Quem vota “sim”, vota pela manutenção do veto. Quem vota “não”, vota pela derrubada do veto. Vereador Isac para justificar voto, para encaminhar? Vamos lá. Vereador Joaquim, para justificar o voto.

#### **JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – JUSTIFICANDO VOTO**

Veja, senhor presidente, só para justificar meu voto e olhando nos olhos do nosso líder aqui, Isac Silveira. Isac, a maioria desta Casa vai votar para a manutenção do veto. Eu poderia votar “não” para sair bem na federação, para sair como uma pessoa que estava contribuindo com a federação, mas eu quero contribuir mais. Eu escutei o secretário de finanças, eu escutei o procurador do município e escutei o líder desta Casa. Eu vou acreditar, Isac, que em até 90 dias vai sair uma solução para essa federação que, pela terceira vez, está aqui solicitando esse projeto. Eu vou, mais uma vez, dar esse voto de confiança à gestão e vou aguardar. Agora, irei cobrar. Irei cobrar. São 90 dias. Primeiro, era uma minuta, até ontem meio-dia. Agora são 90 dias. Vamos aguardar.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para justificar o voto, Diego. Depois, Isac. Depois, Fábio Meireles. Depois, Tuca.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – JUSTIFICANDO VOTO**

Senhor presidente, eu quero aqui me somar a fala do vereador Joaquim da Janelinha, porque para mim é uma referência no tocante educação, porque ele é um educador, é um dono de escola. Então, se ele assume essa função de dar esse voto de confiança à gestão, todos nós aqui estamos nos somando, na verdade, a maioria. Em que pese, eu tenho muitos amigos, eu estou com amigos aqui presentes que são donos de escola, estão nessa luta, então o nosso voto de confiança é que, de fato, a gente tenha uma resolução, que esse projeto não seja um projeto que seja aprovado, amanhã judicializado e ele não venha a ter nenhuma eficiência. A nossa intenção, de fato, é trazer uma solução duradoura e contínua. Então, eu vou seguir a orientação do líder Isac.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereador Isac.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – JUSTIFICANDO VOTO**

Então, só para colocar as coisas no devido lugar, a possibilidade de ter uma minuta foi sugerida por mim, em uma busca, junto ao Lúcio Flávio, dessa solução. Não foi possível. Acordamos com o procurador Hunaldo, na presença da prefeita, que será enviado um novo instrumento, uma lei, mas todos estão aqui a cavaleiro para poder contribuir, inclusive o senhor, que será o cobrador, seja também o construtor. Nos ajude a cumprir essa obra que é hercúlea. Exatamente, já tem até a data: véspera do dia dos namorados. Então, será... Mas o próprio professor Iran já se dispôs, o vereador Elber. É uma tarefa que o Poder Executivo não tem nenhum obstáculo para poder aceitar as devidas contribuições. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Fábio Meireles.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – JUSTIFICANDO VOTO**

Obrigado, senhor presidente. Senhor presidente, nosso voto está em tela, por isso a justificativa. Primeiro, esse projeto de lei não é um projeto específico das escolas particulares, por mais que esteja aqui incluído na discussão. Mas veja, o Projeto de Lei nº 7/2024 é considerado inconstitucional porque interfere na competência da União para estabelecer normas gerais sobre tributação, especificamente sobre a base de cálculo e o

fato gerador do Imposto Sobre o Serviço – ISS. A proposta sugere que a base de cálculo do ISS seja alterada para depender do valor efetivamente recebido pelo prestador de serviço, o que contraria a Lei Complementar Federal nº 116 e a Constituição. Não vou me demorar, senhor presidente, porque o nosso relato aqui é um pouco mais extenso, mas votamos “sim” e acreditamos, claro e evidente, nessa construção – aí, sim – de forma específica, sobre a questão das escolas particulares. Senhor presidente, por isso meu voto “sim” para a manutenção.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Tuca. Depois, Byron.

**ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – JUSTIFICANDO VOTO**

Senhor presidente, também vou ser breve para não ser repetitivo. Tenho muitos amigos que são donos de escola, em especial os amigos do Colégio São Paulo, e dizer, vereador Joaquim, que Vossa Excelência, como conhecedor da causa também, que Vossa Excelência fique à frente e quero aqui me somar naquilo que for possível, para a gente solicitar uma audiência futuramente junto ao nosso líder e ao nosso vice, com a prefeita para que a gente possa discutir. Eu acho que isso é... Com a federação também, chamar o pessoal da federação. Dizer que vocês chamaram a atenção da gente aqui, a gente está aqui para atender os anseios da população e que é assim que se faz política, com diálogo, por discussão, e, acima de tudo, trazer soluções, principalmente para essas pessoas que têm essas dificuldades. Então, quero me somar e dizer que nesse momento estamos votando “sim”, mas que no futuro possamos aqui votar uma lei que venha a beneficiar. Muito obrigado.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Com a palavra, vereadora Sonia Meire.

**PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO**

Primeiro, eu quero dizer que nós estamos votando pela manutenção do veto, não é por alguns argumentos aqui colocados, que o projeto é atabalhado, que o projeto veio de forma assoldada, Não é a primeira vez que esse projeto é apresentado aqui na Câmara, mesmo antes da nossa legislatura. Então, eu quero dizer que em nada desmerece o que foi colocado aqui, a apresentação do projeto do vereador Elber. Nós só

estamos votando pela manutenção, porque nós temos discordâncias em alguns aspectos que foram colocados aqui do ponto de vista também técnico, também jurídico, de direito social e de garantia do direito diante da discussão tributária, que tem impacto tributário, sim, na arrecadação e isso não é uma questão qualquer. Então, é por isso que nós votamos e é preciso que a gente acabe com isso. Outra coisa, não desqualificar também o trabalho dos profissionais que atuam hoje para nos ajudar, inclusive na Câmara Municipal, a analisar a questão dos tributos hoje. Respeito, também, a gente precisa exigir aos trabalhadores concursados que trabalham hoje com uma função muito importante, que também é fundamental para nos auxiliar aqui na definição dos nossos projetos. Obrigada.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Com a palavra, vereador Byron.

**SARGENTO BYRON – MDB – JUSTIFICANDO VOTO**

Senhor presidente, para justificar o voto. Eu ouvi atentamente, durante esses dias aqui que antecederam essa votação, os auditores-fiscais, os representantes das escolas particulares, e a gente ficou muito preocupado quando se viu falar de não ter a mensuração do impacto da renúncia desses tributos. O vereador Levi é empresário e sabe o quanto a prefeitura tem a necessidade de saber o quanto é dessa renúncia. Também, a gente entende com relação à justiça fiscal que as escolas vêm sofrendo muito com isso. Então, a gente se soma ao vereador Joaquim, ao vereador Tuca, ao líder da bancada Isac para que a gente possa abrir as portas da prefeitura. A prefeita Emília cobrava muito aqui que o presidente desse oportunidade as categorias para recebê-las, para ouvi-las. E eu acredito muito que a prefeita Emília vai fazer isso também para que haja uma construção de um projeto, para que as escolas particulares possam, sim, ter esse pleito atendido. Meu voto é “sim”, mas justificando.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Lúcio Flávio. Depois, Iran.

**LÚCIO FLÁVIO – PL – JUSTIFICANDO VOTO**

Obrigado, presidente. Para justificar o meu voto aqui, só para deixar claro. Considero como... Está certo o presidente da federação, da FENEN, professor Sebastião. Estão certos os auditores nas suas argumentações técnicas. Ou seja, ambos



estão certos, a FENEN e os auditores. Quem está errado? O projeto e quem o redigiu. Por isso, eu voto pela manutenção do veto.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Professor Iran.

**IRAN BARBOSA – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO**

Presidente, ao justificar o veto eu quero enaltecer a iniciativa do vereador Elber, que mostra uma preocupação com o problema existente e busca uma alternativa. Eu quero primeiro dizer isso. É importante que se registre. Depois, na minha justificativa, como eu já falei na discussão, eu quero apenas, por questão de justiça, dizer que do que eu ouvi aqui na tribuna por parte do técnico que veio e fez a apresentação relativa à arrecadação, o auditor, em nenhum momento, levantou qualquer tipo de... Do que eu tenha ouvido, qualquer tipo de suspeição em relação aos empresários dessa cidade. Quem ouviu atentamente o que foi dito aqui, não tem nada disso. Qualquer análise que vá por esse caminho, distorce, desvirtua e não é fiel. Porque aqui o que o auditor colocou foram as questões técnicas e ele levantou a preocupação que, em sendo aprovado o projeto, haveria uma dificuldade em fazer o acompanhamento, porque a mudança que está sendo proposta ia gerar essa dificuldade. Mas não levantou nenhuma pecha de que o empresário sergipano, aracajuano é irresponsável, não tem previsibilidade. Foi em relação a essa mudança. Então, eu quero, por dever de justiça, fazer esse registro e quero parabenizar o trabalho técnico desses profissionais e parabenizar também o vereador Elber Batalha pela iniciativa de buscar uma solução para um problema real e existente.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Concluída a votação, 22 votos pela manutenção do veto, 2 votos pela derrubada do veto, tem uma abstenção. O veto foi mantido. A sessão está prorrogada.

Vamos ao veto total ao Projeto de Lei nº 142/2024, de autoria também do Poder Executivo. (Leu). Vamos à Comissão de Justiça para o parecer.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Senhor presidente, eu vou ser muito objetivo nesse parecer, porque o principal argumento do veto, ele alega a incompetência do município para legislar sobre matéria

com fundamento no art. 22, inciso XXVII da Constituição Federal, que atribui à União a competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratos administrativos. No entanto, senhor presidente, esse principal argumento não merece prosperar, tendo em vista que não há nenhuma licitação vigente na nossa capital e o projeto não interfere, não fala nada sobre licitação. O projeto apenas define critérios objetivos para a liberação dos recursos públicos, o que se insere no poder de fiscalizar do Legislativo assegurado pela Constituição Federal, no art. 31 e pela Lei Orgânica Municipal. Portanto, não há afronta aos princípios da separação dos poderes, mas, sim, a efetivação do controle democrático sobre a utilização dos recursos municipais. Eu não vou me alongar, não, vou ser muito objetivo. Não existem fundamentos jurídicos para que aqueles argumentos alegados possam prosperar em relação ao que foi sustentado no veto. Então, a relatoria da Comissão de Justiça encaminha pela derrubada do veto na comissão. Como vota o vereador Elber?

**ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Meu querido presidente Diego, eu quero dizer que esse veto é disparado, tecnicamente... O vereador Iran já destacou, a fragilidade da argumentação dos vetos, mas esse é disparado o pior de todos. Porque ele fala de um assunto que sequer o projeto de trata. Fala que nós estamos legislando... Que o vereador Camilo propõe uma legislação municipal sobre licitação. Chega a ser meio que esquizofrênico essa fundamentação do veto e demonstra como a intenção foi pura e simplesmente vetar. A gente não... O presidente Ricardo ressalta muito isso. É do jogo ter o veto político, você pode se obstar. A prefeitura pode ter milhões de razões para se obstar a esse veto. Ter proposto esse veto, melhor dizendo, e ser contrário ao projeto dele. Agora, melhore a argumentação, pelo amor de Deus. Acompanho Vossa Excelência no seu brilhante voto.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Como voto o vereador Isac?

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Eu voto contrário ao parecer de Vossa Excelência.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Como vota o vereador Tuca?

**ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Eu voto contrário contra Vossa Excelência.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Como voto a vereadora Sônia?

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Favorável ao parecer por entender que a argumentação não tem fundamento, de hipótese alguma, para não manter o que nós decidimos aqui. Pela autonomia. Se a Câmara não puder, inclusive legislar e trabalhar em cima de algo que ela própria aprovou, que foi o subsídio, ela vai fazer o que? A independência da Câmara Municipal, da nossa atuação política, é o fundamento básico para a melhoria, cada vez mais, do desenvolvimento da política e da democracia. Então, esse veto bate de frente com a autonomia da própria Câmara e a independência do poder para legislar e fiscalizar sobre os atos da própria Prefeitura, independente de qual gestor ou gestora esteja à frente. Segundo, esse debate passa pela garantia de direitos trabalhistas e passa, principalmente, pela garantia da oferta dos serviços, porque os trabalhadores que conduzem os veículos, trabalhadores que operam, se eles não tiverem as condições legais, reais de trabalho, a população também não terá. Então, por tudo isso é que nós não podemos deixar passar sem uma análise profunda da afronta que é esse veto que a prefeita fez a esse projeto de lei aprovado aqui, por unanimidade, à época. Então, eu sigo o relator.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Senhor presidente, só para poder registrar aqui, mais uma vez, para o plenário e para quem está acompanhando pela TV Câmara, nós estamos apenas analisando os critérios jurídicos do veto que foi apresentado enquanto Comissão de Justiça. Não está existindo discussão em plenário e posicionamento em plenário. Segundo ponto, a

análise jurídica de veto não é análise terminativa. Nós estamos apenas fazendo uma análise. Aprovada ou não a análise da comissão, o veto segue para votação em plenário de qualquer jeito. Combinado? Então, só para poder registrar que, na comissão, a propositura, o encaminhamento da comissão é pela derrubada do veto. Comissão de Justiça, mas isso não vai impedir... Três a dois, meu voto, o voto de Elber e o voto de Sônia. Três votos a dois. Exato. Exato. Não, a posição da comissão... O relatório é pela derrubada do veto, certo? É mantendo a coerência com o que foi aprovado com o projeto lá atrás. É só mantendo a coerência.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Estamos na comissão, vereador Vinícius. Vereador Vinícius, estamos na comissão.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Não tem nenhuma mudança, nós estamos mantendo a coerência com o que foi votado. Então, por três votos a dois, a comissão entende que não há vício de ilegalidade no projeto. Pronto, a gente vai agora discutir o projeto em plenário.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vamos discutir. O autor... Questão de ordem?

**VINÍCIUS PORTO – PDT – QUESTÃO DE ORDEM**

Presidente, então, essa é a única exceção que a Comissão de Justiça é opinativa, é isso? Essa é a exceção.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

É. Veto. Vamos lá. Vereador Camilo, Vossa Excelência...

**CAMILO DANIEL – PT – QUESTÃO DE ORDEM**

Eu gostaria de convidar, como prevê o regimento, o senhor tinha acordado, a senhora Ivana, que é ex-rodoviária, para fazer uma fala.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Fazer uma fala? Certo, tudo bem. Já encerramos a comissão. Ela vai discutir, como oportunizamos aos demais. Senhora Ivana. Vamos lá, todos os vereadores. Vamos permanecer em plenário. Senhora Ivana, pode utilizar a tribuna.

### **IVANA OLIVEIRA RODRIGUES – EX-RODOVIÁRIA – CONVIDADA**

Bom dia. Bom dia a todos. Eu estou aqui mais uma vez. Chamo-me Ivana Oliveira Rodrigues. Trabalhei por quase nove anos no Grupo Progresso, vai fazer sete anos que eu saí. Estou aguardando para receber minha rescisão trabalhista, meu FGTS. Vim aqui pedir a vocês, senhores e senhoras vereadores, para ter só um momentinho de lucidez e pensar no outro, que somos nós, ex-rodoviários, rodoviários, e também enquanto população, usuários do transporte coletivo. Eu peço a vocês o seguinte, eu aprendi que o que a gente não quer com a gente, a gente não faz com os outros. Vou falar um pouquinho quem é o senhor diretor e dono do Grupo Progresso. Ele vem, há mais de 15 anos, arquitetando um plano e executando de abrir empresas de fachada para ocultar o patrimônio da empresa, do Grupo Progresso, e também pessoal dele, da esposa e dos filhos. Foi votado, sentenciado agora, dia 3 de março, por um juiz federal lá do TRT, doutor Fabrício Oliveira, que foi identificado empresas com esse cunho, de fachada, para ocultar o patrimônio de uma empresa que ele se orgulha em dizer que opera há 40 anos e que não tem nada no nome dele nem da empresa. Não precisa ser nem doutor para entender que tem alguma coisa errada. Uma empresa que trabalha recebendo dinheiro em espécie, não vende fiado, passagem não vende fiado, e esse empresário não tem nada no nome dele, até o carro é locado. É lógico que isso é corrupção. Isso é ocultação de patrimônio. E ficou bem claro pelo juiz lá do Tribunal Regional do Trabalho, doutor Fabrício, é um juiz federal, que é ocultação de patrimônio, claramente para não pagar a quem ele deve, são nós, ex-rodoviários. Eu vim defender aqui a derrubada do veto da prefeita, porque, no ano passado, eu estive aqui falando exatamente sobre esse subsídio. Nós não somos contra o subsídio. Nós não somos contra. Eu, inclusive, tenho consciência absoluta que esse projeto, que esse subsídio, que essa lei não nos beneficia, enquanto ex-rodoviários, mas beneficia os trabalhadores. Como é que justifica uma empresa que desviou seu patrimônio para não pagar quem deve? Como é que justifica uma empresa que há 12 anos não paga salário em dia? Como é que justifica uma empresa que tem três anos que não paga 13º? E isso vem desde 2022. E eu friso que ele veio nesta Casa pedindo uma oportunidade de receber o subsídio em 2023 para regularizar a situação. E a situação hoje qual é? São

três anos sem 13º, que ele não paga. São seis anos sem dar férias e pagar os motoristas que estão trabalhando e operando. São quatro meses de salários atrasados, quatro meses de ticket alimentação atrasado. Plano de saúde não existe há uns dois anos ou três. Também ainda tem uma ressalva, ele está contratando motoristas diaristas por uma diária de R\$ 112. E esse R\$ 112 é limpo e seco, sem direito a nada, inclusive não tem ônus para ele em absolutamente nada, não paga INSS, não tem nada, não tem vínculo. Aí eu afirmo a vocês, porque eu sou ex-rodoviária, tenho vários amigos no sistema ainda, e digo a vocês: os diaristas, alguns deles, têm 15 diárias atrasadas, 12 diárias atrasadas. E sabe o que acontece? Para receber duas, três, eles ficam sentados na prestação de conta, aguardando que os agentes comerciais cheguem com dinheiro para receber uma, duas diárias. Então, senhores vereadores, eu pergunto aos senhores, os senhores trabalham, quem não trabalha aqui, tem outros que têm outras funções fora. É justo você trabalhar e passar 120 dias sem receber um salário? É justo você trabalhar e não ter os seus direitos garantidos? Eu sou uma senhora de 64 anos, mãe de três filhos e oito netos. Aprendi com meu pai que a gente não faz com as pessoas o que a gente não quer que faça com a gente. Os senhores recebem seus salários rigorosamente em dia, dentro do mês. Aqui têm muitos variadores que, no ano passado, aqui mesmo, a gente votou esse projeto e foi favorável, foi votado por unanimidade e hoje se coloca na oposição, dizendo que é isso e que é aquilo. Eu sei que existem negociações, eu sei que existem várias coisas nos bastidores, mas o que eu peço a vocês, senhores vereadores, é que respeitem e que tenham a dignidade, a honestidade, a moralidade e a integridade de não dar um cheque em branco a um empresário condenado pela justiça, por um juiz federal, por sonegação de imposto, por ocultar patrimônio para não pagar. Eu, que trabalhei nove anos, desenvolvi depressão, síndrome de pânico e ansiedade. Tenho relatórios no INSS que comprovam que não tenho cura. Eu tenho, como diabetes, tenho controle. Eu lá assisti vários assassinatos e assaltos e fui vítima também. A arma na minha cabeça, mandando eu encostar na janela para não olhar para a cara do bandido. E sabe qual era a preocupação da empresa? E o que a empresa fez por mim? Quando chegava era assim: “Deu para salvar alguma coisa? Dá para terminar o horário?”. É isso que a empresa faz. Então, é inadmissível que os senhores, pais de famílias, mães de famílias, alguns já são também avós, aceitem que manter um veto, que a prefeita, quando vereadora... Inclusive o seu vice-prefeito, Ricardo Marques, esteve nesta Casa, pelas duas sessões e aprovou esse mesmo projeto do subsídio por unanimidade. A gente não está pedindo que não tenha subsídio. O que a gente está pedindo é que tenha, sabe o

quê? Transparência, que tenha uma fiscalização. Dar um cheque em branco a um empresário que sonega, que oculta patrimônio para não pagar o que deve é a mesma coisa de dizer assim: “Tome aqui quase R\$ 50 milhões, bote no bolso.”. E uma coisa que ele gosta de fazer muito, ele não gosta nem do Brasil, gente. Ele gosta muito é da Europa. A vida dele toda foi passeando, foi viajando, inclusive manteve, muitos anos, três filhos, pagando tudo em euro, com o dinheiro que a gente trabalhava e levava para a empresa. E como é possível que você mantenha uma mordomia dessa a custas de pais de família? Se os senhores quiserem, eu posso mostrar quantos pais de família cometeram suicídio após 20 anos. Tem colega que trabalhou 33 anos nessa empresa, inclusive eu apresentei ao presidente da Câmara aqui no dia que nós viemos. Trabalhar 33 anos e sair da empresa sem receber um centavo é imoral. Qualquer um de vocês, se estiverem com salário atrasado por quatro meses, vocês comem como? Vocês pagam energia e água como? Como é que você dá um pacote de biscoito, um arroz com feijão e um ovo para o seu filho? Eu peço a vocês, sabe o quê? Honestidade. Eu peço a vocês moralidade. O que a prefeita está fazendo para apadrinhar e acobertar esse empresário é imoral. É imoral, é indecente. Não estou pedindo favor, não. Estou pedindo que vocês honrem os votos que receberam, que vocês tenham a dignidade e a hombridade de manter a decência e o bom costume. Porque quem é cúmplice de um empresário fora da lei, corrupto e corruptor, se torna igual a ele. Porque o honesto e o íntegro não furtam, não deixa furtar. Não matam, não deixa matar. É assim, foi isso que eu aprendi. Quando você baixa a sua cabeça e finge que não está vendo, você se torna um igual. E se aqui tem pessoas íntegras, honestas e de bons costumes, não vão ser favorável a um subsídio desse, que vai pegar quase R\$ 50 milhões, e botar na mão de um sem lei. Ele é um fora da lei, porque aquele que não cumpre a lei é fora da lei. Tem mais ainda, ele trabalha há mais de 10 anos sem um alvará que é dado pela prefeitura. Pode procurar lá. Existe, sim, um alvará dizendo que a empresa é inapta a trabalhar. Ele não tem brigada de incêndio. Por que ele está funcionando até hoje? Sabe por quê? Por causa do apadrinhamento, por causa do acobertamento político, por causa do toma lá, dá cá. Porque esse senhor empresário, na verdade, nunca trabalhou. Ele viveu o tempo todo viajando pela Europa, que ele gosta muito, e nos gabinetes, sabe o quê? Corrompendo, sutilmente. Porque ele não diz que você vai fazer isso e eu vou lhe dar isso. Mas ele lhe dá... Sorteia um carro zero. Ele lhe dá um presente, cestas básicas que podiam ser para funcionários, ele dava para os políticos. Mas não era uma cesta básica de feijão e arroz, mas de uísques, vinhos, queijos finos, que a gente não tem não pode comer, sabe por quê? Porque o

salário não dá. E quatro meses sem receber, como é que compra? Não compra nem o arroz com feijão, entendeu? Então, eu peço a vocês que, por favor, assim não queiram fazer a mim nenhuma caridade, não. Sejam simplesmente honestos, íntegros e decentes. Eu agradeço a oportunidade.

### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Com a palavra, vereador Camilo.

### **CAMILO DANIEL – PT – DISCUTINDO VETO**

Eu fiz questão de subir aqui nesta tribuna, porque eu queria muito olhar para os vereadores e as vereadoras aqui presentes e, também, para os trabalhadores, para os usuários que estão aqui. Maiakovski, um poeta russo, certa vez ele falava, vereador Breno, que ele, num show, falando sobre amor, sobre a esposa e tal, ele começava a chorar e as pessoas diziam: “Mas, Maiakovski, por que você chora?” Ele dizia: “Porque eu não sou uma girafa, meu coração não é longe da cabeça.”. Então, eu acho que quando a gente ouve... Eu estou, inclusive, muito arrepiado aqui, emocionado, porque quando você ouve um depoimento desse feito por Ivana, que se diga de passagem completou aniversário no dia de ontem. Ontem, a gente estava andando na cidade conversando, ela veio aqui, mais uma vez, e eu descobri só no fim da tarde, só a noite que era o aniversário dela. Então, quando a gente ouve uma fala como essa de Ivana, uma fala muito forte, muito forte, toca o coração de quem não é girafa, o coração de quem tem a cabeça muito perto do coração. Durante algum tempo, já tem três anos, vereador Rodrigo Fontes, que a gente debate sobre esse tema e eu queria muito aqui dizer que eu não sou contrário à empresa nenhuma na cidade. Quero citar aqui algumas coisas, vereador Anderson de Tuca, vereador Isac, Fábio Meireles. A primeira é que há três anos que a gente tem debatido esse tema. Em 2022, essa Câmara aqui aprovou a isenção fiscal dos tributos municipais para as empresas do transporte, para que elas conseguissem se adequar e pagar o que ela devia aos trabalhadores, foi aprovado aqui nesta Casa. Eu não estava vereador à época, mas, em 2023, foi aprovado o primeiro subsídio na ordem de R\$ 35, R\$ 34 milhões em média. Tem a parte dos R\$ 10 milhões que é para PCD e acompanhantes e os R\$ 24 milhões que são destinados a passagem do ônibus no valor de R\$ 1; R\$ 0,70, depois R\$ 1. No ano de 2024, acontece novamente a aprovação de novo subsídio. Veja, nós estamos no terceiro ano e a gente chega em 2025 com a ampliação em 50% do valor desse subsídio. Eu não sou contra o pagamento de subsídio para baratear a passagem de ônibus, por exemplo. Eu não sou contra. Inclusive



eu digo, outras cidades do Brasil, por exemplo, colocam a política de subsidiar o transporte, mas tem uma gratuidade dia de domingo, tem um passe livre para estudante, mas eu não sou contra subsidiar a política do transporte público, mas da forma que está, está sendo entregue um cheque em branco para as empresas do transporte. Da forma que está, está sendo entregue. Da forma que está, vereador Maurício Maravilha, você tem R\$ 50 milhões, R\$ 50 milhões, que eles são destinados ao léu e ninguém sabe... Porque ontem, por exemplo, eu estava olhando aqui... No dia de ontem, estava rodando um ônibus sem porta com o vidro da frente todo trincado e quebrado. No dia que a prefeita fez o grande anúncio, na segunda-feira, foi o mesmo dia que uma roda do Circular Praia saiu enquanto o ônibus estava em movimento. Mas se você olhar em qualquer grupo de WhatsApp, toda semana você vai ver ônibus quebrado em toda parte da cidade, é ônibus que toca fogo na região do Jaboatana, indo para São Cristóvão, para a Universidade Federal de Sergipe. Vereador Elder Batalha, nós estamos fazendo uma discussão a respeito da qualidade da frota, que é isso que está no nosso projeto, mas também está relacionado às certidões e às dívidas trabalhistas. É inadmissível, em 2025, no século XXI, que isso continue acontecendo na cidade de Aracaju. “Camilo, você fala com que coerência isso?”. Eu falo com a mesma coerência de quem falou no ano passado isso. Eu falo com a mesma coerência de quem está desde os 15 anos de idade, por exemplo, nas ruas participando de manifestação contra o aumento de passagem de ônibus, seja no governo Edvaldo, seja no governo João Alves, seja no governo Edvaldo e seja agora no governo Emília. Então, a gente fala com a mesma coerência de sempre. Não tem condições alguma, vereadoras e vereadores, de dizer que a prefeita assumiu agora e não tem condições e não sabia do que estava acontecendo. A prefeita sabia do que estava acontecendo. O vereador Ricardo Marques, inclusive, foi o vereador que debatia muito a questão do transporte público e trazia essas questões. Então não tem condições de dizer: “Ninguém sabia e a gente não pode gerar um caos aqui na cidade.”. Defendo empresa nenhuma, mas vou fazer um paralelo com a questão da Torre agora recentemente. Todo mundo achava ou dizia que poderíamos ter um caos na limpeza da cidade se a Torre saísse. Eu pergunto aos vereadores e vereadoras: qual foi o caos que foi gerado? Você tem pontos que não estão limpos, você tem problemas com relação ao pagamento dos trabalhadores, que eu acho que já resolveu... Porque março, pelo que eu ouvi, inclusive, março é um mês que o quinto dia útil foi, praticamente, ontem, dia 7. Mas, veja, você tem problemas, mas você não gerou um caos. E a Torre apresentava um serviço de qualidade na cidade de Aracaju. Agora, por que furar a bolha do “sistemão”?

Valeu com a Torre, para tirar a Torre que prestava um serviço bom para cidade, e por que é que não valeu para Progresso? Que oferece uns ônibus carroças, velho aqui, que não paga o que deve a ninguém. Por que é que vale para um e não vale para outro? Eu acho que esse é um questionamento que a gente tem que fazer. No mais, eu acredito que o discurso de Ivana, por si só, ele já fala muito, eu não quero nem falar mais sobre isso. Eu acho que todo mundo aqui nesta Casa sabe muito bem o que está acontecendo, todo mundo sabe muito bem como é que vai votar, todo mundo sabe muito bem as consequências desse voto para a cidade, as consequências desse voto para a gente, as consequências da coerência que a gente tem. Acho que todo mundo sabe muito bem. Mas eu quero aproveitar esses três minutos que me restam para fazer um agradecimento especial. A gente está debatendo isso desde a primeira semana de janeiro, quando esse veto chegou aqui na Casa, presidente Ricardo. Desde o início de janeiro. Eu achava que a gente votaria no início de fevereiro, acho que hoje pela manhã, no Pequeno Expediente, eu falei sobre um bom gesto por parte da Câmara e enganação por parte das empresas. Acho que a Câmara... Eu entendi o papel do Isac Silveira, que é o líder aqui da prefeita, de tentar esvaziar para conseguir soluções políticas para as questões. Mas eu quero dizer que eu quero agradecer muito, porque janeiro, fevereiro, entramos em março, vereador Elber Batalha, e a gente está debatendo os mesmos temas, a gente está conversando sobre os mesmos assuntos, numa realidade que não muda. Eu, particularmente, eu acho que ninguém precisa, necessariamente, ter aquela síndrome de Gabriela, que “eu nasci assim, eu cresci assim, eu vou ser sempre assim e eu não mudo nunca”. Não precisa isso. As pessoas podem, sim, mudar de opinião. As pessoas... Inclusive é natural que as pessoas mudem de opinião, mas a gente deve mudar de opinião quando a realidade também muda. O vereador Breno aqui disse uma coisa, logo no início aqui, na quinta-feira, quando a gente foi votar e não teve quórum, o vereador Breno disse: “Não, eu estou com vocês. Se não mudou nada, eu continuo com vocês.”. E, de fato, não mudou nada. Você olha, no ano passado, o problema era o mesmo, Anderson de Tuca. Eram três meses de salário atrasado. Agora, continua a mesma coisa. Então, eu quero agradecer. Quero agradecer aos ex-rodoviários, principalmente do Grupo Progresso, que estão aqui com a faixa estendida, dizendo: “Subsídios para empresas que pagam suas dívidas trabalhistas e fiscais. Licitação já.”. Então, eu quero parabenizar e agradecer a luta de vocês. Parabenizar, especialmente, Ivana, que foi seu aniversário ontem e tem sido uma guerreira nessa luta. Agradecer muito alguns vereadores aqui presentes, entre eles, vereadores que estão na oposição, que sempre

tiveram aqui muita generosidade e muito carinho para debater isso. Agradecer também ao presidente Ricardo e a Mesa Diretora por sempre permitir que a gente conseguisse debater esse tema. Mas agradeço, especialmente, a população da cidade de Aracaju, porque não está sendo fácil olhar a situação do transporte do jeito que está e a população olhar e dizer: “Mas vocês não vão fazer nada?”. Eu acho que hoje, aqui, pode ser um basta desta Casa. Certa vez, um trabalhador disse para mim: “Camilo, o crime compensa, é?”. Então, isso aqui pode ser um basta. A gente... Já pra finalizar. Mas a gente pode, sim, hoje, com a altivez que esta Casa tem, que teve na última legislatura e nessa, mostrando que não é puxadinho de prefeitura nenhuma e que esta Casa tem altivez, tem autonomia. Esta Casa pode derrubar o veto da prefeita e começar a fazer justiça social nessa cidade. Presidente, muito obrigado. E muito obrigado às vereadoras e vereadores.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereador Isac, líder.

#### **ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO VETO**

Obrigado, presidente. Veja, presidente, deixe-me contar uma história rápida para poder ajudar na compreensão. É bem simples. Um primo meu diabético se internou em um dos nossos hospitais públicos e o médico prescreveu um soro e a medicação. E disse que o soro não podia ser glicosado. Não é assim o nome? Glicosado. Glicosado, isso. E a técnica de enfermagem se confundiu e colocou o soro glicosado. E o açúcar dele foi a... E ele desmaiou. Hiperglicemia. Foram lá... Muito bem, entraram com a insulina e ele melhorou. A pior coisa que existe não é não ter médico. Parece ser, não ter um médico para cuidar do paciente doente. É você aplicar o medicamento errado, é pior ainda. O que nós estamos querendo fazer aqui é aplicar o medicamento errado. Esse projeto de Camilo não resolve o problema. Olha, eu vou usar uma expressão dura: ele é demagógico se for falado, construído sobre essa perspectiva. Ele não resolve o sofrimento desses homens e mulheres que estão aqui. Não resolve. Quem disser isso, na minha avaliação, está faltando com a verdade. Ele não resolve. Ele pode punir a empresa. Olha, a Progresso presta o pior serviço que uma empresa pode prestar em relação ao transporte no Brasil. Não tenho nenhuma dúvida. Agora, esse projeto, Camilo, não soluciona isso. Vamos ser bem honestos. Queremos impedir que empresários ruins recebam o subsídio, correto. Mas que faz justiça a esses que estão aí fora, não é verdade. Amanhã, se nós aprovamos esse projeto, eles continuarão sem

receber os seus devidos salários e suas verbas rescisórias. Continuarão do mesmo jeito, porque o projeto não resolve. Mas para alguns que estão aqui fora, entendem que esse projeto é capaz de solucionar, e não vai solucionar. E eu não vou vender uma solução falsa. Eu não vou aplicar o medicamento errado. Edvaldo propôs uma licitação que o Ministério Público disse que ele apartou a Câmara da discussão. Foi o Ministério Público que disse... Desculpe, a juíza quando deu aquela sentença. Uma das motivações da sentença da juíza, doutora Tereza, não me lembro muito bem o nome, foi Thelma? Disse que inclusive a Câmara foi alijada da discussão. E veja, eu não vi tanta veemência desta Casa. Agora está aqui: quem é do bem? O do bem vai votar no projeto de Camilo. Quem é do mal, vai votar contra o projeto de Camilo. Porque os trabalhadores estão passando fome e esse projeto vai resolver. Não vai resolver. Concedo um aparte ao vereador Elber Batalha.

#### **ELBER BATALHA – PSB – APARTE**

Isac, eu quero dizer que, em parte, eu concordo com a Vossa Excelência. Eu não vou votar pela derrubada desse veto achando que ele fará a Progresso pagar os funcionários dela, não. Porque a Progresso não vai pagar. É até duro dizer isso na presença dessas pessoas. Essa discussão da Progresso ou vai haver uma intervenção judicial na desconstituição da personalidade jurídica do senhor Adierison Monteiro, que mora no apartamento mais luxuoso de Sergipe, no prédio mais luxuoso de Sergipe, e não paga seus funcionários, ou não vai se resolver. Porque, dentro desse contexto, esses funcionários não vão receber. Eu vou votar pela derrubada desse veto, para que outros não façam a mesma coisa que ele faz. Porque, quando eu coloco na lei a partir de agora, as próximas empresas... Por exemplo, a prefeita anunciou um decreto que, por mais que tenha críticas, botou para 12 anos, se ela cumprir, a Progresso está fora. O ônibus mais novo da Progresso tem 14 anos. A Progresso tem 90 ônibus, onde é que ele vai arranjar dinheiro para comprar 90 ônibus daqui para 20 dias? Não vai ter. A Progresso vai estar fora. Mas eu estou me precavendo, Fábio Meireles, que o próximo que venha para ocupar o lugar da Progresso não faça a mesma coisa. Então, que venha alguém que paga seus funcionários. Eu entendo e concordo, em parte, com Vossa excelência, esse projeto não resolve o caso desse pessoal que está aí fora, mas é um aceno, é um gesto nosso para com eles de dizer que por mais que eu não possa resolver sua vida, eu estou criando uma regra que vai salvaguardar, que outros não sofram o que vocês estão sofrendo. Eu acho que esse é o caminho do entendimento e por isso que eu vou votar

para derrubar o veto. Não por Adierson, ou por Modelo, porque esses daí já foram para o vinagre. Eu acho que a Modelo até consegue pagar o que deve, mas a Progresso não consegue. E não estou politizando o debate aqui, não. Estou fazendo bem tecnicamente. Eu quero que essa regra valha, até para que Adierson não volte com outro CNPJ para querer concorrer com outra empresa.

### **ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO VETO**

Presidente... Calma, ainda estou com a discussão. Veja, o subsídio é pago posterior ao uso do passageiro. Escutem bem. Primeiro, a empresa presta serviço, é visto a bilhetagem, é somado os que pagaram e aqueles que tiveram isenções e é feito o cálculo para pagamento de subsídio. Se a empresa A, B ou C prestou o serviço, ela vai receber o subsídio, mesmo que aprove esse projeto. Vai receber. Ela pode não receber doravante. Daqui pra frente. Mas o que foi prestado, vai receber. Porque o subsídio hoje é compensação para não haver aumento do valor da passagem. Não entra nos conceitos. É a contratação da empresa, o recebimento da empresa para participar do sistema de transporte coletivo. E esse projeto não tem o condão de regular isso. Quem tem é a licitação. Então, esse projeto é capenga. Ele é capenga. E a gente vai se sustentar nesse projeto para dizer para os trabalhadores aí fora que está fazendo justiça social. Já me chamaram de traidor, de covarde. Eu não sou traidor, não sou covarde e sei que estou correto. Até que me prove o contrário. Subsídio é para equilibrar o custo da passagem. É para compensar o custo. É para fazer o equilíbrio financeiro, sob pena da passagem custar amanhã R\$ 6,50. E nós dissemos aqui a Edvaldo Nogueira: “Você tem que botar subsídio.”. Que a Professora Sônia Meire era veementemente contra, que Camilo votou contra, está certo? Por que nós dizemos isso? Porque nós estamos dizendo que se a gente subverter a ordem das coisas, a gente engana o povo do Aracaju. Não subvertamos a ordem, porque isso nos faz pensar erroneamente. Sem licitação não regula e não enquadra as empresas. Porque a Modelo chegou a dever duas folhas, a Progresso não se fala, e porque não houve uma solução efetivamente? Porque não havia licitação. “Ah, vai demorar muito.”. É, meus irmãos, mas os males não começaram hoje não. De novo, eu repito, não trate a história a golpe de Machado. A golpes de Machado. Esses danos vem de lá de trás. Vem da época do partido PT, de Marcelo Deda; vem da época de Edvaldo Nogueira, está certo? Vem desse período todo que não foi solucionado com licitação efetivamente. A última fora feita por Edvaldo Nogueira. Então, portanto... Eu nem sei se foi o Eduardo Nogueira, efetivamente. Portanto, sem a licitação, a gente não

vai regular o processo. Daí, eu entender que a manutenção do veto provoca a necessidade da licitação, e não dá o berço esplendido... Está bom, aprovamos o projeto de Camilo, não precisa de mais licitação, porque o projeto é suficiente. Ele é grande ao ponto de afastar as empresas. Não vai afastar, meu irmão. Não vai afastar. Porque a gente está sob uma portaria, um decreto da época de Marcelo Dede, uma portaria que regula esse processo todo. Ora, quando houve a licitação, não vieram outras empresas? Vieram, não foi? Essa malfadada licitação que Edivaldo fez, a Progresso estava dentro? Não. Estava? Não. A Modelo entrou? Não. Quem entrou? A Atalaia, não foi? Está claro, porque na licitação você afasta quem tem dívidas trabalhistas, quem tem dívidas previdenciárias. Então, está claro. Meus irmãozinhos, pelo amor de Deus, vocês que estão aí fora, não entrem nesse barco. Isso é um anal, um barco que vai afundar mais à frente. Esse projeto não traz justiça social, esse projeto não regula o processo, esse projeto, desde o dia que eu votei, eu disse: “Vereador Camilo, tenho muito respeito. Mas o senhor sabe que esse projeto pode nos levar a um engodo, a um engano. Mas por conta do momento eu vou votar favorável.”. Eu não tenho nenhum constrangimento. Eu não tenho nenhuma crise existencial que a gente deva manter para provocar efetivamente a licitação. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereador Lúcio Flávio.

**LÚCIO FLÁVIO – PL**

Seria um aparte, mas é possível isso?

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Ah, era um aparte? Estava levantado naquela sequência. Então, vamos ao vereador Iran Barbosa. Elber, você vai discutir? Vai discutir?

**IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO VETO**

Gente, eu vim à tribuna para discutir esse veto, porque durante muito tempo eu tenho... São algumas semanas já que a gente está aqui esperando esse momento, e eu esperei o momento exato para fazer a discussão. E fui também analisando e ouvindo muita coisa. Quero primeiro dizer o seguinte: eu estou subindo à tribuna para tratar de um problema que... Eu já estou aqui no quarto mandato de vereador. Portanto, já têm 20 anos, vejam, 20 anos que eu, pessoalmente, trato desse problema aqui nesta tribuna.

Primeiro, eu quero desmentir algumas análises que aparecem por aí, dizendo assim: “Ah, só estão questionando agora que a prefeita Emília assumiu.”. Mente quem diz isso. Esta Casa... Ou sou eu que estou mentindo aqui? Esta Casa discute a problemática e cobra dos prefeitos que se sucederam essa situação do transporte coletivo permanentemente. Então, não é verdade o argumento de que: “Não, agora é a prefeita Emília que vai ter que resolver.”. Bem, ela vai ter que resolver por duas razões. Porque, primeiro, ela é a prefeita eleita. Segundo, ela disse que iria resolver. Ela vai ter que resolver. Agora, não é verdade dizer que só se cobra dela. Eu estou dizendo, eu estou aqui no quarto mandato, há 20 anos eu já estava discutindo essa questão e cobrando licitação. Porque entendo, vereador Isac, que o processo de licitação é o processo adequado para resolver isso. Mas discordo de Vossa Excelência quando diz que sem licitação não tem regulação. Espera aí. Isso aqui é Administração Pública, há instrumentos regulatórios. A licitação é o remédio jurídico funcional correto. Aracaju está devendo isso a seu povo há muito tempo, mas há outros instrumentos que você... Tanto há que está aí funcionando. Há instrumentos regulatórios. O que nós estamos discutindo aqui, que é o veto, é uma iniciativa que visa cercar o funcionamento desse sistema de algumas travas, para que ele funcione menos precariamente do que ele tem funcionado. Essa é a minha leitura. Essa é a minha leitura. Então eu quero falar aqui nessa condição, na condição de um parlamentar que já foi aqui oposição, liderou oposição durante quatro anos, o vereador Vinícius está aqui, sabe disso, já foi parlamentar de situação. Quando o vereador Vinícius era presidente dessa Mesa, presidente Ricardo, teve uma votação de aumento de passagem... Porque, naquela época, nós ainda tínhamos a prerrogativa de discutir nesta Casa sobre aumento de tarifa de transporte coletivo, tiraram essa prerrogativa da Câmara, mas a gente tinha. O vereador Vinícius estava nesta cadeira como presidente e eu me lembro de uma certa vez em que estava para se discutir aqui, para aprovar o aumento de tarifa e suspendeu a sessão. Ficou um tempo imenso, porque eu tinha um requerimento meu que pedia ao prefeito João Alves Filho que viesse para Casa a planilha de custo, como previa o nosso regimento, e não tinha chegado. Suspendeu-se a sessão. O prefeito mandou, naquela época, o prefeito atendeu os dois pedidos meus que foram bons. Há muito não se havia chegado aqui nesta Casa, vereadora Sônia, a planilha para se discutir. A partir dali, começou a ser essa a prática. E foi isso que me permitiu mostrar que a passagem de Aracaju era cara, que o valor era superfaturado, porque era. Porque a minha assessoria foi em campo, cotejar, fazer a comparação, a parametrização dos valores que constavam

na planilha e os valores que constavam no balcão dos lugares onde vendiam os produtos. E constatamos que no balcão que era a varejo, era muito mais barato do que o que eles botavam na planilha, que era no atacado. Isso é a história. Então, não me venham com argumento de que: “Vão cobrar agora, porque é a prefeita Emília.”. Eu cobreí como vereador de situação, cobreí como vereador de oposição e os anais da Casa e a história registra isso. Então, eu quero primeiro colocar essa questão. Depois eu quero seguir para dizer o seguinte, fica ruim esse argumento de “Porque a prefeita chegou agora”. Eu quero dialogar com os colegas. Ela chegou agora, ela precisa realmente de tempo para mostrar as coisas. Agora, veja, uma situação como essa, ela acompanhou aqui por vários anos. Ela acompanhou aqui durante vários anos. Dizer que cobrar dela agora não é correto, porque ela não tem alternativa e tal, significa dizer, no meu entendimento, de que ela sabia do problema e não se organizou, não pensou, não se planejou, prometeu sem ter planejado o que era que ia fazer. É claro que eu sei dos problemas todos que existem nessa seara. Não é um problema fácil de resolver. Coloque-me na posição da prefeita, porque eu sei que não é um problema fácil de resolver. Mas é preciso também não ficar colocando o tempo inteiro: “Ah, porque ela está começando.”. Não é assim. Ela não está começando. Ela acompanha os problemas da cidade há muito tempo. Tanto assim, que ela prometeu que ia resolver. Outra coisa que eu queria tratar aqui, porque eu não vou ter tempo de tratar tudo, mas queria destacar o seguinte. Há um argumento, e isso é importante, eu queria dialogar com os colegas, que eu estou ouvindo os colegas usarem muito esse argumento: se a gente derrubar o veto, vai impedir a empresa de cumprir a obrigação de pagar o salário, inclusive. Não estão usando muito isso. Ah, é a história do remédio que eu acho que é um pouco enviesada, mas é a história do remédio. O remédio que estão dando não resolve. Eu quero aqui dizer o seguinte, servidor público, quando o governo está sem querer pagar salário, arguindo que não tem dinheiro, sabe o que é que fazem? Vá pegar emprestado no Banese e eu avalizo. Veja, se o empresário não está com dinheiro para pagar o salário dos seus trabalhadores, vai precisar receber, provar que está em dia para receber o subsídio, vá aos bancos pedir empréstimo para pagar o que está em atraso. Não tem como pagar tudo? Venda patrimônio. Se não tem como ter crédito, se não tem patrimônio, é preciso que tenha uma intervenção nessa empresa, porque ela não pode oferecer o serviço. Agora não. Querem argumentar que o único remédio para eles poderem pagar é receber o subsídio. Isso é argumento que não se sustenta. Não se sustenta. Há outros caminhos e acredito que a necessidade de ter requisitos para receber subsídio é necessária. A



necessidade é urgente. Até para estarmos em acordo, eu quero pedir aos colegas que depois façam uma pesquisa. O Supremo Tribunal Federal, em recentes decisões, em casos similares, não é caso igual, mas em casos similares a esse daqui, já disse que é correto, sim, nós termos uma vinculação de obrigação de pagar obrigações trabalhistas, de garantir o pagamento de obrigações trabalhistas para que você participe dos processos de licitação e, a rigor, também para que você receba outro tipo de recurso público. Isso, minha gente, o que o vereador Camilo está propondo, no meu ponto de vista, ele privilegia o interesse público, porque vai garantir que as empresas efetivamente garantam a igualdade de condições na disputa. Porque é muito bom ter umas empresas que não pagam e aquelas que pagam. Isso cria uma espécie de tratamento desigual dentro do serviço público que não pode prevalecer. E, ademais, diante do princípio da eficiência administrativa, contratar com empresa que não tem condição de garantir, pelo menos, o pagamento das suas obrigações trabalhistas não garante o bom funcionamento da Administração Pública. Então, presidente, eu quero já anunciar que votarei pela derrubada do veto e acreditando que nós vamos continuar construindo alternativas. Essa que está sendo votada hoje não é para garantir pagamento, não, é para dizer que empresa que não paga trabalhador não pode estar recebendo dinheiro da Administração Pública assim. É isso. Agora, por último mesmo, eu quero aqui manifestar minha solidariedade, mas mais do que isso, manifestar minha alegria em ver que no Dia Internacional da Mulher a gente tem uma mulher, Ivana, que chega aqui na tribuna desta Casa e tem a coragem, porque é preciso ter coragem para chegar aqui e dizer tudo o que você disse. Colocar o seu sentimento, mas carregar o seu sentimento também de realidade vivida pela classe trabalhadora. É muito bom a gente pedir pena, cuidado com os empresários. E eu não sou contra o sistema que opera de forma justa, não. Mas temos que pensar na realidade que foi exposta aqui por Ivana. E não podemos admitir que empresas com esse perfil continuem contratando com a Administração Pública, e, mais do que isso, continuem recebendo recursos sem resolver os problemas. Porque já está dito aqui, foi feita a promessa de resolver, não resolveu, continua recebendo e agora mais ainda. Então, meus amigos e minhas amigas, vamos à votação daqui a pouco. Meu voto, presidente, será pela derrubada do veto. Muito obrigado.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereador Elber Batalha.

**ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO VETO**

Colegas vereadores e vereadoras, serei breve até pelo adiantar da hora. Mas, aproveitando para dar continuidade à reflexão que fiz ali em forma de aparte ao colega Isac, por quem eu tenho extremo respeito, quero iniciar minha fala dizendo que toda a minha solidariedade e respeito por esses trabalhadores e trabalhadoras que foram usurpados na sua força de trabalho, nos seus direitos trabalhistas, no ganha-pão, que era direito deles terem recebido. Mas aquela fala que fiz ali, meu colega Tuca, é no sentido de que eu acho que uma coisa que prejudica, e eu entendo a militância de Camilo nessa coisa, mas um viés que não dá clareza da necessidade desse projeto, da manutenção desse projeto com a derrubada do veto, é entender que nós não estamos legislando para o passado, não, a gente está legislando para o futuro. Nós estamos aqui criando uma regra que vai impedir que a prática hoje feita pela empresa Progresso, em parte pela empresa Modelo, seja copiada e repetida por empresas que venham de forma precária, Breno, com a nova permissão ou que venham derivados da própria licitação. Porque o que há, Iran Barbosa bem mencionou, é uma falta de resolutividade. Vamos lá, a Prefeitura de Aracaju anunciou que não vai contratualizar, não vai seguir o contrato da licitação. Veja que confusão, Rodrigo Fontes. A licitação entraria em vigor, o contrato começaria a vigor domingo, dia 16 de março. Até hoje, nenhuma empresa recebeu sequer um ofício da Prefeitura de Aracaju, presidente, dizendo que o contrato não vai ser colocado em prática. Vejam a confusão que isso vai dar. Tem outro nome para eu dizer que isso não é desorganização? Outra coisa, poderia a Prefeitura de Aracaju, no seu decreto recente e alardeado, ter construído com o Ministério Público do Trabalho, com o TRT, uma alternativa para que a parte do subsídio da empresa Progresso fosse direcionada para ir minimizando os encargos trabalhistas? Poderia, como uma construção consensuada com o Ministério Público de Trabalho e com o TRT, e a prefeitura alardeou aos quatro cantos esse início de diálogo, mas o decreto fala simplesmente “recomendo”, “deve pagar preferencialmente”. Isso é meramente um aconselhamento que a empresa segue se quiser ou não. A vinculação de uma construção, de um decreto, com a participação do MPT, do TRT, daria um maior alento a essa situação. E aí eu tenho que concordar com Camilo, com Iran, com Sônia, que do jeito que está, nós estamos dando um cheque em branco para essas empresas. Minha querida Selma França, se continuar do jeito que está, o próximo projeto meu vai ser montar uma empresa de ônibus. Por quê? Olha, o subsídio era R\$ 0,70 para toda a

empresa e R\$ 1 para a empresa que renovasse a frota em pelo menos 20 ônibus/ano. Veja, Maurício, a prefeitura lança um decreto em janeiro, passando o subsídio, vereador Moana, de R\$ 0,70 para R\$ 1,50, mais do que dobrando e tirando a obrigação de renovar a frota. Aí você tira isso. Passa um subsídio de R\$ 24 milhões para R\$ 40 milhões e tira as obrigações de contrapartida. Faz um decreto e não amarra para que o subsídio vá para o pagamento das verbas trabalhistas. E agora quer comprar 30 ônibus elétricos a R\$ 161 milhões, com a usina, e se inscreveu no PAC Seleções do governo Lula para comprar 100 ônibus a diesel. Ou seja, empresário de ônibus agora recebe R\$ 50 milhões da prefeitura, não tem a obrigação de pagar funcionário, não tem a obrigação de renovar a frota, e vai receber 130 ônibus pagos com dinheiro da gente, para não pagar os trabalhadores. Eu vou montar uma empresa de ônibus. Quem quiser se associar a mim, venha, por favor. Porque é o paraíso agora é ser dono de empresa de ônibus, em Aracaju, pelo menos. Então, é essa sensibilidade, sem querer politizar, meu querido Rodrigo, que eu digo, não tem lógica a gente não botar essa condicionante, porque depois do decreto da prefeita, por mais que eu critique, se ela cumprir, daqui a 20 dias essas empresas estão fora. Virão outras, né? O senhor não concorda que as outras tenham que mostrar a certidão que está pago? Então, é isso que a gente está falando. Paranhos, coloque o último artigo que eu lhe coloquei. Esse aí. Esse é o decreto que mostra que somente existe a palavra “recomendação”, certo? Eu quero que você mostre também, Paranhos, por favor. Deixe-me mandar aqui para você. Peço desculpas aqui, porque eu achei que tinha mandado. Esse texto de lei que vai aí agora, coloque-o aí. Eu vou ler o § 3º da Constituição Federal, do art. 195. “A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.”. Isso é texto da Constituição. Camilo não está fazendo a descoberta da roda, não. A roda já existe. Ele quer que o progresso ande de acordo com a roda que já existe. Essa é a sensação lógica disso. Não há outro questionamento dentro dessa perspectiva. E aí, meus amigos, a questão aqui não é política partidária, não. Eu vou colocar aqui de coração aberto. É, pelo menos, um mínimo aceno que nós temos que dar a esses trabalhadores, que não vão receber, Isac está certo. Esse projeto não resolve a situação deles, mas é um respeito e uma solidariedade de dizermos, nós estamos do lado de vocês e vamos votar desse jeito, para que vocês que possam trabalhar em outra empresa que venha, que ganhe licitação, que seja colocada aí precariamente no lugar dessas que vão sair por não renovar a frota, para que vocês que podem trabalhar nessas empresas

agora, recentemente, não passem pela mesma coisa, porque nós vamos garantir e exigir que eles paguem o subsídio. Por fim, eu não poderia deixar de lembrar uma coisa. Eu tenho dito que eu tenho muita saudade da vereadora Emília neste Parlamento. Eu não tenho dúvida que se a Emília estivesse aqui, ela estaria do nosso lado. E não se sintam constrangidos, porque se no fundo, no fundo, ainda sobrevive um resquício da Emília de outrora, ao fim e ao cabo, como diz o professor Bittencourt, ela ficará feliz ao ver vocês votando como ela votaria se aqui estivesse, derrubando esse veto e exigindo esse condicionante. Bote aí, Paranhos, o vídeo que tem a foto de Emília aqui. Isso, por favor. (Vídeo). Não se pede nada mais do que coerência e continuidade de raciocínio com fidelidade. O povo elegeu, legitimamente, nas urnas de Aracaju, essa mulher aí para ser prefeita de Aracaju. E o que eu quero que os colegas reflitam é que é essa postura que o povo de Aracaju espera de nós hoje. Tanto que deram tanta importância a essa postura que a elegeram prefeita da nossa capital. Que os senhores votem com a consciência de que a Emília de outrora estará presente na votação dos senhores, votando pela derrubada desse veto. E foi a Emília de outrora que foi ovacionada pelo povo de Aracaju e guindada ao cargo de primeira mulher prefeita dessa capital. Nada mais homenageador, no mês internacional da mulher, que votarmos da mesma forma que votaria uma das maiores vereadoras que este Parlamento já teve, pela derrubada desse veto e pela garantia de que esses abusos que estão aí fora não se repetirão no futuro. Muito obrigado.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereadora Moana.

#### **MOANA VALADARES – PL – DISCUTINDO VETO**

Bom, eu acho importante a gente deixar aqui claro e as pessoas entenderem que o veto da prefeita Emília não é para beneficiar e nem para proteger nenhuma empresa de ônibus. Até porque a Emília não tem relação nenhuma com essas empresas, foram empresas contratadas na gestão passada. O veto da prefeita Emília é para proteger a população, porque eu vou dizer o que na prática, ao senhor e a senhora que está me assistindo agora, o que é que vai acontecer se o projeto do vereador Camilo for aprovado. É a sua passagem que vai ficar mais cara. É o serviço de transporte público que pode ser paralisado e o ônibus deixe de passar na sua porta, porque o subsídio serve para custear uma parte da passagem do trabalhador. Ou seja, o projeto do Camilo quer que a prefeitura pare de pagar uma parte do valor da sua passagem. E,

consequentemente, vocês precisam pagar uma passagem mais cara. A primeira vez que eu ouvi falar sobre o projeto do vereador Camilo, eu o achei muito interessante. É muito bonito, mas eu resolvi ler, eu fui estudar e eu vi que a conversinha é muito bonita. A propaganda, minha gente, é maravilhosa. É muita retórica. Muita palavra bonita para enganar o povo. Aliás, como tudo que o PT faz, promete o céu e entrega o inferno. Agora, olha só que coisa interessante. É muito interessante o PT querer vir aqui falar de moralidade, o partido que passa e deixa um rombo em tudo que toca. O partido que destruiu todas as estatais do nosso país. Mas eu vou dizer, Camilo, o que é que é moralidade. Moralidade é quando o povo de Aracaju resolveu, sim, furar a bolha do sistema. Quando o povo de Aracaju, dessa vez, diferente das eleições passadas, entregou a caneta para uma mulher justa e honesta, que é a nossa prefeita Emília. E ela prometeu, ela prometeu resolver o problema, mas prometeu resolver o problema da forma certa, e não com um projeto demagogo e mentiroso. E a única forma de resolver esse problema é com a licitação do transporte público, e essa licitação será feita. E com a licitação, a nossa população vai ter acesso a um serviço de qualidade, com tarifa justa, com segurança e com conforto, porque é isso que o nosso povo merece. E eu quero deixar aqui bem claro que eu me solidarizo com a situação dos trabalhadores que não receberam seus salários. Porque todos aqueles que trabalham merecem receber os seus salários. Mas se hoje as empresas de transporte público atuam aqui em Aracaju com irregularidades, é porque seu Edvaldo não teve coragem de fazer uma licitação que preste. Porque a própria Lei de Licitação... E aqui nós precisamos ser justos, nós precisamos ter responsabilidade, porque a nossa decisão tem grande impacto sobre a vida da população. A própria Lei de Licitação prevê a necessidade da regularidade trabalhista das empresas que prestam serviço público para prefeitura. E se hoje essas empresas atuam sem regularidade, é pela irresponsabilidade da gestão passada que nunca resolveu esse problema. E agora a oposição quer colocar isso na conta da prefeita, que assumiu há dois meses. E pior, quer colocar isso na conta do povo. Porque enquanto a licitação não for feita, o que vai acontecer, na prática, é a sua passagem ficar mais cara. A prefeita está protegendo a população de Aracaju e o subsídio é exatamente para isso, é para sua passagem ficar mais barata. E é exatamente por esse motivo que não será com o voto desta vereadora aqui que a população vai ter uma passagem mais cara e vai ter um serviço público de transporte paralisado. É com muita responsabilidade que eu assumo aqui o compromisso. E eu tenho certeza de que em breve a nossa população vai ter acesso, sim, a um transporte de qualidade, de segurança e justo. Muito obrigada.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Com a palavra vereador... Levi, ainda vai falar? Rodrigo. Pela ordem, Vinícius.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – PELA ORDEM**

Fazer um apelo a Vossa Excelência sobre as manifestações que não são permitidas nem de forma positiva, nem negativa. É esse o apelo que faço a Vossa Excelência

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Certo. Vamos conter os ânimos, turma. Vamos lá.

**RODRIGO FONTES – PSB – DISCUTINDO VETO**

Senhor presidente, nobres colegas, vejam bem, essa questão do subsídio, eu vi quando o meu nobre colega, vereador Elber Batalha, falou que o art. 195 da Constituição diz que nenhuma empresa que não tenha certidão trabalhista pode receber, contratar ou receber benefícios do governo é verdade. Agora, subsídio não é benefício, não. Vou dar um exemplo aqui, vereador Camilo. O presidente do partido que Vossa Excelência faz parte, subsidia a moradia, subsidia... O Minha Casa, Minha Vida é subsidiado. Você tem uma construtora, você tem uma casa para vender por R\$ 160 mil, que é o preço médio de uma casa do Minha Casa, Minha Vida. Você pode vender a qualquer cliente por esse preço. O governo chega e diz: “Não, eu vou dar 30 mil para que a população pague uma taxa menor.”. O empresário está recebendo ali o subsídio o valor devido do seu serviço, da sua casa. Não está dando benefício nenhum, não. O subsídio do transporte público é para que a população não pague uma passagem mais cara. O preço da passagem é R\$ 5,50. O governo diz: “Não, eu vou lhe dar R\$ 1 para que a passagem fique R\$4,50.”. Entendeu? Que, realmente, empresas que tenham pendências trabalhistas não devem contratar com o governo, não. Mas o momento de cobrar a certidão é na hora da licitação. A licitação é para isso. A licitação é para isso. A partir do momento que é contratado o serviço, que é assinado, o homem não é obrigado a tratar, mas, depois que trata, é obrigado a cumprir. Se você tratou, assinou o contrato, é obrigado a pagar o preço justo da passagem. Se não se torna uma concorrência desleal. Como é que uma empresa vai estar trabalhando e recebendo R\$ 5,50; a outra empresa trabalhando e recebendo R\$4,50 com custo de R\$ 5. Não existe. Quero dizer que sou totalmente solidário aos colaboradores das empresas de ônibus. E se Vossa Excelência me mostrar, eu vou lhe fazer aqui um desafio. Se Vossa Excelência me mostrar que,

cortando o subsídio, vai facilitar o pagamento dos servidores, eu voto com o senhor. Se me mostrar que vai facilitar que o funcionário das empresas, a gente cortando o subsídio, ele vai receber, vai ficar mais fácil dele receber, eu vou votar, eu vou defender, eu vou para a porta abraçado com você falar com eles. Porque dizer que cortar o subsídio facilita o pagamento dos colaboradores é balela. É balela. Cortar recurso de quem está devendo e dizer que é mais fácil do cara pagar. Eu quero saber, o cara está me devendo. Ele tem 50, eu vou dizer: “Não, com 50 você não me paga, não. Eu quero que você fique com 30, com 30 é mais fácil você me pagar.”. Isso é conta de português. Matemática eu estudei. Eu quero dizer a todos os colaboradores que, se precisarem de mim, eu estou as ordens. E se me mostrarem que, cortando o subsídio, é mais fácil o funcionário receber, eu voto com Vossa... Vai ser a única vez que eu vou voltar junto com o PT e sair abraçado na vida. Primeira vez. É só isso que eu tinha. Muito obrigado.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereadora Sônia Meire.

**RODRIGO FONTES – PSB – DISCUTINDO VETO**

Desculpe-me, se o presidente permitir... Com todo o respeito, cedo o aparte. Presidente, se o senhor permitir.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Espere aí, espera aí. Meus amigos, espere aí. Só para esclarecimento, vamos dar seguida. Muito obrigado, Rodrigo. Vamos ao próximo. Vereadora Sônia Meire. Vinícius abaixou.

**PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO VETO**

Primeiro, eu gostaria de dizer que tem uma frase que diz assim: “A cabeça pensa onde os pés pisam”. Então, Ivana, rodoviários e rodoviárias, vocês têm consciência do que é que vocês estão fazendo aqui ao apoiar esse projeto de lei e apoiar a derrubada desse veto. Porque vocês sabem que vocês estão aqui pelos que foram demitidos, pelos que estão trabalhando e pelos que virão, essa é a primeira coisa que a gente tem que discutir. Esse projeto de lei não visa resolver o imediato, e na minha fala hoje, no Grande Expediente, eu trouxe alguns elementos para nossa reflexão. E queria dizer uma coisa, a gente tem tido uma prática de abrir o diálogo para trazer vários pontos de vista para solucionar o problema para parte mais frágil que é a classe trabalhadora, que é

quem mais paga e quem não tem direito. Eu me coloquei, muitas vezes... Eu fui candidata a prefeita em Aracaju, quando a gente se candidata, quando participa da política e quando a gente está no lugar onde a gente está, a gente reflete: “Se eu estivesse nesse lugar, caso eu ganhe a eleição, como eu iria tratar?”. Até porque nós defendemos, historicamente, transporte como empresa pública e tarifa zero. A gente sabe como é que as empresas de transporte no Brasil agem... Não só as de transporte, mas aqui, em específico, as de transporte com o lobby pesado e que mina e destrói até prefeituras e reeleição de prefeitos, por conta da relação que é construída, historicamente nesse Brasil, entre o Poder Público e o grande interesse do capital. Nós estamos falando aqui de empresas que dominam, têm interesse, porque dominam e fazem parte do grande capital. Não estamos falando de uma bodega da esquina. Nós não estamos falando de uma padaria do senhor Manoel, da senhora Graça, nós estamos falando de empresários de transporte, que são quem controla as cidades também, construção civil, limpeza e urbanismo. É disso que nós estamos falando. Então, a gente, ao se colocar no lugar, se pergunta quais são as condições que nós recebemos uma prefeitura para fazer a gestão, a partir daquilo que não existia, que não são contratos, são ordens de serviço, com a estupidez que nós acompanhamos durante todos esses anos, sem licitação, sem nada. E nós identificamos as condições que a gente pode agir para defender o transporte, defender o direito da classe trabalhadora, defender os usuários, garantir a mobilidade frente ao que a gente encontra. Todo mundo aqui sabia, a prefeita eleita sabia qual era a condição. Nós fizemos oposição e nós estávamos aqui e, antes dela assumir a prefeitura, eu fiz algumas reflexões e fiz indicações, sugestões aqui, como oposição, para o desenvolvimento do trabalho que aliás pautar. Uma delas que nós propusemos foi a intervenção imediata que nós já tínhamos proposto no governo Edvaldo, que nunca foi feito, inclusive Isac queria fazer... Eu tentei, Isac também, uma CPI na SMTT, não saiu nem a que eu propus, que eu retirei, porque ele disse que já tinha uma, e eu a esperei e nós não fizemos a CPI. Não foi aprovado, não passou aqui a CPI. Eu, sendo prefeita, faria logo auditoria, certo? Segundo, enquanto isso, a intervenção no ato. Para resolver o problema, tem que ser intervenção e ela tem base legal para isso, tem base legal para isso, que é isso que nós estamos reafirmando. Como nós não temos nenhuma base legal hoje construída, instrumento legal construído, nem deixado pelo anterior, nem construído na atualidade. Desde que a prefeita assumiu, apenas aquele decreto. Isso não dá sustentação para reorganizar o sistema de transporte, como não há uma discussão nem assembleia dentro do consórcio e a prefeita tem que



tomar uma decisão também. Nós não estamos tratando do transporte só de Aracaju, não, é da região metropolitana. É da região metropolitana. Existem saídas para a regulamentação do transporte, enquanto a licitação está sub judice, não tem prefeita que faça licitação agora, enquanto não se resolver esse imbróglio. Por isso, são urgentes medidas que a prefeitura tem que ter, a prefeita tem que tomar, e não adianta dizer que ela foi pautada, está fazendo isso e a derrubada do veto, porque procuradores, na época, orientaram que o veto teria que ser... Não poderia prosperar esse projeto de lei, teria que ser vetado. Ela tem autoridade, autonomia e princípio legal para agir, inclusive junto ao consócio. Quando ela disse “Está congelada a passagem”, ela manteve o que nós aprovamos aqui ao final da gestão de Edvaldo e aí garantiu o subsídio, que aumentou para R\$ 40 milhões. É disso que se trata. E nós não estamos aqui, nenhum vereador e vereadora aqui que defende a derrubada desse veto, a partir da aprovação do projeto apresentado pelo vereador Camilo, que isso vá para a conta do trabalhador, porque isso já está na conta do trabalhador, já está na conta. E esse desafio que o senhor propôs aqui, vereador, eu quero lhe dizer, quando se aprovou o subsídio... Nós não estamos discutindo a aprovação ou não de subsídio mais, nós estamos aqui colocando, devido à falta de instrumento legal para garantir qualidade do transporte público e respeito aos trabalhadores, uma condição, uma apenas. Porque nós apresentamos, inclusive, várias sugestões, indicações para uma licitação que não foi respeitada anteriormente, porque não ouviu a população. E agora, mais uma vez, não vai poder ouvir enquanto não tivermos isso estartado. Então, a condição é essa. Porque o que foi argumentado aqui para ter o subsídio, que não é esse o debate, é que ia pagar os trabalhadores. E nós sabíamos, e foi dito aqui, porque as empresas deviam tanto, inclusive os demitidos. O próprio Adierson disse que o dinheiro do subsídio não ia dar para pagar os demitidos, não foi, vereador Elber? O senhor estava com ele conversando aqui, eu participei desta conversa, e ele disse que o subsídio não ia dar para pagar os direitos trabalhistas. E a senhora Ivana colocou aqui muito bem, e não foi só a senhora Ivana, o Tribunal do Trabalho da 20ª Região já disse, já está tudo escrito. E eu quero dizer aqui a vocês o seguinte, a todos os vereadores da situação: o que nós estamos defendendo aqui, vocês todos deveriam defender. E a prefeita deveria agradecer tudo o que nós estamos colocando aqui para proteger a Administração Pública, com base legal, é o que nós estamos dizendo. Nós queremos legalizar aquilo que vai proteger as iniciativas que ela deve tomar e que ainda não tomou, mesmo tendo respaldo com base em lei federal das concessões. Nós não estamos aqui para botar na conta do trabalhador

nada, não. Nós estamos aqui para retirar da conta do trabalhador aquilo que ele vem pagando pela má Administração Pública, má gestão dos recursos públicos. Porque isso que Ivana colocou aqui, que eu também disse ontem, possibilita o aumento da corrupção e o desvio do dinheiro público. Então, a votação aqui para derrubar o veto é para, cada vez mais, contribuir para que a prefeita tenha mais legitimidade para estabelecer condições reais para as empresas operarem. Porque todos nós sabemos, os rodoviários sabem, que essa condição não vai fazer com que paguem. Porque as empresas já foram autuadas várias vezes e não pagaram até hoje. Eu disse isso aqui hoje. Isso tem prova, é público. Várias vezes. Elas são obrigadas a recolher, mas quando elas recebem, inclusive o subsídio e o dinheiro da bilhetagem, elas pegam o dinheiro... Essa Progresso, por exemplo, ela pega o dinheiro e bota, investe nas outras, inclusive para ter condição de concorrer a uma futura licitação ou a outro projeto. Essa resolução de 12 anos, isso é balela, isso, sim, é enganar. Porque Adierison já está comprando ônibus, eu quero ver as notas fiscais, meia vida e maquiando tudo, a gente tem as fotos de tudo para poder dizer que não tem 12 anos e permanecer com os contratos. É isso que nós precisamos analisar. A Câmara tem independência e uma independência responsável para que o administrador público não cometa erros. Para que o administrador público tenha mais condição, concluindo, legal para poder fazer o que deve ser feito agora, já. Por isso, eu apelo aqui a consciência nossa, nosso dever, como legislador e fiscalizador, que derrube esse veto, inclusive para ajudar a Emília a fazer o que tem que ser feito e que ela não fez até agora.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereador Lúcio Flávio, com a palavra.

#### **LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO VETO**

Obrigado, senhor presidente. Eu quero dizer aos colegas que, certamente, os pouparei dos 10 minutos. Primeiro, quero parabenizar o líder Isac Silveira pela coragem, primeiro, de reconhecer que é importante falar a verdade, ainda que seja difícil dizer isso, que é importante dizer o que tem que ser dito, ainda que sofra-se as consequências, e que, muitas vezes, pessoas que estão envolvidas emocionalmente em dores, elas não conseguem enxergar aquilo que a gente está tentando dizer, tipo o que a gente está falando sobre o subsídio. Eu quero lhe parabenizar por essa coragem de não temer repercussão nenhuma, porque o pior de tudo é a gente não ter coragem de deitar a cabeça no travesseiro por estar usando pessoas que, neste momento, precisam da nossa

ajuda e não da demagogia, não da mentira e não da política do engano. Então, parabéns, líder Isac Silveira. Eu quero começar minha fala dizendo que eu achei, realmente, que já tinha visto de tudo. Eu vi gente querendo, vereador Isac, questionar subsídio, dizendo que isso era dinheiro para as empresas, quando sabemos que não é, e vir aqui na tribuna dizer que quer tarifa zero. Oi? Eu acho que essa matemática não bate, ônibus de graça... Não existe almoço grátis. Pedir tarifa zero e questionar subsídio, que é um pedacinho da passagem para que a população não pague isso tudo, eu achei que eu já tinha visto de tudo. Eu também achei, vereador Isac, que tinha visto de tudo, quando eu vi o PT ser vice de Edvaldo Nogueira e ser conivente com tudo isso agora, e apresentar um projeto de lei discordando de tudo isso que o PT, enquanto vice-prefeito dessa capital, fez. Ora, o corresponsável agora está desdizendo o que outrora disse, eu achei que eu já tinha visto tudo. Eu também achei que eu já tinha visto tudo, quando a gente enxerga usar a dor dos trabalhadores, que nós nos solidarizamos, esta Câmara inteira, a dor dos trabalhadores, e os colocar nessa dor, num confronto desnecessário, num confronto demagógico contra a Câmara, que está, neste momento, discutindo em favor do trabalhador. O que nós estamos fazendo, neste momento, é pensando em quem não está recebendo salário. E é triste, eu achei que já tinha visto de tudo. As pessoas podem usar na política qualquer outra coisa, mas usar a dor do outro, enganando, entregando a solução mágica de varinha de “perlímpimpim”, dizendo que vai pagar para essas pessoas cortando o dinheiro. Eu achei que eu já tinha visto de tudo, senhor presidente. Eu também achei que já tinha visto de tudo. Eu vou conceder daqui a pouquinho o seu aparte, vereadora Moana. Eu também achei que já tinha visto de tudo quando a única pessoa que fez um decreto dizendo que o dinheiro do subsídio era para ir para o trabalhador está sendo criticada, exatamente, porque tem trabalhador sem receber dinheiro. Eu não consigo entender como é que se critica a pessoa que está dizendo que o dinheiro é para ir para o trabalhador. Eu achei, vereadora Moana, que eu já tinha visto de tudo. Eu também achei que já tinha visto de tudo, mas, pela primeira vez, vereadora Moana, eu vi um vereador vir aqui reclamar porque a prefeita vai botar ônibus novo em Aracaju. Eu não estou entendendo essa sessão hoje. Se a prefeita vai dizer que vai botar ônibus elétrico: “Eita, meu Deus, está errado.”. Se a prefeita vai trazer ônibus do PAC para Aracaju, para o povo: “Eita.”. Espere aí, quem usa o ônibus em Aracaju é o empresário ou é o povo? Quem vai usufruir do ônibus novo é o empresário ou é o povo? E eu achei que já tinha visto de tudo, presidente, que eu estou vendo gente reclamar de ônibus novo, quando a gente está vendo um monte de lata velha, colocando a população

em risco. Eu achei que já tinha visto de tudo. Por fim... Aliás, eu não vou dizer “por fim”, não, porque eu vou dar um aparte para minha colega vereadora Moana.

#### **MOANA VALADARES – PL – APARTE**

Vereador, concordo 100% em gênero, número e grau com você. Impressionante como no “Fantástico Mundo de Bob”, da cabecinha da extrema esquerda, tudo é possível até mesmo... Eles acreditam mesmo, porque... Gente, pelo amor de Deus, tem uma conta que parece que petista não consegue fazer, mas todos os custos da operação... As coisas não são de graça. Todos os custos da operação do transporte público vão, infelizmente é a realidade, para conta do consumidor final, que vai pagar pela passagem, inclusive do preço do combustível caríssimo. Culpa de quem, vereador? De papai Lula. Se está tudo caro é por isso. Aí a prefeita veta o projeto que prejudica diretamente o consumidor, o usuário do transporte público, que quer impedir que a prefeitura continue subsidiando o valor da passagem para que a passagem fique mais cara para o trabalhador. E esse projeto é de um vereador do Partido dos Trabalhadores, é isso que não dá para entender. Então, é preciso entender a realidade, parar com esse tipo de politicagem que se beneficia da falta de conhecimento das pessoas, que usa da dor das pessoas, da dor do trabalhador que trabalhou e não recebeu, e essa dor é justa, mas que usa disso para fazer politicagem. Porque não é esse projeto que vai resolver, o que vai resolver é a licitação que a prefeita Emília se comprometeu em fazer e vai fazer. E foi eleita pelo povo, recebeu a caneta para isso e a resolução vai chegar.

#### **LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO VETO**

Obrigado, vereadora Moana. Então, para concluir, eu só quero registrar aos meus colegas que, apesar de novato, como foi citado aqui, eu jamais me acostumarei com demagogia. Eu não vou me acostumar com mentira, usar a dor da população para fazer politicagem. Eu continuarei me surpreendendo com isso. Eu sou da classe que começou a trabalhar numa empresa de ônibus. Eu sei o que é isso, quando eu melei minha mão de graxa lá no almoxarifado da empresa Graças, e eu sei o que é trabalhar no sistema de transporte. Por isso, defendendo os trabalhadores, não de maneira demagógica, não com mentira, enganando para piorar a dor dessas pessoas. Quero encerrar dizendo: população de Aracaju, nós temos uma recente decisão da prefeita que são 30 dias, para quem não resolver, tchau, um abraço. E a solução definitiva através da licitação. Que Deus nos abençoe e nos livre do homem mau. Um forte abraço e fiquem todos com Deus.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vamos lá. Votação nominal. Quem vota “sim”, vota a favor do veto. Quem vota “não”, vota contrário ao veto. Pata justificar o voto, vereador Vinícius.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – JUSTIFICANDO VOTO**

Senhor presidente, eu quero deixar claro algumas falas de alguns colegas vereadores.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

“Sim”, manutenção do veto; “não”, contrário ao veto.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – JUSTIFICANDO VOTO**

Só para voltar meu tempo, que eu já tem um minuto já.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Pode ficar à vontade. Pode voltar o tempo todo de Vinícius. Obrigado.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – JUSTIFICANDO VOTO**

Algumas falas que tratam sobre subsídio, dizendo que na licitação estava previsto a possibilidade das garantias trabalhistas serem feitas. Nada disso é verdade. Nós sabemos que a saída para este problema é através da licitação. A licitação foi feita. Estava previsto lá na licitação a preocupação dos gestores com relação aos direitos trabalhistas, está presente lá. Está presente lá. Portanto, ninguém pode falar aqui que a licitação não foi feita preocupada com os trabalhadores. Não. Muito pelo contrário. Está claro e evidente que na licitação que foi aprovada, que foi feita, está lá presente lá a garantia do pagamento dos direitos trabalhistas. Essa é a verdade que eu queria passar aqui, presidente.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vamos lá, para justificar para o Camilo Daniel.

**CAMILO DANIEL – PT – JUSTIFICANDO VOTO**

Senhor presidente, eu justifico o voto e peço também como encaminhamento o voto “não”, aqui para todos nós, para todos os vereadores e vereadores, e aproveitar o momento para dizer o seguinte: esse veto e esse projeto não está sobre a lei do subsídio,

ela já existe, da mesma forma que ninguém quer tirar subsídio nenhum, o que a gente quer regulamentar. O que acontece hoje na cidade de Aracaju é que tem um cheque em branco entregue para algumas empresas de transporte que não apresentam qualidade nenhum no serviço e desrespeita ao trabalhador. Acho que contra fatos, não há argumentos. Inclusive o argumento para vetar esse projeto não é nem citado mais por ninguém, que o argumento era a lei de licitações, ninguém nem cita. Porque não é o argumento, a questão aqui é política. E politicamente a prefeita Emília Corrêa, do jeito que estou vendo, está aqui para proteger um grupo empresarial e prejudicar o povo da cidade de Aracaju. Eu quero manter aqui minha coerência e votar “não”.

#### **ELBER BATALHA – PSB – JUSTIFICANDO VOTO**

Vou justificar o voto, presidente.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para justificar, Elber.

#### **ELBER BATALHA – PSB – JUSTIFICANDO VOTO**

Presidente, minha justificativa de voto é por entender que é um marco para o futuro, nós precisamos manter essa exigência para que as empresas que venham a ocupar esses espaços, seja por licitação, seja por contratação temporária, tenham essa obrigatoriedade imposta, já que a prefeitura... Eu entendo até que a obrigatoriedade devia vir diretamente da Constituição e a Prefeitura não devia nem pagar. Mas já que é necessário a repetição, que se faça isso. E lamento que a maioria dos vereadores resolveu seguir cegamente a orientação da bancada da Prefeitura. Isso nos acarretará sérios problemas no futuro, tenho certeza disso.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereador Maurício Maravilha para justificar; depois, Lúcio.

#### **MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – JUSTIFICANDO VOTO**

Senhor presidente, só a título de informação também, justificar meu voto, porque, primeiramente, eu estou vereador pelo meu primeiro mandato, vereador Camilo, e infelizmente não pude, na legislatura passada, acompanhar a construção do projeto de lei. Embora, eu li, olhei todas as informações lá contidas, e aqui não é um voto que é contra o povo, jamais. Até porque preguei, durante o período de campanha, que estaria a favor do povo. Mas, sim, é um voto por entender que esse projeto de lei infringe a Lei

Federal nº 14.133, que é a Lei de Licitações e Contratos de Administração Pública, e é nesse sentido que eu voto “sim”.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Lúcio Flávio.

**LÚCIO FLÁVIO – PL – JUSTIFICANDO VOTO**

Para justificar o meu voto, senhor presidente. Quero registrar que nenhum processo licitatório, que é o que vai ocorrer em breve para resolver isso, permite a contratação de empresas que devam funcionários e que não tenham certidões de pagamento de impostos em dia. Ou seja, não há nenhuma necessidade disso, tendo em vista que nenhuma empresa será contratada devendo funcionários e devendo impostos. Então, tendo isso sendo resolvido pela própria lei maior, a Lei de Licitações, a gente encaminha a manutenção do veto da prefeita como bancada.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

O vereador Vinícius vai votar? Certo. Dezesseis votos pela manutenção do veto, oito... Professora Sônia, pode justificar.

**PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO**

Então, Obrigada, Presidente. O meu voto para a derrubada do veto, primeiro, se justifica pela demonstração que nós tivemos aqui, da importância e da necessidade da independência do Poder Legislativo na defesa da população, não só de Aracaju, mas de toda a população que depende hoje diretamente do transporte coletivo, que não é um transporte 100% público, diga-se de passagem, de toda a grande Aracaju... Da região metropolitana, melhor dizendo. Segundo, o nosso voto é para exigir, cada vez mais, uma administração que tenha que ser pública, transparente e respeitosa com os recursos públicos. O terceiro e último argumento é porque nós votamos para que a gente possa ter instrumentos para, cada vez mais, qualificar qualquer tipo de ato administrativo que até então se abriu mão sem privilegiar e sem favorecer nenhum tipo de empresa que hoje opera com os serviços em Aracaju e na região metropolitana.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Não havendo mais quem queira justificar o voto. O veto foi mantido por 16 votos, 8 votos contrários, nenhuma abstenção. Veto mantido. Nenhuma abstenção.

Requerimento nº 29/2025, Professora Sônia Meire. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 30/2025, Isac Silveira. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 35/2025, Professora Sônia Meire. (Leu). O requerimento está em discussão. Fábio. Para discutir, Fábio.

#### **FÁBIO MEIRELES – PDT – DISCUTINDO REQUERIMENTO**

Eu chamo... A colega, a Professora Sônia, tem algo a tratar sobre... Para que eu não trate? A senhora quer falar sobre a...

#### **PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Sim, o senhor quer explicação?

#### **FÁBIO MEIRELES – PDT – DISCUTINDO REQUERIMENTO**

Não, é porque o presidente está como Augusto e o presidente não é mais Augusto.

#### **PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM**

Ah, é só a gente substituir o nome, porque ele estava... É porque esse requerimento já foi feito na legislatura anterior e não foi seguido, nós refizemos agora e, na hora de ser enviado, a gente substitui o nome. Obrigada.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Tá.

#### **PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM**

Obrigada.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

O requerimento continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 46/2025, Levi Oliveira. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.



Requerimento nº 49/2025, Ricardo Vasconcelos. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 62/2025, Elber Batalha. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 63/2025, Elber Batalha. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 67/2025, Levi Oliveira. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 73/2025, Levi Oliveira. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 74/2025, de minha autoria. Estou retirando de pauta. Aqueles que concordam, permaneçam como estão. Aprovada a retirada.

Requerimento nº 77/2025, Isac Silveira. (Leu). O requerimento está em discussão. Para discutir, Elber Batalha.

#### **ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO REQUERIMENTO**

Presidente, eu queria fazer um apelo ao líder Isac para que nós pudéssemos retirar esse requerimento de urgência de pauta, porque era interessante que nós promovêssemos uma Audiência Pública aqui, semana que vem, trazendo os técnicos da prefeitura para explicar. Por exemplo, eu tive uma dificuldade de entendimento do que era... E até o próprio Isac ontem estava com dúvida. Eu achava que esse empréstimo era o empréstimo do PAC Seleções. Aí agora, no final da tarde de ontem me chegou a informação que não é, que é um projeto paralelo, que a prefeitura quer contratar ônibus e ainda tem o PAC Seleções. Então, a gente precisaria de um esclarecimento maior, R\$ 161 milhões em regime de urgência. Por exemplo, esses mesmos ônibus no PAC Seleções custam R\$ 90 milhões. R\$ 161 milhões... Tem a previsão, parece de usina termovoltáica, mas a gente precisa desses esclarecimentos. Se botar isso em urgência, vota terça-feira. Entendeu? Então, assim, não dá para gente dar um aval. Com toda a seriedade, Isac. Lembre-se que você criticava Edvaldo Nogueira que chegava, botava em urgência e atropelava tudo. E eu era crítico com você dessa prática e Emília era a maior crítica também junto com a gente. Então, eu proponho que a gente faça a audiência semana que vem, e logo depois a gente coloca para votar e cada um vota

como quiser. Mas até para ter um esclarecimento, porque se não, se aprovar a urgência hoje, está na pauta de terça ou quarta.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Deixa-me só fazer um esclarecimento, vereador Elber. Eu acho que uma Audiência Pública seria muito proveitosa, seria muito bacana, só que só fazendo uma correção, nós não somos obrigados a pautar na terça. O regime de urgência pula o trâmite lá na Comissão de Justiça, a gente discute aqui, mas a gente pode colocar quarta, quinta, sexta, mas o líder fica à vontade.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Essa questão da Audiência Pública foi suscitada no momento pelo vereador Elber Batalha. O que eu peço é que a gente aprove a urgência e que esse projeto entre na votação na próxima quinta-feira, daqui uma semana. Está joia? Meu santo, eu não tenho uma bola de cristal. O senhor suscitou uma ideia nova agora. Vamos digerir a ideia. Vamos trabalhar para ver qual é o melhor caminho para ampliar a compreensão desse projeto, que ele carece de melhores explicações e nós faremos esforço para que isso aconteça, sim. Quando eu falo algo, eu cumpro. Portanto, deixe, primeiro, nós sentarmos com a prefeita, mas também concordo contigo que é preciso ter maiores informações. Portanto, de hoje a oito, nós votaremos o projeto se assim for possível.

**ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO REQUERIMENTO**

Presidente, voltando, já que eu estou com a fala, ele estava em aparte. Eu sei que existe esse sentimento de bancada, mas prestem bem atenção no que é isso. Por mais que a ementa nos diga que é aquisição de ônibus elétricos, algumas ponderações têm que ser feitas. Com esse valor, compraria 200 ônibus normais, com ar-condicionado e wi-fi. Eu não estou querendo criticar a ideia, mas eu acho que a gente tem que abrir o debate para que venha... Por exemplo, esses ônibus estão avaliados em cerca de R\$ 3 milhões cada um. Então, a proporção é quase de 4 para 1. Com o dinheiro que você compra 30 desses, você compra 120 do outro. Imagina o impacto de 120 ônibus novos em Aracaju, em uma frota toda zero. Era a explicação desses técnicos. Isac não acena com a ideia de assumir o compromisso de vir. Vai ver, vai ver. Sinceramente, eu não me sinto à vontade para botar em regime de urgência um empréstimo desse sem o mínimo esclarecimento, não houve nenhum aviso prévio, eu soube pela imprensa e chegou no outro dia. Então, sinceramente, para votar hoje, eu sou contrário. Vou votar contrário e

peço aos colegas que botem a mão na consciência. Vocês estão votando um negócio que entrou na pauta rapidamente. Chegou isso aqui quando? Anteontem? Terça-feira, hoje é quinta. E entra na pauta para entrar em regime de urgência, que o presidente já sinaliza que vota quinta, mas pode votar terça, pela urgência. O que a gente está votando é que um projeto desse valor vai pular todas as comissões, não vai ter debate em comissão, não vai ter nada, vai vir para o Plenário e a gente vai aprovar.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Não, não, não, o debate é feito aqui no Plenário pela Comissão.

**ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO REQUERIMENTO**

No debate de comissões, é aquela coisa que não tem a profundidade que isso teria num procedimento normal. Então, é muito temerário, se não fosse tido esse apelo. Eu proponho, Isac, que a gente fizesse o debate semana que vem e na outra semana a gente vota. Isso não vai mudar... Até porque ainda é para prospecção de buscar, eu estava lendo o projeto. “Autoriza-se a Banco do Brasil, Santander, não sei o que, não sei o que lá mais”. Está bom?

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Quer discutir, Isac? Você levantou.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM**

Vamos votar, se o senhor assim entender e permitir, de hoje a oito o projeto.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Sônia, para discutir.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM**

Eu gostaria também de reforçar esse apelo sobre retirada do regime de urgência hoje, que não votasse hoje o regime de urgência. Até porque tem outra questão, Isac, não é só maior explicação sobre o conteúdo da proposta, é porque tem um problema concreto e eu acho que você deve lembrar que todas as vezes que a gente tinha debate aqui, apresentação do quadriênio por parte da Secretaria de Finanças, nós fazíamos questionamentos sobre os empréstimos e você sabe a quantidade do orçamento hoje comprometido com os empréstimos para os próximos anos. Então, a gente precisa ter

uma avaliação realmente cuidadosa quando se trata de empréstimos bancários sobre o orçamento e sobre, inclusive, o comprometimento desse orçamento, a partir das próprias propostas da prefeita Emília feitas durante a campanha e pós-campanha, hoje, como prefeita, com servidores públicos e com todas as áreas. Você sabe as carências que existem em áreas, principalmente área social, e eu acho que vale a pena a gente discutir isso com calma, com muito mais cuidado, porque o que for aprovado aqui... Até para qualificar mesmo, qualquer aprovação, entendeu? Então, é o cuidado que eu acho que a gente tem que ter e espero que você compreenda isso e toda a bancada, está certo? Obrigada.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vereador Vinícius.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO REQUERIMENTO**

Eu ficaria desconfortável se essa matéria viesse a ser votada na terça-feira, mas eu acho que o pedido do líder do prefeito, colocando para quinta-feira, se assim Vossa Excelência permitir, eu acho que nós teríamos tempo suficiente para discutir. Se o vereador Elber quiser utilizar até esse espaço aqui na terça ou quarta-feira para fazer uma reunião ampla, eu acho que é válido. Eu acho que isso é válido. Agora, quinta-feira é um tempo razoável para que a gente possa discutir com a nossa equipe técnica, buscar todos os artigos, os artifícios que possam, os argumentos necessários para aprovar ou não esse projeto. Agora, eu acho interessante votar na quinta-feira.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Veja, eu quero assegurar aos senhores e às senhoras que, antes de quinta, a gente não pauta, a gente não discute e vamos aprofundar essa discussão. Foi-nos apresentado o modelo de ônibus a diesel, seis vezes mais econômico e menos poluente. Foi-nos apresentado o gás, que é o novo modal energético do nosso estado, o grande potencial de gás, mas nós vamos também ouvir o Executivo, os seus técnicos, para entender qual a real necessidade para implementar. Já vem, pelo PAC, acho que 30, teria mais 30 agora pelo empréstimo. Eu ouvi uma entrevista da prefeita dizendo que foi uma promessa de campanha, várias capitais já tem, é uma situação que ela queria implementar aqui. Nós vamos ouvir de todos os lados, acho que é importante os técnicos que entendem do assunto. Vamos oportunizar isso, não tem porque fazer isso

de forma açodada. Não vejo motivos para a gente também ficar tão assombrado, porque estamos discutindo um regime de urgência. Porque eu tenho responsabilidade com a sociedade e com vocês, a gente só pautaria quando nós estivéssemos seguros de que já dá para votar.

**ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM**

Eu queria o compromisso de Vossa Excelência, público, aqui, de que antes de qualquer votação desse projeto, nós teremos esses esclarecimentos da SMTT do projeto e dessa situação.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Eu asseguro isso a vocês. Asseguro.

**ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM**

Eu vou me posicionar ainda contra a urgência, mas faço o apelo a Vossa Excelência que isso não seja votado sem esses esclarecimentos.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Perfeito. Vamos refinar bastante o assunto ainda. Não havendo mais quem queira discutir, o projeto está em votação. Escuta, o requerimento está em votação. Registrando o voto contrário de Elber, Iran e Sônia. Certo? Registrando o voto contrário desses três vereadores que estão presentes, os demais presentes votam favorável ao requerimento. Requerimento aprovado.

Moção nº 1/2025. (Leu). A moção está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Convoco outra sessão... Sônia.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM**

Chamar... Eu sei do avançar da hora, mas a gente precisa reunir a Comissão, hoje, de Direitos Humanos, de imediato para agilizar o nosso processo. Que fiquem, permaneçam.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Perfeito, vamos lá. Os senhores vereadores Thannata, Lúcio Flávio, Selma, Bigode e Sônia, por favor, se reúnam neste momento, já que todos estão aqui presentes,

para a gente definir quem é presidente, quem é secretário da comissão. Vereador Elber, pela ordem.

**ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM**

Meu pedido é que se reúnam em outro canto, porque vai ter Sessão Especial agora.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Pode se reunir nas salas de comissão lá em cima, no gabinete, fiquem bem à vontade. Lá em cima ou no gabinete, onde vocês quiserem. Convoco outra Sessão Ordinária para terça-feira, no horário regimental, declarando encerrada a presente sessão. Bom final de semana a todos, fiquem todos com Deus.

**[SESSÃO ENCERRADA]**

*Texto revisado por Maria Tereza Melo Mendonça.*